

“ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA CVM PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.”



PROSPECTO PRELIMINAR DO PRIMEIRO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES DA



Lupatech S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 89.463.822/0001-12 - NIRE nº 43300028534
Rua Dalton Lahm dos Reis, nº 201 - Caxias do Sul - RS
Código ISIN [•]

R\$300.000.000,00

Programa (“Programa”) de distribuição pública de debêntures, conversíveis ou não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, flutuante, subordinada ou com garantia real, de emissão da Lupatech S.A. (“Companhia”), com prazo de até dois anos, no valor total de até R\$300.000.000,00 (“Debêntures”). As emissões das Debêntures no âmbito do Programa (individualmente a “Emissão” ou “Oferta” e, conjuntamente, as “Emissões” ou “Ofertas”) serão feitas por meio de suplementos a este Prospecto, os quais conterão todas as informações específicas relativas a cada Emissão (individualmente o “Suplemento” e, conjuntamente, os “Suplementos”).

O Programa foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em [•] de [•] de 2.006, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul - JUCERGS sob o nº [•], em sessão de [•] de [•] de 2.006, e publicada na edição de [•] de [•] de 2.006 dos jornais Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e Valor Econômico, edição nacional.

Este Prospecto não representa oferta de Debêntures pela Companhia. Qualquer oferta de Debêntures no amparo do Programa está sujeita a registro prévio junto à CVM, nos termos da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2.003 (“Instrução CVM 400”), da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Nos termos da Instrução CVM 400, este Prospecto deverá ser atualizado pela Companhia no prazo máximo de um ano, contado do arquivamento do Programa junto à CVM (ou seja, em [•] de [•] de 2.007), ou por ocasião da apresentação das demonstrações financeiras anuais da Companhia à CVM, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo de eventuais atualizações por meio de Suplemento à época da realização de Emissões ao amparo do Programa.

Este Programa foi arquivado na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº CVM/SRE/PRO/2006/[•], em [•] de 2.006.

“O registro do presente Programa não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia, bem como sobre as Debêntures a serem ofertadas no âmbito do Programa”.

Os Investidores devem ler a Seção “Fatores de Risco”, nas páginas [•] a [•], para uma avaliação dos riscos que devem ser considerados para o investimento nas Debêntures.



“A presente oferta pública foi elaborada de acordo com as disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, aprovado em Assembléia Geral da ANBID, e parte integrante da ata registrada no 4º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo sob o nº 510718, atendendo, assim, a presente oferta pública, aos padrões mínimos de informação contidos no código, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das instituições participantes e dos valores mobiliários objeto da oferta pública.”

Coordenador Líder



As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a esse respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo será entregue aos investidores durante o período de distribuição.



A data deste Prospecto Preliminar é [•] de [•] de 2.006.

ÍNDICE

DEFINIÇÕES.....	5
SUMÁRIO.....	10
SUMÁRIO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS.....	18
INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PROGRAMA	21
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS.....	29
IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES	30
Declaração da Companhia e do Coordenador Líder.....	31
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA.....	32
FATORES DE RISCO	33
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS	41
APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS INFORMAÇÕES	42
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS	43
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS SELECIONADAS.....	45
ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS	48
Visão Geral	48
Conjuntura Macro-Econômica Brasileira.....	48
Certos Fatores que Afetam os Resultados das Nossas Operações	49
Práticas Contábeis Críticas e Estimativas	50
Balanço Patrimonial.....	51
Demonstrações do Resultado	54
EBITDA Ajustado.....	55
Indicadores Financeiros.....	56
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.005 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.004.	56
Análise do Balanço Patrimonial.....	56
Análise das Demonstrações do Resultado	58
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.004 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.003.	61
Análise do Balanço Patrimonial.....	61
Análise das Demonstrações do Resultado	62
Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2.006 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.005 para o Balanço Patrimonial, e Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2.006 comparado com o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2.005 para as Demonstrações de Resultado.	65
Análise de Balanço Patrimonial.....	65
Análise das Demonstrações do Resultado	66
Liquidez e Recursos de Capital.....	70
Endividamento	72
Dividendos e JSCP	74
Operações não Registradas nas Demonstrações Financeiras.....	75
Riscos Quantitativos e Qualitativos de Mercado.....	75
VISÃO GERAL DOS SETORES EM QUE ATUAMOS.....	76
NOSSAS ATIVIDADES	86
Visão Geral	86
Nossos Pontos Fortes	87
Nossa Estratégia	88
Histórico e Desenvolvimento	89
Estrutura Societária.....	91
Investimentos de Capital Recentes	91
Segmento Flow	92

Metalúrgica Nova Americana.....	92
Valmicro.....	95
Mipel-SP.....	97
Mipel-Sul.....	99
Lupatech Investments e Lupatech North America	100
Segmento Metal.....	100
Microinox.....	100
Steelinject.....	104
Carbonox.....	106
Itasa.....	107
Investimentos.....	108
Pesquisa e Desenvolvimento.....	109
Propriedade Intelectual.....	109
Demais Contratos Relevantes.....	111
Empregados.....	112
Aspectos Ambientais.....	116
Ação Social.....	117
Imóveis.....	117
Seguros.....	118
Contingências Judiciais.....	118
ADMINISTRAÇÃO.....	121
PRINCIPAIS ACIONISTAS.....	126
OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	127
DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.....	128
DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS.....	143
PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	147

ANEXOS

A	Estatuto Social.....	[•]
B	Declarações da Companhia e do Coordenador Líder	[•]
C	Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em [•] de [•] de 2.006	[•]
D	Modelo de Escritura de Emissão.....	[•]
E	Demonstrações Financeiras Individuais (Controladora/Companhia) e Consolidadas em 31 de dezembro de 2.003 e de 2.004 e Parecer dos Auditores Independentes.....	[•]
F	Demonstrações Financeiras Individuais (Controladora/Companhia) e Consolidadas em 31 de dezembro de 2.004 e de 2.005 e Parecer dos Auditores Independentes.....	[•]
G	Informações Financeiras Trimestrais Individuais (Controladora/Companhia) e Consolidadas relativas aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2.005 e 30 de junho de 2.006, objeto de revisão limitada pelos auditores independentes.....	[•]
H	Informações Anuais - IAN (apenas informações não destacadas neste Prospecto).....	[•]

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, os termos indicados abaixo terão os significados a eles atribuídos nesta seção, salvo referência diversa neste Prospecto. Utilizamos os termos “nós” e “nosso” para nos referirmos à Lupatech S.A. e suas subsidiárias.

ABIFA	Associação Brasileira de Fundição.
Ações ou Ações Ordinárias	Ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.
ANFAVEA	Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores.
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
API	<i>American Petroleum Institute.</i>
Axxon Group	The Axxon Group Serviços de Consultoria e Assessoria Ltda., entidade atuante na área de <i>private equity</i> , e administradora do Natexis Mercosul Fund, cujo único cotista é a Natexis International.
BACEN ou Banco Central	Banco Central do Brasil.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
BNDESPAR	BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo.
BOVESPA FIX	Sistema Bovespa Fix, administrado pela BOVESPA.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.
Carbonox	Carbonox - Fundição de Precisão Ltda.
CBLC	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.
CDI	Certificado de Depósito Interbancário.
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Código Civil	Código Civil, introduzido pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro

	de 2.002.
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.
Companhia ou Emissora ou Lupatech	Lupatech S.A.
Contratos de EPC	<i>Engineering, Procurement, Construction and Project Management Contract</i> , celebrados com a Petrobras e determinados parceiros ou fornecedores da Petrobras.
Constituição Federal	Constituição da República Federativa do Brasil.
Coordenador Líder	Pactual.
Coordenadores	Pactual, Itaú BBA e Unibanco, considerados em conjunto.
COPOM	Comitê de Política Monetária.
CPDL	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Lupatech.
CPMF	Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Debêntures	As debêntures a serem emitidas por ocasião de cada Emissão.
Deloitte	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Dólar, dólares ou US\$	Moeda oficial dos Estados Unidos da América.
Emissão ou Oferta	Cada oferta pública de distribuição de Debêntures no âmbito do Programa.
Esferomatic	Esferomatic S.A.
Estatuto Social	Estatuto Social da Companhia.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia.
Governo Federal ou Governo	Governo da República Federativa do Brasil.
GP Tecnologia	GP Tecnologia – Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
IFRS	Normas contábeis internacionais (<i>International Financial Reporting Standards</i>).
IGP-M	Índice Geral de Preços de Mercado, índice de inflação medido e divulgado pela FGV.
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor, índice de inflação medido e divulgado pelo IBGE.
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2.003.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, índice de inflação medido e divulgado pelo IBGE.
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica.
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte.
Itasa	I.T.A.S.A. Industria y Tecnología en Aceros S.A.
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
JUCERGS	Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.
Lei das Sociedades por Ações	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
Lei do Mercado de Valores Mobiliários	Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
Lei do Petróleo	Lei n.º 9.748, de 6 de agosto de 1.997, e alterações posteriores.
Lupapar	Lupapar Negócios e Empreendimentos Ltda.
Lupatech Investments	Lupatech Investments, LLC.
Lupatech North America	Lupatech N.A., LLC.
Mipel-SP	Metalúrgica Ipê Ltda.
Metalúrgica Nova Americana	Metalúrgica Nova Americana Ltda.
Microinox	Divisão de microfusão da Lupatech.
Mipel-Sul	Mipel Indústria e Comércio de Válvulas Ltda. (atual denominação social da Veraval Indústria e Comércio de Válvulas Ltda.).

Modelo de Escritura de Emissão	Modelo de escritura de emissão de debêntures anexo a este Prospecto.
Natexis International	Natexis Private Equity International, sociedade sediada na França, único cotista do Natexis Mercosul Fund.
NEI	Noticiário de Equipamentos Industriais.
Novo Mercado	Segmento especial de negociação de valores mobiliários da BOVESPA.
ONIP	Organização Nacional da Indústria do Petróleo.
Pactual	Banco Pactual S.A.
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.
PIB	Produto Interno Bruto.
PIS	Programa de Integração Social.
Práticas Contábeis Brasileiras	As práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações, e das normas e regulamentos da CVM e das normas de contabilidade adotadas pelo IBRACON.
PricewaterhouseCoopers	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.
Programa	Primeiro programa de distribuição pública de debêntures de emissão da Companhia, com prazo de até dois anos e valor total de R\$300,0 milhões.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar do Primeiro Programa de Debêntures de emissão da Companhia.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo do Primeiro Programa de Debêntures de emissão da Companhia.
Real, reais ou R\$	Moeda corrente no Brasil.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento que disciplina os requisitos para negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras de listagem diferenciadas para essas companhias, seus administradores e seu acionista controlador.
SDT	Sistema de Distribuição de Títulos administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.
Segmento Flow	Unidade de negócios voltada principalmente para a produção e comercialização de válvulas industriais, composta pela Metalúrgica Nova Americana, pela Valmicro, pela Mipel-Sul, pela Mipel-SP, pela Lupatech Investments e pela Lupatech North America.

Segmento Metal	Unidade de negócios voltada principalmente para a produção de peças pelos processos de microfusão e injeção de pós metálicos e cerâmicos, composta pela divisão Microinox, pela Steelinject, pela Itasa e pela Carbonox.
SINDIPEÇAS	Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores.
SND	Sistema Nacional de Debêntures administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.
Steelinject	Steelinject - Injeção de Aços Ltda.
Unibanco	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.
Valmicro	Valmicro Indústria e Comércio de Válvulas Ltda.

SUMÁRIO

Este sumário apresenta uma visão geral de nossa Companhia. Ele não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Debêntures. Este sumário deve ser lido conjuntamente com as demais seções do Prospecto e com os respectivos Suplementos, incluindo nossas demonstrações financeiras consolidadas e respectivas notas explicativas e as seções “Fatores de Risco” e “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais.”

Nossa Companhia

Atuamos em dois segmentos de negócios caracterizados por produtos com alto grau de especialização, inovação tecnológica e qualidade, definidos como “Segmento Flow” e “Segmento Metal”. No Segmento Flow, somos líderes brasileiros na produção e comercialização de válvulas industriais para aplicação principalmente na indústria de petróleo e gás, através das marcas “MNA”, “Valmicro” e “Mipel”. No Segmento Metal, ocupamos posição de liderança no Brasil e de destaque no mercado internacional no desenvolvimento e produção de peças complexas e subconjuntos, em ligas metálicas, principalmente para a indústria automotiva mundial, por meio dos processos de fundição de precisão e injeção de aço.

Segmento Flow

Ocupamos posição altamente privilegiada para capturar as oportunidades de crescimento associadas ao significativo volume de investimentos previstos para o setor de petróleo e gás, focados principalmente na construção e manutenção de plataformas e no aumento da capacidade de exploração de petróleo e gás. A Petrobras, nosso maior cliente no setor, anunciou investimentos da ordem de US\$87,1 bilhões, no período de 2.007 a 2.011, um crescimento aproximado de 160% em relação aos investimentos realizados no período de 2.001 a 2.005. Acreditamos que esse crescimento deverá exceder significativamente o crescimento do PIB brasileiro nos próximos anos.

O sucesso nesse setor depende em larga medida da capacidade dos fornecedores de atender aos rígidos padrões de qualidade e tecnologia impostos pelos agentes do setor, notadamente a Petrobras e suas contratadas nos Contratos de EPC. Acreditamos ser uma das poucas fornecedoras brasileiras de válvulas industriais que se classifica no mais alto nível de qualidade no cadastro de fornecedores da Petrobras (“Nível A”). As nossas válvulas e processos produtivos contam também com certificações internacionais e incorporam tecnologia de última geração.

Além de nossa liderança, nos beneficiamos da credibilidade e do estreito relacionamento que mantemos com nossos clientes em decorrência do expressivo número de nossas válvulas que já se encontram instaladas em plataformas, gasodutos e plantas industriais. Também prestamos assistência técnica e temos uma bem estruturada e tecnicamente capacitada equipe técnica e de vendas. Acreditamos que a política atual do Governo Federal no sentido de priorizar a aquisição de produtos manufaturados no Brasil, inclusive válvulas, associado ao baixo número de competidores brasileiros capazes de realizar os investimentos necessários para atender as elevadas exigências dos agentes do setor, notadamente a Petrobras, contribuam adicionalmente para a nossa perspectiva de crescimento acentuado nesse setor.

Também atuamos fortemente no suprimento aos demais clientes que atuam no setor de gás, tais como companhias estaduais e, em particular a Comgás (British Gas).

Somos, ainda, líderes brasileiros na produção e comercialização de válvulas, através das renomadas marcas “Valmicro” e “Mipel”, que, além de fornecer para o setor de petróleo e gás, atendem aos demais setores industriais, com destaque para os setores químico, farmacêutico,

siderúrgico, de papel e celulose, alimentício, construção civil e agricultura, atendendo a clientes do porte de Rhodia, Basf, Companhia Vale do Rio Doce, Votorantim e Sadia.

Segmento Metal

Somos líderes no Brasil e ocupamos posição de destaque no mercado internacional no desenvolvimento e na produção de peças, partes complexas e subconjuntos direcionados principalmente para a indústria automotiva mundial, atendendo a clientes do porte da General Motors, OPEL, Bosch, Dana Albarus, International e Eaton.

Nossa divisão Microinox, através do processo de fundição de precisão, estabelece parcerias de longo prazo com seus clientes, em razão do agregado tecnológico e da qualidade dos produtos produzidos. Nossa subsidiária Steelinject, através do processo de injeção de aço, é a pioneira na América Latina na produção de peças altamente complexas para setores e produtos de alto valor agregado e de grande complexidade.

A Itasa é uma das melhores fundições da América Latina, especializada na produção de peças em aço fundido com ligas de alto valor agregado, incluindo duplex e superduplex, para os setores de válvulas, bombas e rotores usados principalmente no setor de petróleo e gás.

Indicadores Financeiros

A tabela a seguir indica a nossa receita operacional líquida e nosso EBITDA ajustado, nos períodos ali indicados, bem como a respectiva porcentagem de participação do Segmento Flow e do Segmento Metal:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de seis meses encerrado em 30 de junho de	
	2.003	2.004	2.005	2.005	2.006
	(em milhões de R\$, exceto percentuais)				
Receita Operacional Líquida	84,2	124,3	173,2	79,1	106,9
Segmento Flow (%)	62,9%	56,0%	62,5%	57,5%	68,7%
- Mercado Interno	98,6%	95,6%	72,3%	74,1%	69,5%
- Mercado Externo	1,4%	4,4%	27,7%	25,9%	30,5%
Segmento Metal (%)	37,1%	44,0%	37,5%	42,5%	31,3%
- Mercado Interno	67,8%	77,0%	75,5%	75,3%	67,5%
- Mercado Externo	32,2%	23,0%	24,5%	24,7%	32,5%
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	14,6	31,8	49,6	23,2	31,4
Segmento Flow (%)	64,4%	55,7%	86,9%	77,6%	92,2%
Segmento Metal (%)	35,6%	44,3%	13,1%	22,4%	7,8%

⁽¹⁾ O EBITDA Ajustado são os lucros antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização e resultados não operacionais. O EBITDA Ajustado não é uma medida definida de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do nosso desempenho operacional ou como substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado não possui significado padronizado e nossa definição de EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras sociedades. No primeiro semestre de 2.006, o EBITDA foi ajustado em R\$7,7 milhões pelos gastos extraordinários com a oferta pública inicial das nossas ações, concluída em junho de 2.006, bem como com gastos com advogados e auditores nos processos de aquisição da Mípel-SP e da Itasa. Vide a reconciliação entre o resultado líquido e EBITDA Ajustado em "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais - EBITDA Ajustado".

O crescimento da nossa receita, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2.003, 2.004 e 2.005, deveu-se à forte demanda de nossos produtos pelos setores de petróleo e gás, principalmente em decorrência da construção de novas plataformas, no Segmento Flow, e ao desenvolvimento e produção de peças para clientes do setor automotivo, no Segmento Metal. A nossa receita de vendas para a Petrobras e suas contratadas nos Contratos de EPC, nesses mesmos exercícios, representou, respectivamente 35,5%, 30,4% e 41,5% da nossa receita bruta total.

Nossa receita líquida aumentou 35,1% no primeiro semestre de 2.006, comparado ao primeiro semestre de 2.005. O crescimento do Segmento Flow foi impulsionado pelo aumento de vendas decorrente do maior volume de investimentos no setor de petróleo e gás. O Segmento Metal apresentou queda de 0,5% no total da nossa receita líquida em decorrência principalmente de adiamentos de projetos de clientes, que representaram adiamento de receitas no montante de R\$1,7 milhão. As receitas das aquisições da Mipel-SP e da Itasa contribuíram com R\$8,2 milhões na nossa receita líquida.

A tabela a seguir demonstra nosso endividamento nos períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período encerrado em	
	2.003	2.004	2.005	31/03/2.006	30/06/2.006
	(em milhões de R\$)				
Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo	3,7	1,6	23,5	22,3	18,9
Debêntures - Curto Prazo	0,2	0,2	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo	3,5	6,1	14,9	13,5	13,1
Debêntures - Longo Prazo	8,0	8,3	-	-	-
Total do Endividamento	15,4	16,2	38,4	35,8	32,0
Disponibilidades	2,6	5,6	4,7	12,0	3,4
Títulos e Valores Mobiliários	2,6	4,3	25,9	7,1	104,9
Total das Disponibilidades e Títulos e Valores Mobiliários	5,2	9,9	30,6	19,1	108,4
Caixa (Endividamento) Líquido	(10,3)	(6,3)	(7,8)	(16,7)	76,4

Em 31 de dezembro de 2.005, nosso endividamento total era de R\$38,4 milhões, sendo R\$23,5 milhões representado por dívidas de curto prazo e R\$14,9 milhões representado por dívida de longo prazo. O aumento do nosso endividamento de curto prazo, no período de 31 de dezembro de 2.004 a 31 de dezembro de 2.005, no valor de R\$21,7 milhões, decorreu, principalmente, do ingresso de financiamento de capital de giro do BNDES (Progeren - Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda) e da aquisição da Carbonox que possuía financiamentos de curto prazo no valor de R\$6,2 milhões. O aumento do endividamento de longo prazo nesse mesmo período, no valor de R\$0,5 milhão, deveu-se ao financiamento do CPDL por meio da FINEP e de novos financiamentos com recursos do BNDES (FINAME) para aquisição de máquinas destinadas à ampliação e modernização do nosso parque fabril. Em razão da conversão das debêntures em ações pela BNDESPAR, em 15 de dezembro de 2.005, as debêntures deixaram de integrar o nosso endividamento.

Em 30 de junho de 2.006, os nossos financiamentos diminuíram R\$6,4 milhões em relação a 31 de dezembro de 2.005 em função de amortizações realizadas nesse período.

Pretendemos pagar o montante principal da nossa dívida de curto e longo prazo e os juros incidentes com os recursos gerados de nossas atividades operacionais.

O nosso EBITDA Ajustado, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.005 foi de R\$49,6 milhões e o nosso serviço da dívida, considerando-se pagamento de juros, amortizações e comissões, de R\$9,6 milhões. Dessa forma, nosso EBITDA Ajustado de 2.005 foi 5,2 vezes o serviço da dívida.

Nos primeiros seis meses de 2.006, nosso EBITDA Ajustado foi de R\$31,4 milhões e o nosso serviço da dívida, considerando-se pagamento de juros, amortizações e comissões, de R\$8,7 milhões. Dessa forma, nosso EBITDA Ajustado foi 3,6 vezes o serviço da dívida.

Nossos Pontos Fortes

Nossos principais pontos fortes são:

- ***Posicionamento Único para nos Beneficiar dos Significativos Investimentos no Setor de Petróleo e Gás.*** Ocupamos posição altamente privilegiada para capturar as oportunidades de crescimento associadas aos investimentos previstos para o setor de petróleo e gás, em decorrência, dentre outros fatores (i) de nossa liderança no setor, (ii) da alta qualidade e tecnologia de nossos produtos, (iii) de nossa estrutura comercial, (iv) do baixo número de competidores brasileiros aptos a realizar os investimentos necessários para competir adequadamente no setor, e (v) da orientação do Governo Federal no sentido de se priorizar produtos manufaturados no Brasil.
- ***Habilidade de Crescer com Lucratividade.*** Acreditamos ser capazes de gerenciar o nosso crescimento para que o aumento de nossas receitas também reflita um aumento de nossa lucratividade. Nos exercícios de 2.002 a 2.005, as nossas receitas líquidas cresceram a uma taxa média composta anual (CAGR) de 36,0%, o nosso EBITDA cresceu a uma taxa média composta anual (CAGR) de 68,0% e o nosso lucro líquido operacional cresceu a uma taxa média composta anual (CAGR) de 116,0%.
- ***Comprovada Capacidade de Integrar Companhias Adquiridas com Sucesso.*** Temos um histórico de sucesso na integração de companhias, incluindo-se a Esferomatic, na Argentina, e a Metalúrgica Nova Americana. Adicionalmente às sinergias e economias de escala obtidas com as aquisições, implementamos nosso eficiente modelo de gestão que permite às companhias adquiridas rapidamente produzir e comercializar produtos com os mesmos padrões de qualidade, produtividade e rentabilidade que são verificados nas nossas companhias. Enquanto, em 2.000, ano da aquisição, a Metalúrgica Nova Americana produzia aproximadamente 300 válvulas por mês e faturava aproximadamente R\$12,7 milhões por ano, esses números atingiram aproximadamente 1.000 válvulas por mês e R\$82,6 milhões, em 2.005. No ano da aquisição, a receita líquida de vendas da Metalúrgica Nova Americana representou 25,6% da nossa receita líquida de vendas consolidada, enquanto no ano de 2.005 e no primeiro semestre de 2.006, representou 43,3% e 45,9% da nossa receita líquida de vendas consolidada.
- ***Liderança e Base Instalada de Produtos.*** Somos líderes brasileiros na produção e comercialização de válvulas industriais, instaladas em plataformas, gasodutos e unidades fabris de grandes grupos industriais, através das marcas “MNA”, “Valmicro” e “Mipel”. Temos significativa participação de mercado e uma ampla rede de distribuidores e revendedores em todo o Brasil. Comercializamos, nos últimos 21 anos, por meio da Valmicro e da Metalúrgica Nova Americana, mais de 3,0 milhões de válvulas, consolidando um estreito relacionamento com nossos clientes, colocando-nos em posição privilegiada em relação aos nossos concorrentes para melhor aproveitar as diferentes oportunidades dos segmentos em que atuamos.
- ***Administração Qualificada, Experiente e Cultura Voltada para Resultados.*** Possuímos uma equipe altamente qualificada e com vasta experiência nos setores em que atuamos. Em média, a nossa alta administração trabalha conosco há aproximadamente 20 anos. Uma parcela importante da remuneração de nossos executivos está atrelada ao atingimento de metas de crescimento e rentabilidade, por meio de programa de participação nos resultados e por meio de um programa de opção de compra de nossas ações, que permitirá alinhar os seus interesses àqueles de nossos acionistas.

- ***Alta Qualidade, Tecnologia e Prestação de Serviços de Manutenção.*** Somos classificados no nível mais alto de qualidade no cadastro de fornecedores da Petrobras (“Nível A”) e nossos processos e produtos contam com importantes certificações internacionais. Os nossos produtos incorporam alta tecnologia, desenvolvida em nosso centro de pesquisas e em parceria com nossos clientes. Adicionalmente, a nossa presença local garante a proximidade junto aos nossos clientes e a prestação rápida e eficiente de serviços de manutenção, que fortalecem o vínculo de nossas parcerias. Acreditamos que esses fatores criem uma importante barreira à entrada de competidores.
- ***Estrutura Comercial Bem Distribuída e Capacitada, no Brasil e no Exterior.*** Acreditamos ser uma das únicas fornecedoras brasileiras capazes de atender os nossos clientes em diversas áreas do território brasileiro, por meio de uma equipe de vendas e assistência técnica, e de ampla rede de distribuidores credenciados e revendedores, com alto conhecimento técnico. Adicionalmente, exportamos nossos produtos para aproximadamente 20 países e temos representantes nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia e na América Latina. Dada a aplicação crítica de nossos produtos, essa agilidade e eficiência aumentam a sua atratividade e consolidam nossa posição de liderança.
- ***Práticas Superiores de Governança Corporativa.*** Temos um histórico importante de relacionamento com investidores de capital de risco (fundos de *private equity*), tais como Bozano Simonsen Advent - Fundo Mútuo de Investimentos em Empresas Emergentes, CRP Caderi Capital de Risco S.A., GP Administradora de Recursos e Axxon Group, além da BNDESPAR. O contínuo relacionamento com esses investidores consolidou uma cultura de transparência, de criação de valor para nossos acionistas e a adoção de práticas superiores de governança corporativa em linha com aquelas exigidas de companhias abertas, incluindo-se um conselho de administração atuante e demonstrações financeiras auditadas por uma dentre as quatro maiores empresas de auditoria internacionais, desde 1.987.

Nossa Estratégia

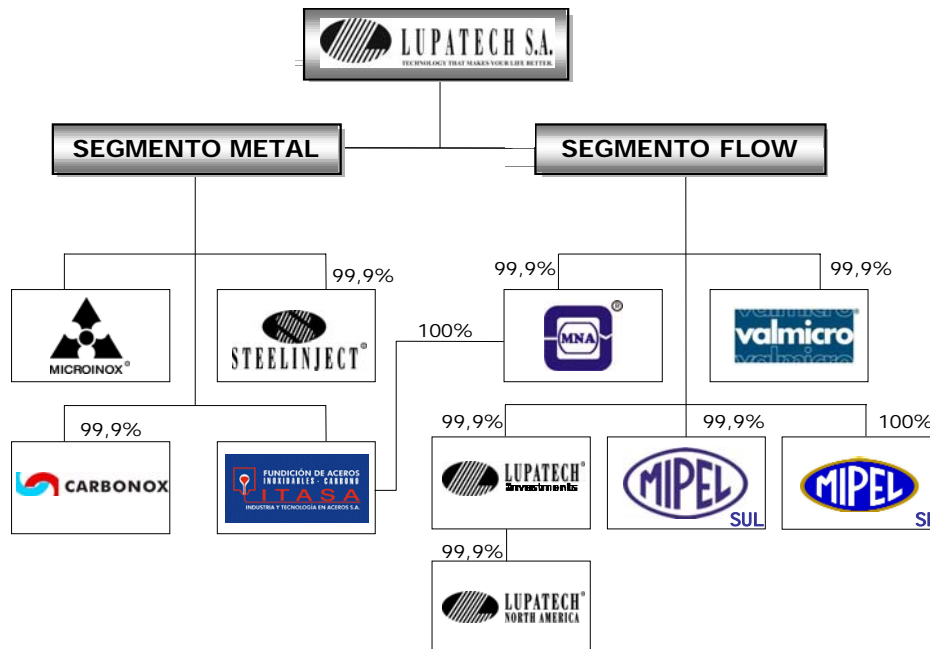
Acreditamos que o setor de petróleo e gás apresentará um crescimento significativo nos próximos anos em decorrência dos investimentos anunciados pelos agentes do setor e da necessidade de manutenção das infra-estruturas já existentes, bem como para reparação de plataformas e refinarias. Nosso objetivo principal é capturar as oportunidades associadas a estes investimentos. Adicionalmente, buscaremos aumentar a nossa participação de mercado na cadeia automobilística mundial, bem como aproveitar outras oportunidades de crescimento e investimento em negócios e produtos correlatos com nossas atuais áreas de atuação. Para tanto, os principais componentes da nossa estratégia são:

- ***Buscar a Consolidação do Mercado Através de Aquisições Estratégicas.*** Os segmentos em que atuamos são caracterizados no Brasil pela presença de empresas de pequeno e médio portes e, em sua maioria, familiares. Essa pulverização apresenta oportunidades estratégicas de crescimento significativo por meio de aquisições. Pretendemos continuar introduzindo nossos conhecimentos tecnológicos e industriais às companhias adquiridas para que produzam e comercializem produtos com os mesmos padrões de qualidade, produtividade e rentabilidade verificados nos nossos negócios. Na medida em que surjam oportunidades de mercado, também pretendemos adquirir, de forma seletiva, sociedades que, sob o ponto de vista estratégico, detenham tecnologia e/ou produtos utilizados em nossa cadeia de produção.

- **Investir disciplinadamente nas ampliações da capacidade de produção.** Estamos investindo disciplinadamente na expansão das nossas fábricas, o que possibilita significativos ganhos de produtividade e escala, em linha com nosso histórico recente, de forma a responder ao crescimento da demanda por nossos produtos.
- **Ampliar nosso Portfolio de Produtos por meio do Desenvolvimento de Novas Tecnologias e Produtos.** Estamos empenhados em nos manter líderes e aumentar o nosso grau de penetração junto aos nossos clientes, oferecendo uma linha de produtos ainda mais completa, baseados no desenvolvimento de novas tecnologias e de novos produtos que atendam às especificações de nossos clientes.
- **Ampliar nossas parcerias estratégicas no Segmento Metal.** Pretendemos ampliar nossas parcerias estratégicas no Segmento Metal, de forma a atender as necessidades específicas de nossos clientes. Para tanto, pretendemos continuar investindo significativamente em engenharia de produtos e desenvolvimento, sempre em parceria com nossos clientes, com o intuito de oferecer uma solução final e completa para nossos clientes, com foco na indústria automotiva.
- **Continuar Investindo na Eficiência Operacional e na Redução de Custos.** Pretendemos aliar a nossa estratégia de crescimento à manutenção de nossa eficiência operacional. Nesse sentido, continuaremos investindo na otimização de nossos processos produtivos, na sua automação e no implemento de novas tecnologias que permitam a manutenção de nossos custos em níveis baixos em relação à nossa receita líquida.

Nosso Organograma Societário e Atividades das Subsidiárias

O organograma abaixo apresenta a nossa estrutura societária e de nossas subsidiárias e controladas na data deste Prospecto. Os percentuais representam a participação no capital votante e total das sociedades indicadas abaixo:



As principais atividades de nossas controladas são as seguintes:

Segmento Flow

- *Metalúrgica Nova Americana*. Líder brasileira em pesquisa, desenvolvimento, produção e comercialização de válvulas manuais e automatizadas do modelo esfera e de sistemas de automação para empresas que operam no setor de petróleo e gás, em especial a Petrobras e suas contratadas nos Contratos de EPC, e distribuidores de gás.
- *Valmicro*. Líder brasileira, desde 1.996, na produção e comercialização de válvulas industriais de baixa e média pressão. A marca “Valmicro” é reconhecida como sinônimo de qualidade e de alto valor agregado no mercado brasileiro. Pelo 11º ano consecutivo, ocupamos a liderança na pesquisa *Top Five* da revista especializada NEI, como a marca mais lembrada pelos consumidores de válvulas-esfera.
- *Mipel-SP*. Adquirida por nós em abril de 2.006, a Mipel – SP ocupa posição de liderança no mercado nacional de válvulas e no segmento de válvulas industriais de bronze. Os produtos da Mipel-SP são utilizados em diversos segmentos industriais tais como químico, petroquímico, naval, alimentício, farmacêutico, bem como na construção civil, saneamento básico, irrigação e agroindústria.
- *Mipel-Sul*. Em outubro de 2.005, constituímos uma nova sociedade denominada Veraval Indústria e Comércio de Válvulas Ltda., a qual teve sua denominação social alterada para Mipel Indústria e Comércio de Válvulas Ltda. em abril de 2.006, e iniciou suas atividades no final de junho de 2.006. A Mipel-Sul produz e comercializa uma linha de válvulas manuais voltadas para o mercado industrial em aço carbono ou inoxidável, cujo foco de vendas é a ampla rede de distribuidores e revendedores que já comercializam as válvulas fabricadas pela Mipel-SP.
- *Lupatech Investments*. A Lupatech Investments está em processo de transferência para Houston, no Texas, com o objetivo de explorar novas oportunidades comerciais junto aos nossos clientes internacionais, bem como captar novos clientes do setor de petróleo.

Segmento Metal

- *Microinox*. Produz peças complexas e de alta precisão e tecnologia por meio do processo de microfusão (fundição de precisão), em mais de 150 diferentes tipos de ligas metálicas, desenvolvidas em parceria com nossos clientes, principalmente da cadeia automotiva, atendendo às suas necessidades específicas quanto a novos componentes e à substituição de peças em produtos existentes.
- *Steelinject*. Pioneira na América Latina na produção de peças de precisão através da injeção de pós metálicos e cerâmicos, processo mais avançado e de maior tecnologia agregada na área metalúrgica, e que permite significativa redução do prazo e do custo de produção e menor impacto sobre o meio ambiente. Produz peças em grande escala, com alta exigência e acabamento dimensional, para segmentos que exigem alta tecnologia e qualidade de produtos. Seus produtos têm aplicação em diversos segmentos, tais como, dentre outros, peças para a cadeia automobilística, para computadores e impressoras, ortodontia e para a indústria de defesa. Em linha com nossa constante busca por desenvolvimento tecnológico, obtivemos no Brasil e no exterior o registro de patente de uma das fases mais complexas do processo produtivo utilizado pela Steelinject.

- *Carbonox*. Produz microfundidos em grande quantidade e baixo custo, para fornecimento como matéria-prima à Metalúrgica Nova Americana, Valmicro e Mipel-Sul, através de uma moderna planta industrial com equipamentos de última geração.
- *Itasa*. Adquirida em junho de 2.006 pela nossa controlada Metalúrgica Nova Americana, a Itasa é uma das mais respeitadas fundições de corpos e componentes para válvulas e carcaças de bombas para petróleo na América Latina. Sua especialidade são peças fundidas em areias, tais como corpos e componentes para válvulas, bombas e rotores, os quais são vendidos principalmente para os setores de petróleo e gás, petroquímico e químico.

Pesquisa e Desenvolvimento

Os segmentos em que atuamos são caracterizados por produtos que envolvem alta tecnologia e desenvolvimento conjunto entre o cliente e o fornecedor. A maior parte da nossa receita advém de produtos desenvolvidos e fabricados para atender às especificações de nossos clientes.

Para tanto, temos investido historicamente em pesquisa e desenvolvimento e em engenharia de processos e produtos. De 2.003 a 2.005, investimos aproximadamente R\$6,5 milhões em pesquisa e desenvolvimento. Em 2.005, implantamos o CPDL com o objetivo de desenvolver processos e produtos e buscar por inovações tecnológicas, tanto no Segmento Flow como no Segmento Metal. O CPDL foi implantado com apoio financeiro da FINEP, e estão previstos investimentos de R\$10 milhões, entre 2.005 e 2.006, dos quais, aproximadamente, R\$2,0 milhões foram aplicados em 2.005.

Além do apoio da FINEP, temos parcerias com diversas universidades, especialmente a Universidade Federal de Santa Catarina, para desenvolvimento conjunto de tecnologias e treinamento de profissionais.

Nossa sede está localizada na Rua Dalton Lahm dos Reis, 201, na Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e, o telefone do nosso Departamento de Relações com Investidores é (54) 3227-7000.

SUMÁRIO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

O sumário das demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2.003, 2.004 e 2.005 foi extraído de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas pela Deloitte com referência ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.003, e pela PricewaterhouseCoopers com referência aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2.004 e 2.005, incluídas neste Prospecto, conforme indicado nos pareceres dos referidos auditores também incluídos neste Prospecto.

O sumário das demonstrações financeiras consolidadas para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2.005 e 2.006 foi extraído de nossas demonstrações financeiras consolidadas não auditadas, incluídas neste Prospecto, as quais foram objeto de revisões limitadas pela PricewaterhouseCoopers.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras.

As informações abaixo devem ser lidas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas e respectivas notas explicativas, incluídas neste Prospecto e nos respectivos Suplementos, e com as seções “Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações” e “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais”.

Demonstrações do Resultado	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de seis meses encerrado em 30 de junho de	
	2.003	2.004	2.005	2.005	2.006
	(em milhões de R\$)				
Receita Bruta de Vendas e Serviços	94,8	144,2	200,7	97,0	125,1
Deduções da Receita Bruta	(10,6)	(19,8)	(27,6)	(17,9)	(18,1)
Receita Líquida	84,2	124,3	173,2	79,1	107,0
Custos das Vendas e Serviços Prestados	(54,4)	(76,9)	(100,1)	(46,6)	(61,4)
Lucro Bruto	29,8	47,4	73,1	32,6	45,5
Receitas e Despesas Operacionais	(23,3)	(21,2)	(34,9)	(14,4)	(26,7)
Despesas Com Vendas	(11,1)	(14,1)	(19,1)	(8,0)	(11,4)
Despesas Gerais e Administrativas	(6,1)	(4,4)	(7,8)	(3,2)	(4,7)
Remuneração dos Administradores	(1,5)	(1,7)	(1,2)	(0,6)	(0,5)
Despesas Financeiras	(5,5)	(4,1)	(11,2)	(4,5)	(6,5)
Receitas Financeiras	0,8	1,8	4,3	2,0	4,3
Outras receitas (despesas) operacionais	-	1,3	-	-	(7,8)
Resultado Operacional	6,6	26,2	38,2	18,2	18,9
Despesas Não Operacionais, Líquidas	(0,8)	(0,7)	(1,7)	(1,4)	(0,4)
Lucro Antes do Imposto de Renda, da Contribuição Social e das Participações	5,7	25,5	36,4	16,9	18,5
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(1,7)	(5,7)	(2,9)	(2,5)	(7,8)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(0,2)	-	0,2	-	2,9
Participação dos Empregados e Administradores	-	(1,9)	(2,9)	(0,5)	(0,6)
Participação dos Minoritários	0,1	0,1	1,2	0,3	-
Lucro Líquido do Exercício	4,0	17,9	32,0	14,2	13,0

Balço Patrimonial	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de seis meses encerrado em 30 de junho de
	2.003	2.004	2.005	2.006
	(em milhões de R\$)			
Ativo Circulante	40,3	55,4	94,9	200,8
Disponibilidades	2,6	5,6	4,7	3,4
Títulos e valores mobiliários	2,6	4,3	25,9	104,9
Contas a receber	15,9	24,0	33,4	41,7
Estoques	16,6	20,2	26,9	34,9
Antecipação do imposto de renda e contribuição social	1,5	-	-	-
Impostos a recuperar	0,7	0,7	2,8	12,4
Outras contas a receber	0,3	0,5	1,0	3,4
Despesas do exercício seguinte	0,1	-	0,2	0,1
Realizável a Longo Prazo	3,0	1,9	3,4	11,9
Depósitos Judiciais	0,5	0,2	0,1	2,8
Impostos a recuperar	0,6	1,3	2,8	3,0
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1,0	0,4	0,4	6,0
Imóveis à venda	0,4	-	-	-
Outras contas a receber	0,4	-	0,1	0,1
Permanente	27,8	34,1	55,1	113,9
Investimentos	0,1	2,1	3,7	49,0
Imobilizado - líquido	27,0	31,0	49,9	62,3
Diferido - líquido	0,7	1,0	1,6	2,5
Total do Ativo	71,1	91,3	153,4	326,6
Passivo Circulante	19,6	27,6	67,5	58,7
Fornecedores	7,1	9,3	11,3	14,8
Empréstimos e Financiamentos	3,7	1,6	23,5	18,9
Debêntures	0,2	0,2	-	-
Salários e ordenados	1,9	2,7	2,9	4,7
Impostos e contribuições sociais	3,4	2,8	4,7	4,3
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	0,9	6,7	15,3	-
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	7,5
Adiantamento de clientes	1,0	1,1	3,0	2,2
Participação no resultado	-	1,5	2,3	0,6
Partes relacionadas	-	0,1	0,1	-
Contas a pagar por aquisição de investimento	-	-	2,5	4,0
Outras Contas a Pagar	1,3	1,5	1,9	1,6
Exigível a Longo Prazo	12,3	15,3	17,6	27,1
Fornecedores	-	0,5	-	-
Empréstimos, Financiamentos	3,5	6,1	14,9	13,1
Debêntures	8,0	8,3	-	-
Provisão para contingência	0,1	0,1	0,1	8,0
Impostos e contribuições sociais	0,2	-	1,0	0,9
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,5	0,4	0,2	0,2
Contas a pagar por aquisição de Investimentos	-	-	1,4	4,9
Participações dos Minoritários	-	(0,1)	(0,1)	-
Deságio apurado na aquisição da Controlada	0,8	-	-	-
Patrimônio Líquido	38,3	48,4	68,5	240,8
Capital social	39,4	39,5	58,4	227,6

Capital a integralizar	(3,0)	(3,0)	(2,4)	-
Reserva de Capital	0,1	0,1	-	-
Reserva de reavaliação	1,6	1,2	0,6	0,5
Reserva de lucros	0,2	1,1	11,9	-
Lucros acumulados	-	9,6	-	12,7
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	71,1	91,3	153,4	326,6

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PROGRAMA

Encontra-se a seguir uma descrição dos principais termos e condições do Programa e das Emissões a serem realizadas no âmbito do Programa.

Esta seção não possui todas as informações sobre o Programa e as Emissões. Recomendamos a leitura da seção “Informações Relativas à Oferta”, do Suplemento respectivo, bem como do Modelo de Escritura de Emissão constante como anexo a este Prospecto.

Características do Programa

O Programa foi aprovado pela Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em [●] de [●] de 2006, cuja ata foi arquivada na JUCERGS sob o nº [●], em sessão de [●] e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no jornal Valor Econômico em [●] de [●] de 2.006, com as seguintes principais características:

Valores Mobiliários a serem ofertados pela Companhia no âmbito do Programa

Poderão ser emitidas Debêntures, conversíveis ou não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, das espécies quirografária, fluutuante, subordinada ou com garantia real.

Valor Total do Programa

O valor total do Programa é de R\$300,0 milhões de reais. Não há valores mínimos ou valores máximos para as Emissões, desde que observado o limite do valor total do Programa.

Duração

A duração do Programa é de dois anos, contados de seu arquivamento na CVM.

Suplemento ao Prospecto

Cada Emissão realizada no âmbito do Programa será descrita em um Suplemento, que conterà, inclusive, os termos e condições aplicáveis a cada Emissão. Recomendamos a leitura do Suplemento conjuntamente com este Prospecto.

Aumento da quantidade de Debêntures

Lote Suplementar de Debêntures. A Companhia poderá outorgar aos Coordenadores a opção de distribuição de lote suplementar de debêntures correspondentes a até 15,0% das Debêntures inicialmente ofertadas na Emissão, sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM ou de modificação dos termos da Emissão, conforme o disposto no artigo 24 da Instrução CVM 400.

Lote Adicional de Debêntures. A quantidade de Debêntures da Emissão a ser distribuída poderá ainda, a critério da Companhia e sem prejuízo do lote suplementar acima referido, ser aumentada até o montante que não exceda em 20,0% a quantidade de Debêntures inicialmente emitidas, conforme previsto no artigo 14, §2º da Instrução CVM 400, sem a necessidade de novo pedido ou modificação dos termos da Emissão.

A possibilidade de aumento da quantidade de Debêntures será definida por ocasião de cada uma das Emissões e constará do respectivo Suplemento.

Atualização

Nos termos da Instrução CVM 400, este Prospecto e as demais informações relacionadas ao Programa deverão ser atualizados pela Companhia no prazo máximo de um ano contado do arquivamento do Programa junto à CVM (ou seja, [•]), ou por ocasião da apresentação das demonstrações financeiras anuais da Companhia à CVM, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo de eventuais atualizações que venham a ser efetuadas à época da realização de Emissões no âmbito do Programa.

Características das Debêntures a serem emitidas no âmbito do Programa

Valor Nominal

O Valor Nominal das Debêntures será definido em cada Emissão e constará do respectivo Suplemento.

Quantidade de Debêntures

A quantidade de Debêntures a ser emitida será definida em cada Emissão e constará do respectivo Suplemento.

Séries

O número de séries será definido em cada Emissão e constará do respectivo Suplemento. Cada Emissão poderá ser feita em uma ou mais séries.

Data de Emissão

A Data de Emissão referente a cada Emissão será especificada no respectivo Suplemento.

Conversibilidade, Espécie e Forma

As Debêntures não serão conversíveis em ações, e serão todas nominativas e escriturais, das espécies quirografária, flutuante, subordinada ou com garantia real.

Vencimento

Os prazos de vencimento das Debêntures emitidas no âmbito do Programa constarão nos respectivos Suplementos. Cada Emissão poderá ter um prazo de vencimento diverso.

Remuneração

As remunerações aplicáveis às Debêntures do Programa poderão diferir para cada Emissão e serão especificadas nos respectivos Suplementos. O Modelo de Escritura de Emissão apresenta uma descrição mais detalhada de cada uma das remunerações aplicáveis às Debêntures emitidas no âmbito do Programa.

Repactuação, Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Programada

A possibilidade de haver repactuação, resgate antecipado facultativo e/ou amortização programada das Debêntures será definida em cada uma das Emissões e incluída nos respectivos Suplementos.

Aquisição Facultativa

A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração aplicável até a data da aquisição, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei de Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de aquisição facultativa poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado.

Vencimento Antecipado

As hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures serão definidas em cada Emissão e incluídas nos respectivos Suplementos. O Modelo de Escritura de Emissão apresenta uma descrição genérica das hipóteses de vencimento antecipado aplicáveis a todas Debêntures emitidas no âmbito do Programa.

Local de Pagamento

Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND para as Debêntures registradas para negociação nesse sistema e/ou pela CBLC, para as Debêntures registradas para negociação no BOVESPA FIX; ou, na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas no SND e/ou na CBLC, (ii) na sede da Emissora; ou, conforme o caso, (iii) por instituição financeira contratada para este fim.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1,0% ao mês, calculado *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2,0% sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial

Quorum para Deliberação dos Debenturistas

Os quoruns aplicáveis às Debêntures do Programa poderão diferir para cada emissão e serão especificados nos respectivos Suplementos.

Decadência do Direito aos Acréscimos

Sem prejuízo dos encargos moratórios, o não-comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Companhia, nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Companhia, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

Publicidade

Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver interesses dos debenturistas no âmbito do presente Programa serão veiculados, na forma de avisos, no jornal Valor Econômico, edição nacional.

Restituição de Recursos

Caso a Emissão não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos utilizados pelos investidores para a subscrição das Debêntures deverão ser devolvidos aos respectivos investidores, por intermédio do SDT, BOVESPA FIX e/ou Banco Mandatário, conforme estabelecido no Suplemento respectivo, no prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data do encerramento da Emissão, ou de sua revogação pelo investidor, caso aplicável, ficando, porém, desde já estabelecido que esses recursos serão devolvidos aos investidores sem incidência de juros ou correção monetária e deduzido o valor relativo à CPMF.

Cronograma das Etapas das Emissões

O cronograma relativo a cada Emissão será informado no Suplemento respectivo.

Identificação do Público Investidor Alvo e Inadequação de Investimento

O público alvo de cada Emissão e qualquer inadequação do investimento nas Debêntures de cada Emissão serão identificados no respectivo Suplemento.

Registro para Distribuição e Negociação

As Debêntures a serem emitidas no âmbito do Programa serão distribuídas e negociadas no mercado primário de acordo com o previsto no respectivo Suplemento por meio do SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, ou por meio do BOVESPA FIX, da BOVESPA, operacionalizado pela CBLC. O prazo para colocação pública das Debêntures será definido em cada uma das Emissões e constará dos respectivos Suplementos.

O plano de distribuição das Debêntures será determinado quando da realização de cada Emissão e constará dos respectivos Suplementos, observado que os Coordenadores deverão assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores, e (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente o exemplar do Prospecto e do respectivo Suplemento para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

No mercado secundário, as Debêntures serão admitidas à negociação, de acordo com o previsto no respectivo Suplemento, (i) no SND, administrado pela ANDIMA sendo os negócios liquidados na CETIP, e/ou (ii) no BOVESPA FIX, sendo os negócios liquidados na CBLC, segundo suas normas e procedimentos. As Debêntures submeter-se-ão às regras e controles de compensação e liquidação da CETIP ou da CBLC, conforme o caso.

Contrato de Distribuição

Antes da obtenção do registro de cada Emissão no âmbito do Programa, a Companhia e os coordenadores de referida Emissão celebrarão o Contrato de Distribuição, que estará disponível para consulta junto à Companhia, aos referidos coordenadores e à CVM, nos endereços indicados no respectivo Suplemento.

Melhores Esforços e/ou Garantia Firme

As Debêntures emitidas no âmbito do Programa poderão ser distribuídas sob o regime de melhores esforços de colocação e/ou de garantia firme de colocação, com ou sem solidariedade entre os Coordenadores, conforme disposto no Contrato de Distribuição relativo a cada Emissão, bem como o disposto no respectivo Suplemento.

Preço de subscrição e Forma de Integralização

O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de subscrição, podendo ser ajustado por ágio ou deságio, conforme o caso, com base em preço apurado em leilão ou coleta de intenções de investimento. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional ou em créditos e outros bens, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis ao SDT e/ou BOVESPA FIX, conforme mencionado no respectivo Suplemento.

Distribuição Parcial das Debêntures

Havendo a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures a serem emitidas no âmbito do Programa, o que deverá ser acordado em cada uma das Emissões, e constará dos respectivos Suplementos, os aceitantes de cada Emissão poderão, no momento da subscrição das Debêntures, condicionar sua adesão à colocação integral das Debêntures ou à colocação de proporção ou quantidade mínima de Debêntures.

Na hipótese de colocação de Debêntures em montante inferior ao estipulado pelo investidor, ou de não colocação da totalidade das Debêntures da respectiva Emissão, os valores, bens e direitos eventualmente recebidos em contrapartida à subscrição das Debêntures, deverão ser proporcionalmente restituídos ao subscritor, de acordo com a proporção prevista no respectivo Boletim de Subscrição, em moeda corrente nacional, dentro do prazo de cinco dias úteis, contados a partir do encerramento da respectiva Emissão, sem adição de juros e correção monetária deduzida a quantia relativa à CPMF.

Demonstrativo do Custo da Distribuição

Pela execução dos serviços de colocação, os Coordenadores poderão receber comissões e prêmio abaixo descritos, conforme acordado nos Contratos de Distribuição das Emissões:

- Comissão de Coordenação e Estruturação;
- Outras Comissões, conforme aplicável;
- Prêmio de Garantia Firme de Colocação; e/ou
- Comissão de Colocação.

As comissões e prêmio serão pagos na forma e no prazo determinado nos respectivos Contratos de Distribuição das Emissões.

Os custos envolvidos em cada uma das Emissões serão definidos nos respectivos Contratos de Distribuição das Emissões e constarão dos Suplementos.

Descrição dos Coordenadores

Pactual

O Pactual foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Atualmente, é um banco múltiplo, organizado como uma sociedade privada, com um patrimônio líquido de R\$740 milhões (em 31 de dezembro de 2.005) e recursos administrados na ordem de R\$36,4 bilhões (em 31 de dezembro de 2.005). O Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, *private banking*, tesouraria, investimentos de médio e longo prazos e *sales & trading*. Sua sede está localizada no Rio de Janeiro e possui escritórios nas Cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Recife, e uma subsidiária nas Ilhas Cayman.

O Pactual participa ativamente das atividades de *underwriting* e distribuição de emissões de dívidas e ações para empresas brasileiras nos mercados de capitais. A força da área de distribuição provém do amplo acesso e da prestação de serviços aos vários grupos de investidores locais e externos, de renda fixa ou dedicados a renda variável.

Desde 2.003, a área de mercado de capitais do Pactual assessorou clientes na captação de recursos no mercado local que totalizaram, aproximadamente, R\$12,8 bilhões em operações de debêntures e notas promissórias. Entre as principais, destacam-se as emissões de debêntures da Companhia Siderúrgica Nacional, no valor total de R\$1,5 bilhão; da Lojas Americanas S.A., no valor de R\$200,0 milhões; da ALL - América Latina Logística S.A., no valor de R\$120,0 milhões; da Braskem S.A., no valor de R\$300,0 milhões; da Camargo Cimentos S.A., no valor de R\$360,0 milhões; e da Vicunha Siderurgia S.A., no valor de R\$1,2 bilhão, nas quais o Pactual foi o Coordenador Líder.

Itaú BBA

O Itaú BBA é o maior banco de atacado do Brasil, com ativos de R\$40,4 bilhões em dezembro de 2.005. O banco faz parte do grupo Itaú, que possui 95,75% do total de ações e 50,0% das ações ordinárias de emissão do Itaú BBA, sendo o restante detido por executivos do próprio banco. O Itaú BBA se caracteriza pelo foco no atendimento aos clientes corporativos, com ênfase em crédito e operações estruturadas, atuando, assim, como banco corporativo e banco de investimento.

De acordo com o *ranking* ANBID de distribuição de renda fixa de operações no mercado doméstico, o Itaú BBA mantém a liderança há mais de dois anos consecutivos, ocupando o primeiro lugar em 2.004, 2.005 e 2.006 (até o mês de junho), com uma participação de mercado de 26,0%, 20,5%, 26,4%, respectivamente.

Em 2.005, entre as operações coordenadas pelo Itaú BBA destacam-se as debêntures de Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil, no valor de R\$1,35 bilhão; Localiza Rent a Car S.A., no valor de R\$350,0 milhões; Vicunha Siderurgia S.A., no valor de R\$1,2 bilhão; Telesp Celular Participações S.A., no valor de R\$1,0 bilhão; Elektro Eletricidade e Serviços S.A., no valor de R\$750,0 milhões; e o FIDC CESP II, no valor de R\$650,0 milhões.

Em 2.006, entre as operações coordenadas pelo Itaú BBA destacam-se as debêntures da Telemar Norte Leste S.A., no valor R\$2,1 bilhões; Itauseg Participações S.A., no valor de R\$1,5 bilhão; Vivax S.A., no valor de R\$220,0 milhões; e Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, no valor de R\$350,0 milhões.

Unibanco

O Unibanco está entre os cinco maiores bancos privados brasileiros. Oferece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros para uma diversificada base de clientes pessoas física e jurídica, de todos os segmentos de renda. Os negócios do Unibanco compreendem os segmentos de varejo, atacado, seguros e previdência e gestão de patrimônios. O Unibanco possui uma sólida posição de mercado em praticamente todas as áreas em que atua.

Valendo-se de estratégia de cobertura regional, a área de atacado do Unibanco tem cerca de 2.850 empresas-clientes, divididas entre médias e grandes, e 400 investidores institucionais no Brasil e no exterior. O Unibanco tem, consistentemente, ocupado posições de destaque em fusões e aquisições, *project finance* e nos mercados de renda fixa e renda variável. De acordo com o *ranking* ANBID de origemação e distribuição de renda fixa de operações no mercado doméstico, base janeiro a novembro de 2.005, o Unibanco ocupa o segundo lugar, com uma participação de mercado de aproximadamente 20,0%, e o primeiro lugar em número de operações realizadas com 18 emissões neste período.

Em 2.006, até a data deste Prospecto, o Unibanco participou, entre outras operações: como coordenador líder da 1ª emissão de debêntures da Diagnósticos da América S.A., no valor de R\$202,5 milhões; como coordenador líder da 4ª emissão de debêntures simples da Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, no valor de R\$5,7 bilhões; como coordenador líder da 1ª emissão de debêntures simples da AmBev, no valor de R\$2,1 bilhões; e como coordenador da 6ª emissão de debêntures simples da ALL América Latina Logística S.A., no valor de R\$700,0 milhões.

Relações da Companhia com os Coordenadores

Relação da Companhia com o Pactual

Além do relacionamento referente ao Programa e às Emissões, nós mantivemos e mantemos relacionamento comercial com o Coordenador Líder de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro e poderemos, no futuro, contratar o Coordenador Líder para nos assessorar, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de nossas atividades. Desde 03 de julho de 2.006, a Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. exerce a função de formador de mercado (*market maker*) das nossas Ações.

Relação da Companhia com o Itaú BBA

Atualmente não possuímos relacionamento com o Itaú BBA. Poderemos, no futuro, contratar o Itaú BBA para nos assessorar, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de nossas atividades.

Relação da Companhia com o Unibanco

Possuímos relacionamento com o Unibanco há mais de cinco anos. Durante esse período, o Unibanco trabalhou conosco em diversas linhas, sendo que atualmente suas operações conosco se concentram na prestação de fianças, financiamentos a investimentos e incremento de exportações. Nós também mantemos aplicações financeiras com o Unibanco.

Leia o Prospecto e o respectivo Suplemento antes de aceitar a Oferta.

O Prospecto estará disponível nos seguintes endereços eletrônicos da rede mundial de computadores: www.pactual.com.br, www.itaubba.com.br e www.unibanco.com.br/prospectos. Além disso, o Prospecto também estará disponível nos seguintes endereços e endereços eletrônicos da rede mundial de computadores: (1) CVM, localizada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º

andar, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br); (2) BOVESPA, localizada na Rua XV de Novembro, nº 275, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.bovespa.com.br); (3) CETIP, localizada na Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (www.cetip.com.br); e (4) Companhia, na Rua Dalton Lahm dos Reis, nº 201, na Cidade de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul (www.lupatech.com.br).

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A destinação dos recursos que vierem a ser obtidos por meio de cada Emissão realizada no âmbito do Programa será informada quando da efetiva emissão das Debêntures e constará de cada um dos respectivos Suplementos.

IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

1. **Companhia**
Lupatech S.A.
Rua Dalton Lahm dos Reis nº 201
95112-090- Caxias do Sul - RS
At: Sr. Thiago Alonso de Oliveira - Diretor de Relação com Investidores
Tel.: (54) 3227-7000
(11) 2134-7000
Fax: (54) 3227-7031
(11) 3848-9599
thiagoo@lupatech.com.br
www.lupatech.com.br

2. **Coordenadores**
 - 2.1 Coordenador Líder
Banco Pactual S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729 - 10º andar
04538-133 - São Paulo - SP
At: Sr. Evandro Pereira
Tel.: (11) 3046-2000
Fax: (11) 3046-2000
www.pactual.com.br

 - 2.2 Coordenadores
Banco Itaú BBA S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400 - 4º andar
CEP 04538-132 - São Paulo - SP
At.: Sr. Gustavo Bellon
Tel.: (11) 3708-8717
Fax: (11) 3708-8107
www.itaubba.com.br

 - Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.**
Av. Eusébio Matoso, nº 891, 20º andar
CEP 05423-901 - São Paulo - SP
At: Rogério Assaf Freire
Tel.: (11) 3097-4032
Fax: (11) 3097-4501
www.unibanco.com.br

4. **Consultor Legal**
 - 4.1 Companhia e Coordenadores
Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados
Rua da Consolação nº 247 - 4º andar
01301-903 - São Paulo - SP
At: Sr. Fernando Shayer
Tel: (11) 3150-7000
Fax: (11) 3150-7071

5. **Auditores da Companhia**

- 5.1. Para as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2.004 e 2.005 e períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2.005 e 2.006:

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

Rua Mostardeiro, 800 – 8º e 9º andares

90430-000 – Porto Alegre - RS

Tel: (0xx51) 3378-1700

Fax: (0xx51) 3328-1609

At.: Sr. Carlos Biedermann

- 5.2. Para as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.003:

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Avenida Carlos Gomes, 403 – 12º andar

90480-003 – Porto Alegre - RS

Tel: (0xx51) 3327-8800

Fax: (0xx51) 3328-3031

At.: Sr. Fernando Carrasco

Declaração da Companhia e do Coordenador Líder

Considerando que:

- Nós e o Coordenador Líder constituímos consultores legais para auxiliar na implementação do Programa;
- Para tanto, foi efetuado processo de *due diligence* na Companhia;
- Foram disponibilizados os documentos relevantes para a elaboração do Prospecto;
- Conforme informações que prestamos, foram disponibilizados, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre eventual Emissão no âmbito do Programa, tendo por base este Prospecto;

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, nós e o Coordenador Líder declaramos que este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, do Programa, da Companhia, suas atividades, sua situação econômico financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, assim como este Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Com relação às informações prestadas neste Prospecto, atestamos a veracidade, consistência, qualidade e suficiência destas informações, bem como de quaisquer informações prestadas por ocasião do registro do Programa ou fornecidas no Suplemento ao Prospecto ao mercado durante as distribuições a serem realizadas no âmbito do Programa.

O Coordenador Líder declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que as informações prestadas pela Emissora sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Emissões a serem realizadas no âmbito do Programa.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Lupatech S.A., sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 89.463.822/0001-12 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o NIRE 43300028534.
Sede	A sede da Companhia está localizada na Rua Dalton Lahm dos Reis nº 201, na Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
Diretoria de Relações com Investidores	A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rua Dalton Lahm dos Reis nº 201, na Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. O responsável por esta diretoria é o Sr. Thiago Alonso de Oliveira. O telefone do Departamento de Relações com Investidores é (54) 3227-7000, o fax é (54) 3227-7031 e o e-mail é thiagoo@lupatech.com.br .
Auditores Independentes da Companhia	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Jornais nos quais a Companhia divulga Informações	As publicações realizadas pela Companhia em decorrência da Lei das Sociedades por Ações são divulgadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no Valor
Site na Internet	O nosso <i>site</i> na Internet está disponível sob o endereço www.lupatech.com.br .
Atendimento aos debenturistas	O atendimento aos debenturistas será realizado em nossa sede e na agência da instituição financeira que será contratada para esse fim, na forma do Suplemento.
Informações Adicionais	Quaisquer outras informações complementares sobre a Companhia e o Programa poderão ser obtidas (i) na Companhia, em sua sede; (ii) no Coordenador Líder, Pactual, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.729, 6º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ou Praia de Botafogo, n.º 501, 5º e 6º andares, Torre Corcovado, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; (iii) nos Coordenadores, (a) Itaú BBA, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 5º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e (b) Unibanco, na Av. Eusébio Matoso, n.º 891, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (iv) na CVM, na Rua Sete de Setembro, n. 111, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ou, na Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

FATORES DE RISCO

Antes de tomar qualquer decisão de investir nas Debêntures, o investidor deve analisar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e nos respectivos Suplementos, e, em particular, os riscos abaixo descritos e nossas demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas. Outros riscos que não são atualmente de nosso conhecimento ou que atualmente consideramos irrelevantes poderão ter um efeito adverso em nosso negócio.

Quando um risco pode vir a ter um “efeito adverso” para nós ou nos “afetar adversamente”, como mencionado nesta seção, tal efeito adverso pode afetar ou afetará as atividades da companhia e/ou suas subsidiárias, sua condição financeira, seus resultados operacionais, suas projeções e perspectivas, seus negócios e/ou o preço de negociação de suas Debêntures.

Riscos Relativos à Companhia

Parte significativa das nossas vendas no Segmento Flow está atrelada a projetos da Petrobras.

No Segmento Flow, nossos maiores clientes são a Petrobras e suas contratadas nos Contratos de EPC. Em 2.005, eles responderam por 64,0% da receita bruta do Segmento Flow e 41,5% da nossa receita bruta total.

Não temos garantia de relacionamento de longo prazo com a Petrobras ou com seus contratados por meio de Contratos de EPC, haja vista que a maior parte das aquisições das nossas válvulas são realizadas com base em ordens de compra, que não garantem o fornecimento por longos períodos. Por exemplo, podemos receber uma ordem de compra para uma das fases de construção de uma nova plataforma de petróleo e não receber para a fase seguinte. Além disso, como regra, as aquisições de bens e serviços pela Petrobras dependem de licitação.

Caso a Petrobras não implemente total ou parcialmente ou altere seu plano de negócios, ou a Petrobras reduza seus investimentos, e, conseqüentemente diminua sua necessidade de válvulas, ou caso a demanda por nossos produtos, por parte da Petrobras ou suas contratadas nos Contratos de EPC diminua, ou caso não tenhamos sucesso em expandir a nossa base de cliente, poderemos ser adversamente afetados.

Além disso, caso não consigamos atender os requisitos de qualificação e especificações exigidos pela Petrobras dos seus fornecedores, inclusive com relação à qualidade da matéria-prima, podemos ser impedidos de fornecer bens e serviços para a Petrobras, o que pode nos afetar adversamente.

Desde 2.003, o Governo Federal tem incentivado o suprimento nacional de bens e serviços nos projetos da indústria de petróleo e gás, e a ANP e a Petrobras têm incluído, em suas licitações, um percentual mínimo de conteúdo nacional de bens e serviços que deve ser atendido. Caso haja mudança nessa política governamental ou caso a ANP ou a Petrobras reduzam esse percentual mínimo, poderemos enfrentar maior competição e ser adversamente afetados.

O setor automotivo é responsável pela maior parte das vendas do Segmento Metal.

Em 2.005, as vendas para o setor automotivo representaram 61,9% da receita bruta do Segmento Metal e 20,4% da nossa receita bruta total.

Esse setor é caracterizado pelo forte poder de barganha dos produtores de veículos automotores em relação aos fornecedores em virtude do nível de concentração empresarial da produção de veículos automotores e da capacidade desses produtores de desenvolver fornecedores de peças,

componentes, módulos, subsistemas e subconjuntos em todo o mundo.

Além disso, é um setor de aplicação intensiva de tecnologia e de capital, configurado por prazos extensos de maturação de investimentos e de ciclo operacional e que geralmente pressupõe o relacionamento de longo prazo com os fornecedores.

Caso não consigamos competir satisfatoriamente ou nos adequar às exigências tecnológicas e de qualidade dos clientes do setor automotivo, ou ainda, caso não tenhamos sucesso em manter ou firmar parcerias de longo prazo com esses clientes, poderemos ser adversamente afetados.

Podemos não ser capazes de implementar com sucesso a nossa estratégia de crescimento.

A nossa estratégia de crescimento envolve o incremento de vendas e o aumento de nossa participação de mercado nos Segmentos Flow e Metal. O sucesso no implemento desta estratégia está sujeito a riscos, tais como, dentre outros, a existência de demanda pelos nossos produtos, alteração no ambiente regulatório, fatores macroeconômicos, a nossa capacidade de competir em termos satisfatórios, desenvolvimento dos setores em que atuamos, a nossa capacidade de controlar custos e a nossa capacidade de obter recursos para aplicação em desenvolvimento e tecnologia, bem como para reter mão-de-obra qualificada. Poderemos não ser capazes de implementar nossa estratégia de crescimento com sucesso e poderemos ser adversamente afetados.

Podemos não ser bem sucedidos nas nossas aquisições.

Como parte da nossa estratégia de negócios, temos crescido por meio de aquisições estratégicas. Pretendemos continuar a implementar tal estratégia. A integração com sucesso de novos negócios dependerá da nossa capacidade de gerir tais negócios satisfatoriamente e eliminar custos redundantes e/ou excessivos. Nós podemos não ser capazes de reduzir custos ou de nos beneficiar de outros ganhos esperados com essas aquisições, o que pode nos afetar adversamente.

A nossa capacidade de continuar a ampliar nossos negócios com êxito por meio de aquisições depende de diversos fatores, inclusive da nossa capacidade de identificar empresas alvo para aquisições ou acessar mercados de capitais a um custo aceitável e de negociar condições favoráveis em tais operações. Aquisições futuras podem ainda requerer um maior endividamento, o qual pode nos afetar adversamente. Além disso, podemos vir a ter que captar recursos adicionais através de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que pode resultar na diluição da participação do referido investidor nas nossas Ações.

Aquisições também representam risco de exposição a responsabilidades relativas a contingências envolvendo a sociedade adquirida, sua administração ou passivos incorridos anteriormente à sua aquisição. O processo de auditoria (*due diligence*) que conduzirmos com relação a uma aquisição e quaisquer garantias contratuais ou indenizações que possamos receber dos vendedores de tais sociedades podem não ser suficientes para nos proteger ou nos compensar por eventuais contingências. Uma contingência significativa associada a uma aquisição pode nos afetar adversamente.

Estamos sujeitos a riscos operacionais relacionados ao uso dos nossos produtos com aplicações críticas.

Alguns produtos que fabricamos, por sua natureza e utilização, trazem um risco inerente e significativo de responsabilidade civil por danos a terceiros. Por exemplo, nossas válvulas industriais são utilizadas em plataformas de extração de petróleo e linhas de produção de grandes sociedades brasileiras e multinacionais. Uma falha no funcionamento dessas válvulas pode trazer grandes prejuízos a nossos clientes e a correspondente obrigação de indenizarmos os danos

causados. Uma contingência significativa associada a uma falha em um de nossos produtos pode nos afetar adversamente.

O desligamento ou perda dos serviços de pessoas estratégicas pode afetar adversamente os nossos resultados.

Nosso sucesso e crescimento futuro dependem em certa medida da continuidade dos serviços dos nossos administradores atuais, que ocupam posição estratégica em nossa estrutura e orientam vários aspectos da condução dos nossos negócios. Nosso sucesso e crescimento futuro dependem, ainda, de nossa habilidade em identificar, atrair e manter em nossos quadros outros administradores e empregados qualificados. Não podemos assegurar que teremos sucesso em atrair e manter tais administradores e empregados. A perda dos serviços ou o falecimento de qualquer de tais administradores pode nos afetar adversamente.

Perdas ou demais responsabilidades que não estejam cobertas por nossos seguros poderão acarretar custos adicionais em nossas operações.

Mantemos contratos de seguro em diferentes modalidades, exigidas ou não por lei, tais como apólices de responsabilidade civil e de danos causados por incêndios, explosões ou queda de raios. A ocorrência de perdas ou demais responsabilidades que eventualmente não estejam cobertas por tais apólices ou que excedam os limites destas poderão acarretar significativos custos adicionais não previstos, podendo nos afetar adversamente.

Decisões contrárias em uma ou mais ações nas quais somos parte poderão nos afetar adversamente.

Somos parte em diversos processos na esfera judicial e na esfera administrativa, incluindo ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Algumas das ações de natureza tributária, das quais somos partes, envolvem montantes significativos. O resultado desfavorável em uma ou mais dessas ações poderá nos afetar adversamente. Para maiores informações, ver seção “Nossas Atividades – Contingências Judiciais e Administrativas”.

Enfrentamos competição em determinadas áreas de nossos negócios.

Competimos no Brasil e no exterior com outros fornecedores de bens e serviços nos setores de petróleo e gás e automotivo, dentre outros. Para permanecermos competitivos, deveremos continuar realizando investimentos no parque fabril, nos canais de venda, no suporte e na assistência pós-venda aos nossos clientes, além de manter um relacionamento favorável com nossos clientes. Caso não tenhamos recursos suficientes para manter tais investimentos ou, de outra forma, não conseguirmos competir satisfatoriamente, poderemos ser adversamente afetados.

Riscos Relativos aos Setores em que Atuamos

Os setores em que atuamos, principalmente o de petróleo e gás e o automotivo, podem enfrentar períodos de retração.

Os setores em que atuamos, principalmente o de petróleo e gás e o automotivo, tanto internacionalmente quanto no Brasil, são historicamente caracterizados por períodos de oferta restrita, aumento de preços e margens altas alternados com períodos de excesso de capacidade, preços em declínio e margens baixas. Historicamente, essas indústrias têm enfrentado períodos de retração, o que geralmente acarreta na redução dos investimentos programados e postergação dos projetos de expansão.

O nosso crescimento está relacionado ao crescimento dos setores em que atuamos, principalmente o de petróleo e gás e o automotivo, já que nossos principais clientes do Segmento Flow e do Segmento Metal integram esses setores. Conseqüentemente, eventos que afetam esses setores ou tais clientes podem nos afetar adversamente.

A indústria automotiva depende da situação econômica nacional e global, especialmente da demanda por veículos automotores.

O desempenho da indústria automobilística é altamente correlacionado àquele das economias nacional e internacional, dada a sua forte dependência ao nível geral de renda, sua distribuição, incidência de impostos, condições de custos de financiamento e mercado consumidor. Uma retração nas economias global ou nacional poderá afetar negativamente a demanda e as vendas de veículos automotores causando uma diminuição da produção atual e de novos desenvolvimentos da indústria automotiva.

Dado que desenvolvemos e produzimos peças, partes complexas e subconjuntos para a indústria automotiva, nossos resultados estão diretamente relacionados com o desempenho e crescimento da indústria automotiva. Dessa forma, o desaceleramento da indústria automotiva pode nos afetar adversamente.

Nosso negócio pressupõe relacionamento de longo prazo com clientes e constante participação no desenvolvimento de novos produtos.

Os nossos produtos, tanto do Segmento Flow como do Segmento Metal, têm como características importantes os prazos extensos de especificações e desenvolvimento de produtos, de maturação de investimentos e de ciclo operacional. A competitividade baseia-se na capacidade de oferecer produtos com custo, qualidade e prazos compatíveis com a demanda dos clientes. Caso algum concorrente consiga oferecer produtos em condições mais competitivas ou com qualidade superior à dos nossos, podemos ter dificuldades em encontrar novos mercados em um prazo curto suficiente para evitar um efeito adverso para nós.

Caso não consigamos manter em andamento novos desenvolvimentos de produtos junto aos nossos clientes, poderemos ser adversamente afetados, dado que a fase de produção de uma válvula, peça ou subconjunto geralmente demanda um certo período de tempo, quando a linha de produtos do cliente é substituída ou renovada.

Os setores em que atuamos estão sujeitos a rápidos avanços tecnológicos.

Os segmentos em que atuamos estão sujeitos a rápidos e constantes avanços tecnológicos. Nossos resultados positivos dependem da nossa capacidade de continuar a desenvolver melhorias em nossos processos e produtos e oferecer aos clientes soluções inovadoras que respondam às rápidas mudanças de padrão tecnológico e às expectativas do mercado em geral. Caso não sejamos capazes de desenvolver melhorias tecnológicas e novos padrões tecnológicos, seja por incapacidade de obtenção de recursos ou de retenção e contratação de pessoal capacitado, poderemos ser adversamente afetados.

Alterações nas leis e regulamentos ambientais podem nos afetar adversamente.

Nossas atividades estão sujeitas a uma rigorosa legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal no tocante, dentre outros aspectos, à eliminação de resíduos sólidos e descartes de efluentes líquidos, industriais e sanitários, e necessitam de autorizações e licenças de agências governamentais. Na hipótese de violação ou não cumprimento de tais leis, regulamentos, licenças e autorizações, podemos sofrer sanções administrativas, tais como multas, revogação de autorizações

e licenças, interdição temporária ou permanente, ou podemos ficar sujeitos a sanções criminais (inclusive nossos administradores), que tal como as sanções administrativas, podem ser agravados em virtude da reincidência, independentemente da obrigação de reparar ou indenizar, no âmbito civil, os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Podemos, ainda, ser obrigados a arcar com substanciais gastos ambientais corretivos. Agências governamentais ou outras autoridades podem também editar novas regras mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, que podem obrigar-nos a gastar recursos adicionais na adequação ambiental. Qualquer ação neste sentido por parte das agências governamentais poderá nos afetar adversamente.

Riscos Relativos ao Brasil

O Governo Federal tem exercido e continua a exercer significativa influência sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas no Brasil exercem impacto direto sobre nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

A economia brasileira tem como característica a constante participação do Governo Federal, que freqüentemente altera as políticas monetária, fiscal e de crédito, entre outras, para influenciar o curso da economia. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação e influenciar outras políticas podem ser implementadas mediante controle de preços e salários, depreciação do real, controles sobre a remessa de recursos ao exterior, alteração da taxa básica de juros, bem como outras medidas. Não temos controle sobre medidas ou políticas que o Governo Federal poderá adotar no futuro, nem podemos prevê-las. Poderemos ser adversamente afetados pelas mudanças nas políticas do Governo Federal, bem como por fatores econômicos em geral, entre os quais se incluem:

- crescimento da economia nacional;
- inflação;
- flutuações nas taxas de câmbio;
- políticas de controle cambial;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- taxas de juros;
- liquidez dos mercados de capitais e de empréstimos locais;
- política energética e alterações no direcionamento da utilização de bens e serviços nacionais nos projetos da indústria brasileira de petróleo e gás; e
- outros desenvolvimentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o País.

Nos últimos meses, certos membros do Governo Federal, poder legislativo e partidos políticos brasileiros têm sido acusados de terem agido, no exercício de suas funções, de maneira antiética ou ilegal. Tais acusações, que estão atualmente sob a investigação do Congresso Nacional, baseiam-se em alegadas violações às leis eleitoral e de financiamento de campanha, tráfico de influência e outras faltas consideradas atos de corrupção. Em virtude dessas acusações, diversos membros do Governo Federal e do partido do atual presidente do Brasil, incluindo o ex-chefe da casa civil, renunciaram aos seus mandatos. Se essas acusações ou investigações conduzirem a uma percepção materialmente adversa sobre o Brasil, o preço de negociação de nossas Ações poderá ser adversamente afetado. Adicionalmente, qualquer instabilidade no cenário político brasileiro, decorrente dessas acusações ou investigações, que afetem negativamente a economia brasileira poderá nos forçar a reavaliar as nossas estratégias, bem como poderá nos afetar adversamente.

Eleições presidenciais serão realizadas no Brasil em outubro de 2006. O Presidente da República detém poder considerável para estabelecer políticas públicas e tomar medidas que afetam a economia brasileira e, conseqüentemente, afetam as operações e desempenho financeiro de

empresas, tais como a nossa. A corrida para a eleição presidencial pode resultar em mudanças das políticas públicas existentes, e a administração pós-eleição - mesmo se o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva for reeleito - pode buscar implementar novas políticas. Por exemplo, a atual administração ou a administração pós-eleição poderá enfrentar pressão no mercado interno no sentido de recuo nas atuais políticas macroeconômicas na tentativa de alcançar taxas mais altas de crescimento econômico.

Não podemos prever que políticas fiscais, cambiais, monetárias, previdenciárias, entre outras, serão adotadas pela atual ou futura administração do Governo Federal, nem se essas políticas resultarão em conseqüências adversas para a economia do País e para nós.

A instabilidade na taxa de câmbio e a valorização do Real frente ao euro e ao Dólar poderão ter um efeito adverso para nós.

Como resultado de pressões inflacionárias, a moeda brasileira tem se depreciado periodicamente durante a última década. Durante tal período, o Governo Federal implementou vários planos econômicos e utilizou diversas políticas de taxas de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas, pequenas desvalorizações periódicas durante as quais a freqüência de ajustes variou de diária para mensal, sistemas de flutuação de câmbio e controle de câmbio. Embora a depreciação da moeda brasileira a longo prazo geralmente esteja relacionada à taxa de inflação no Brasil, a depreciação que ocorre em períodos mais curtos tem resultado em oscilações significativas na taxa de câmbio entre a moeda brasileira, o Dólar e outras moedas. Em 2.002, o Real depreciou-se 34,3% em relação ao Dólar, devido, em parte, às incertezas políticas que cercavam a eleição presidencial e à desaceleração da economia global. Apesar da apreciação do real em relação ao Dólar ter sido de 22,3%, 8,8% e 13,4% em 2.003, 2.004 e 2.005, respectivamente, nenhuma garantia pode ser dada no sentido de que o Real irá se depreciar ou apreciar em relação ao Dólar no futuro. A taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central, em 31 de dezembro de 2.005, foi de R\$2,3407 por Dólar e, em 30 de junho de 2.006, foi de R\$2,1643 por Dólar.

Em 2.005, nossas vendas para o mercado externo representaram aproximadamente 10,5% do nosso faturamento bruto consolidado. No futuro, pretendemos incrementar o volume de exportações de nossos produtos como parte da nossa estratégia de crescimento. Na hipótese de valorização do Real frente ao euro, ao Dólar ou outras moedas, o preço de nossos produtos pode tornar-se menos atrativo no mercado externo. Nesse caso, poderemos ter de ajustar tais preços, o que pode ter um efeito adverso para nós.

As desvalorizações do Real em relação ao Dólar ou outras moedas estrangeiras também criam pressão inflacionária, o que pode nos prejudicar, inclusive na medida em que elas geralmente podem levar a intervenção governamental, incluindo a implementação de políticas recessivas. A instabilidade na taxa de câmbio poderá ter um efeito adverso para nós.

A inflação e certas medidas tomadas pelo Governo Federal para contê-la têm, historicamente, provocado efeitos adversos sobre a economia brasileira e sobre o mercado brasileiro de capitais. Altos níveis de inflação no futuro poderão nos afetar adversamente.

Historicamente, o Brasil tem experimentado taxas de inflação extremamente elevadas. A inflação e algumas das medidas adotadas pelo Governo Federal para combatê-la têm tido importantes efeitos adversos sobre a economia brasileira. Inflação, políticas adotadas para conter o processo inflacionário e a incerteza acerca das políticas públicas futuras podem contribuir para a incerteza do cenário econômico do Brasil e para a elevada volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

Desde a introdução do real em 1.994, a taxa de inflação no Brasil tem sido substancialmente menor do que em períodos anteriores. Entretanto, as pressões inflacionárias continuam a existir, e as medidas adotadas para combater a inflação, juntamente com especulações a respeito de possíveis medidas governamentais futuras, têm contribuído para a incerteza econômica no Brasil e elevado a volatilidade no mercado de capitais brasileiro. De acordo com o IGP-M, as taxas de inflação brasileiras foram de 8,7%, 12,4% e 1,2% em 2.003, 2.004 e 2.005, respectivamente. De acordo com o IPCA, as taxas de inflação brasileiras foram de 9,3%, 7,6% e 5,7% em 2.003, 2.004 e 2.005, respectivamente.

O Brasil poderá experimentar altos níveis de inflação no futuro. A pressão inflacionária poderá levar a maiores intervenções governamentais na economia, incluindo a introdução de políticas governamentais que poderão nos afetar adversamente.

Caso o Brasil apresente altas taxas de inflação no futuro, talvez não sejamos capazes de reajustar os preços dos nossos produtos para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, o que pode nos conduzir à diminuição de nossa receita líquida. Pressões inflacionárias também podem afetar nossa habilidade de nos antecipar às políticas governamentais de combate à inflação e nos afetar adversamente.

A variação nas taxas de juros pode nos afetar adversamente, bem como pode afetar adversamente o valor de negociação de nossas Ações.

Estamos expostos ao risco de variação nas taxas de juros, principalmente quanto à TJLP, no que se refere aos empréstimos feitos em Reais.

Como nos anos de 2.003 e 2.004 a pressão inflacionária cedeu, o CMN diminuiu a TJLP de 11,0% em 31 de dezembro de 2.003 para 9,75% em 31 de dezembro de 2.004. A TJLP em 31 de dezembro de 2.005 era de 9,75%. Entretanto, qualquer aumento da pressão inflacionária ou qualquer outra pressão macroeconômica pode fazer com que o Governo Federal aumente as taxas de juros nacionais.

Caso a TJLP aumente, teremos que pagar nossos empréstimos em valores mais elevados e podemos não ser capazes de ajustar o preço de nossos produtos para compensar o efeito de tal aumento de custo. Se não conseguirmos ajustar os nossos preços, nossa receita pode não ser suficiente para compensar o aumento das despesas relacionadas com nossos empréstimos, o que pode nos afetar adversamente.

Acontecimentos e a percepção de risco em outros países, principalmente em países emergentes, podem afetar adversamente o valor de mercado de valores mobiliários brasileiros.

O mercado para os valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em certa medida, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive de outros países da América Latina e de outros países emergentes. Embora as condições econômicas desses países sejam diferentes das condições econômicas do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Eventuais crises em outros países emergentes podem reduzir a demanda de investidores por valores mobiliários de companhias brasileiras, incluindo os valores mobiliários de nossa emissão. Esses fatos podem afetar adversamente o valor de mercado de nossas Ações, que, se reduzido, pode dificultar ou mesmo impedir nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de nossas operações no futuro.

Riscos Relativos às Debêntures

Baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de debêntures.

O mercado secundário existente no Brasil apresenta historicamente baixa liquidez. Não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado ativo e líquido para negociação das Debêntures que permita aos subscritores sua pronta alienação caso estes decidam pelo desinvestimento.

Eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures poderá acarretar redução de liquidez.

Para se realizar uma classificação de risco, certos fatores relativos à Companhia são levados em consideração, tais como sua condição financeira, administração e desempenho de suas atividades. São analisadas, também, características das próprias emissões e dos valores mobiliários, assim como as obrigações assumidas pela Companhia e os fatores político-econômicos que podem afetar sua condição financeira. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Companhia de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures poderá afetar negativamente o preço desses valores mobiliários para negociação no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento da classificação de risco das Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar as Debêntures que detenham no mercado secundário.

Os riscos específicos de cada uma das Emissões, de acordo com as suas características, constarão dos respectivos Suplementos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS

Este Prospecto contém declarações prospectivas, as quais estão sujeitas a riscos e incertezas, pois foram baseadas em premissas da nossa Administração e em informações disponíveis. Declarações prospectivas incluem afirmações a respeito das intenções ou expectativas atuais de nossa Administração em relação a uma série de assuntos, entre os quais se destacam:

- conjuntura econômica, política e de negócios do Brasil e, em especial, nos mercados geográficos em que atuamos;
- nosso nível de endividamento e demais obrigações financeiras, e nossa capacidade de contratar financiamentos quando necessário e em termos razoáveis;
- nossa capacidade de implementar nossos planos de investimento;
- inflação e desvalorização do real, bem como flutuações das taxas de juros;
- leis e regulamentos existentes e futuros;
- aumento de custos;
- nossa capacidade de obter materiais e serviços de fornecedores sem interrupções, a preços razoáveis, e com economias de escala;
- nossa habilidade de adquirir outras empresas e integrá-las de maneira satisfatória;
- expectativas de crescimento das indústrias de petróleo e gás e automotivo, incluindo nossas expectativas sobre o plano de negócios da Petrobras;
- expectativas de que a Petrobras continuará a exigir uma participação mínima de conteúdo nacional nas suas licitações;
- sucesso na implementação de nossa estratégia; e
- os fatores de risco discutidos na seção “Fatores de Risco”.

O investidor deve estar ciente de que os fatores mencionados acima, além de outros discutidos neste Prospecto, poderão afetar nossos resultados futuros e poderão levar a resultados diferentes daqueles expressos nas declarações prospectivas que fazemos neste Prospecto. Não assumimos a obrigação de atualizar tais declarações.

As palavras “acredita”, “pode”, “continua”, “espera”, “prevê”, “pretende”, “planeja”, “estima”, “antecipa”, ou similares têm por objetivo identificar estimativas.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. A condição futura da nossa situação financeira e de nossos resultados operacionais, nossa participação de mercado e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferença significativa se comparados àquela expressa ou sugerida nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da nossa capacidade de controle ou previsão. O investidor é alertado para não depositar confiança indevida em declarações prospectivas.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

Informações Financeiras

A Companhia prepara suas demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras.

Estão incluídas neste Prospecto:

- as demonstrações financeiras consolidadas e não consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2.003, 2.004 e 2.005, auditadas pela Deloitte com referência ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.003, e pela PricewaterhouseCoopers com referência aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2.004 e 2.005, conforme indicado nos pareceres dos referidos auditores incluídos neste Prospecto; e
- as demonstrações financeiras interinas consolidadas e não consolidadas não auditadas da Companhia, relativas aos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2.005 e 2.006, objeto de revisão limitada pela PricewaterhouseCoopers, conforme indicado em seu relatório sobre a revisão limitada incluído neste Prospecto.

Os resultados de todas as nossas subsidiárias são consolidados de forma integral em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Conforme requerido pelas Práticas Contábeis Brasileiras, nossas demonstrações financeiras nos Anexos deste Prospecto incluem as demonstrações financeiras não consolidadas correspondentes a Lupatech S.A., como Controlador, sem consolidar a posição financeira e resultados das operações de nossas subsidiárias. Exceto conforme indicado especificamente, todas as informações apresentadas no Prospecto estão preparadas com base em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Estimativas de Mercado

Fazemos declarações neste Prospecto sobre estimativas de mercado, nossa situação em relação aos nossos concorrentes e nossa participação no mercado. Fazemos tais declarações com base em informações obtidas de fontes que consideramos confiáveis, tais como IBGE, Banco Central, entre outras. Não temos motivos para achar que tais informações sejam incorretas em seus aspectos relevantes e não as verificamos de forma independente.

Grupamento

Em 29 de março de 2.006, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações de nossa emissão na proporção de cinco ações para cada ação existente. Dessa forma, todas as referências neste Prospecto ao número de ações após essa data já reflete o grupamento.

Outras Informações

Alguns dos percentuais e outros valores incluídos neste Prospecto foram arredondados para facilitar a apresentação. Portanto, alguns dos totais constantes das tabelas aqui apresentadas podem não representar uma soma exata dos valores que os precedem.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS

Geral

Em 30 de junho de 2.006, o nosso capital social era de R\$227.618.652,00, dividido em 45.625.310 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Para maiores informações, ver seção “Descrição do Capital Social”.

Em 24 de abril de 2.006, celebramos o Contrato de Participação no Novo Mercado com a BOVESPA. Desde 15 de maio de 2.006, nossas ações são negociadas na BOVESPA sob o código LUPA3. Nossas Ações estão incluídas no IGC - Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada e no ITAG - Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado, índices da BOVESPA que têm por objetivo medir o desempenho de uma carteira teórica composta por ações de empresas com essas características.

Ofertas Públicas de Distribuição

Em 12 de maio de 2006, nós, Lupapar, GP Tecnologia, BNDESPAR e Natexis International, realizamos uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de nossa emissão, que foi realizada no Brasil, com esforços de colocação no exterior, ao preço de R\$22,00 por ação ofertada, totalizando o montante de R\$452,7 milhões, correspondente a um total de 20.579.092 ações.

De acordo com as regras do Novo Mercado, nós, nossos administradores e a Lupapar não poderemos vender ou ofertar à venda ações de nossa emissão de sua titularidade, ou derivativos lastreados em tais ações, nos primeiros seis meses após o início da negociação das Ações no Novo Mercado (15 de maio de 2.006). Após este período de seis meses, nossos administradores e a Lupapar não poderão por seis meses adicionais, vender ou ofertar mais do que 40,0% de ações ou derivativos lastreados em ações de nossa emissão de sua titularidade.

Cotação das Ações Ordinárias de Nossa Emissão na BOVESPA

A tabela a seguir apresenta o preço de fechamento máximo, médio e mínimo, em reais, das ações ordinárias de nossa emissão, nos períodos indicados, na BOVESPA.

<u>Reais Por Ação</u>	<u>Mínimo</u>	<u>Médio</u>	<u>Máximo</u>
Maio/2006	20,60	22,75	24,70
Junho/2006	17,89	20,44	22,39
Julho/2006	21,40	22,50	24,50

Fonte: BOVESPA

Debêntures

Em 31 de agosto de 2.001, emitimos 21.575 debêntures conversíveis em ações, no valor de R\$7,0 milhões, as quais foram totalmente subscritas pela BNDESPAR. Em 15 de abril de 2.003, a BNDESPAR converteu 9.247 debêntures em 9.247.000 ações preferenciais classe “B”, e em 11 de setembro de 2.003 converteu as 12.328 debêntures restantes em 12.328.000 ações preferenciais classe “B”, as quais foram convertidas em ações ordinárias em 29 de março de 2.006.

Em 27 de agosto de 2.003, emitimos 14.383.379 debêntures conversíveis em ações, no valor de R\$7,9 milhões, com o objetivo de financiamento a longo prazo das nossas operações. As debêntures foram subscritas na sua totalidade pela BNDESPAR. Em 15 de dezembro de 2.005, a BNDESPAR

converteu a totalidade das 14.383.379 debêntures das 1ª, 2ª e 3ª séries de nossa 2ª emissão, em 14.383.379 ações preferenciais classe “E”, as quais foram convertidas em ações ordinárias em 29 de março de 2006.

Atualmente, não há debêntures em circulação emitidas pela Companhia.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS SELECIONADAS

As informações financeiras selecionadas abaixo, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2.003, 2.004 e 2.005 foram extraídas de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas pela Deloitte com referência ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.003, e pela PricewaterhouseCoopers com referência aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2.004 e 2.005, incluídas neste Prospecto, conforme indicado nos pareceres dos referidos auditores também incluídos neste Prospecto.

As informações financeiras selecionadas abaixo relativas os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2.005 e 2.006 foram extraídas de nossas demonstrações financeiras consolidadas não auditadas, incluídas neste Prospecto, as quais foram objeto de revisões limitadas pela PricewaterhouseCoopers, conforme indicado em seu relatório sobre revisão limitada incluído neste Prospecto.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras.

As informações abaixo devem ser lidas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas e respectivas notas explicativas, incluídas neste Prospecto e nos respectivos Suplementos, e com as seções “Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações” e “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais”.

Demonstrações do Resultado	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de seis meses encerrado em 30 de junho de	
	2.003	2.004	2.005	2.005	2.006
	(em milhões de R\$)				
Receita Bruta de Vendas e Serviços	94,8	144,2	200,7	97,0	125,1
Deduções da Receita Bruta	(10,6)	(19,8)	(27,6)	(17,9)	(18,1)
Receita Líquida	84,2	124,3	173,2	79,1	107,0
Custos das Vendas e Serviços Prestados	(54,4)	(76,9)	(100,1)	(46,6)	(61,4)
Lucro Bruto	29,8	47,4	73,1	32,6	45,5
Receitas e Despesas Operacionais	(23,3)	(21,2)	(34,9)	(14,4)	(26,7)
Despesas Com Vendas	(11,1)	(14,1)	(19,1)	(8,0)	(11,4)
Despesas Gerais e Administrativas	(6,1)	(4,4)	(7,8)	(3,2)	(4,7)
Remuneração dos Administradores	(1,5)	(1,7)	(1,2)	(0,6)	(0,5)
Despesas Financeiras	(5,5)	(4,1)	(11,2)	(4,5)	(6,5)
Receitas Financeiras	0,8	1,8	4,3	2,0	4,3
Outras receitas (despesas) operacionais	-	1,3	-	-	(7,8)
Resultado Operacional	6,6	26,2	38,2	18,2	18,9
Despesas Não Operacionais, Líquidas	(0,8)	(0,7)	(1,7)	(1,4)	(0,4)
Lucro Antes do Imposto de Renda, da Contribuição Social e das Participações	5,7	25,5	36,4	16,9	18,5
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(1,7)	(5,7)	(2,9)	(2,5)	(7,8)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(0,2)	-	0,2	-	2,9
Participação dos Empregados e Administradores	-	(1,9)	(2,9)	(0,5)	(0,6)
Participação dos Minoritários	0,1	0,1	1,2	0,3	-
Lucro Líquido do Exercício	4,0	17,9	32,0	14,2	13,0

Balço Patrimonial	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de seis meses encerrado em 30 de junho de
	2.003	2.004	2.005	2.006
	(em milhões de R\$)			
Ativo Circulante	40,3	55,4	94,9	200,8
Disponibilidades	2,6	5,6	4,7	3,4
Títulos e valores mobiliários	2,6	4,3	25,9	104,9
Contas a receber	15,9	24,0	33,4	41,7
Estoques	16,6	20,2	26,9	34,9
Antecipação do imposto de renda e contribuição social	1,5	-	-	-
Impostos a recuperar	0,7	0,7	2,8	12,4
Outras contas a receber	0,3	0,5	1,0	3,4
Despesas do exercício seguinte	0,1	-	0,2	0,1
Realizável a Longo Prazo	3,0	1,9	3,4	11,9
Depósitos Judiciais	0,5	0,2	0,1	2,8
Impostos a recuperar	0,6	1,3	2,8	3,0
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1,0	0,4	0,4	6,0
Imóveis à venda	0,4	-	-	-
Outras contas a receber	0,4	-	0,1	0,1
Permanente	27,8	34,1	55,1	113,9
Investimentos	0,1	2,1	3,7	49,0
Imobilizado - líquido	27,0	31,0	49,9	62,3
Diferido - líquido	0,7	1,0	1,6	2,5
Total do Ativo	71,1	91,3	153,4	326,6
Passivo Circulante	19,6	27,6	67,5	58,7
Fornecedores	7,1	9,3	11,3	14,8
Empréstimos e Financiamentos	3,7	1,6	23,5	18,9
Debêntures	0,2	0,2	-	-
Salários e ordenados	1,9	2,7	2,9	4,7
Impostos e contribuições sociais	3,4	2,8	4,7	4,3
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	0,9	6,7	15,3	-
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	7,5
Adiantamento de clientes	1,0	1,1	3,0	2,2
Participação no resultado	-	1,5	2,3	0,6
Partes relacionadas	-	0,1	0,1	-
Contas a pagar por aquisição de investimento	-	-	2,5	4,0
Outras Contas a Pagar	1,3	1,5	1,9	1,6
Exigível a Longo Prazo	12,3	15,3	17,6	27,1
Fornecedores	-	0,5	-	-
Empréstimos, Financiamentos	3,5	6,1	14,9	13,1
Debêntures	8,0	8,3	-	-
Provisão para contingência	0,1	0,1	0,1	8,0-
Impostos e contribuições sociais	0,2	-	1,0	0,9
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,5	0,4	0,2	0,2
Contas a pagar por aquisição de Investimentos	-	-	1,4	4,9
Participações dos Minoritários	-	(0,1)	(0,1)	-
Deságio apurado na aquisição da Controlada	0,8	-	-	-
Patrimônio Líquido	38,3	48,4	68,5	240,8
Capital social	39,4	39,5	58,4	227,6

Capital a integralizar	(3,0)	(3,0)	(2,4)	-
Reserva de Capital	0,1	0,1	-	-
Reserva de reavaliação	1,6	1,2	0,6	0,5
Reserva de lucros	0,2	1,1	11,9	-
Lucros acumulados	-	9,6	-	12,7
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	71,1	91,3	153,4	326,6

Indicadores Financeiros

A tabela a seguir indica a nossa receita operacional líquida e nosso EBITDA ajustado, nos períodos ali indicados, bem como a respectiva porcentagem de participação do Segmento Flow e do Segmento Metal:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de seis meses encerrado em 30 de junho de	
	2.003	2.004	2.005	2.005	2.006
	(em milhões de R\$, exceto percentuais)				
Receita Operacional Líquida	84,2	124,3	173,2	79,1	106,9
Segmento Flow (%)	62,9%	56,0%	62,5%	57,5%	68,7%
- Mercado Interno	98,6%	95,6%	72,3%	74,1%	69,5%
- Mercado Externo	1,4%	4,4%	27,7%	25,9%	30,5%
Segmento Metal (%)	37,1%	44,0%	37,5%	42,5%	31,3%
- Mercado Interno	67,8%	77,0%	75,5%	75,3%	67,5%
- Mercado Externo	32,2%	23,0%	24,5%	24,7%	32,5%
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	14,6	31,8	49,6	23,2	31,4
Segmento Flow (%)	64,4%	55,7%	86,9%	77,6%	92,2%
Segmento Metal (%)	35,6%	44,3%	13,1%	22,4%	7,8%

⁽¹⁾ O EBITDA Ajustado são os lucros antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização e resultados não operacionais. O EBITDA Ajustado não é uma medida definida de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do nosso desempenho operacional ou como substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado não possui significado padronizado e nossa definição de EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras sociedades. No primeiro semestre de 2.006, o EBITDA foi ajustado em R\$7,7 milhões pelos gastos extraordinários com a oferta pública inicial das nossas ações, concluída em junho de 2.006, bem como com gastos com advogados e auditores nos processos de aquisição da Mipel-SP e da Itasa. Vide a reconciliação entre o resultado líquido e EBITDA Ajustado em "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais - EBITDA Ajustado".

A tabela a seguir demonstra nosso endividamento nos períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período encerrado em	
	2.003	2.004	2.005	31/03/2.006	30/06/2.006
	(em milhões de R\$)				
Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo	3,7	1,6	23,5	22,3	18,9
Debêntures - Curto Prazo	0,2	0,2	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo	3,5	6,1	14,9	13,5	13,1
Debêntures - Longo Prazo	8,0	8,3	-	-	-
Total do Endividamento	15,4	16,2	38,4	35,8	32,0
Disponibilidades	2,6	5,6	4,7	12,0	3,4
Títulos e Valores Mobiliários	2,6	4,3	25,9	7,1	104,9
Total das Disponibilidades e Títulos e Valores Mobiliários	5,2	9,9	30,6	19,1	108,4
Caixa (Endividamento) Líquido	(10,3)	(6,3)	(7,8)	(16,7)	76,4

Para maiores informações sobre nosso endividamento, ver seção "Análise e Discussão da Administração sobre a situação Financeira e os Resultados Operacionais - Endividamento".

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS

A discussão a seguir toma por base, e deverá ser lida em conjunto com, as nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2.003, 2.004 e 2.005, com as nossas demonstrações financeiras consolidadas não auditadas, objeto de revisão limitada, relativas os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2.005 e 2.006, incluídas neste Prospecto e nos respectivos Suplementos, e com as seções “Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações”, “Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas” e as demais informações financeiras que constam de outras seções deste Prospecto.

Nossas demonstrações contábeis consolidadas compreendem a Companhia e nossas controladas.

Visão Geral

Atuamos em dois segmentos de negócios caracterizados por produtos com alto grau de especialização, inovação tecnológica e qualidade, definidos como “Segmento Flow” e “Segmento Metal”. No Segmento Flow, somos líderes brasileiros na produção e comercialização de válvulas industriais para aplicação principalmente na indústria de petróleo e gás, através das marcas “MNA” e “Valmicro”. No Segmento Metal, ocupamos posição de liderança no Brasil e de destaque no mercado internacional no desenvolvimento e produção de peças complexas e sub-conjuntos, em ligas metálicas, principalmente para a indústria automotiva mundial, por meio dos processos de fundição de precisão e injeção de aço.

Conjuntura Macro-Econômica Brasileira

Desde a posse do atual Governo Federal, a economia brasileira tem apresentado maior grau de estabilidade e de maneira geral, o Governo Federal vem dando continuidade à política macroeconômica do Governo anterior, priorizando a responsabilidade fiscal.

O real valorizou-se em 22,3% em comparação ao dólar, em 2.003. A inflação anual em 2.003, medida pelo IPCA, foi de 9,3%. A economia brasileira mostrou sinais de recuperação no último trimestre de 2.003, tendo o PIB crescido, em termos reais, aproximadamente 1,5%, se comparado ao terceiro trimestre do mesmo ano. O Banco Central reduziu a taxa de juros sete vezes ao longo do ano de 2.003.

Em 2.004, a economia brasileira mostrou importantes melhorias em seus principais indicadores. O PIB cresceu em 4,9%, a taxa média de desemprego caiu de 10,9% para 9,6% nas principais regiões metropolitanas do País, de acordo com as estimativas de desemprego publicadas pelo IBGE. O Brasil registrou um superávit primário nas contas públicas (antes do pagamento de suas dívidas) de 4,61%, o que foi acima da meta de 4,25% do PIB estabelecida pelo Fundo Monetário Internacional como parte de seu acordo de empréstimo então em vigor com o Brasil naquele período. Durante 2.004, o Brasil teve um superávit comercial de US\$34 bilhões, seu mais alto superávit comercial até então. A inflação, medida pelo IPCA, foi de 7,6% em 2.004.

Em 2.004, o real valorizou-se em 8,8% em comparação ao dólar. Entretanto, o aumento das atividades econômicas causou alguma preocupação com relação à inflação, o que resultou na manutenção da taxa de juros pelo Governo em níveis elevados. Adicionalmente, a carga tributária aumentou de 35,1% para 35,7% do PIB brasileiro, de acordo com a estimativa da Associação Brasileira dos Secretários de Finanças das Capitais.

O ano de 2.005 foi marcado pelo esforço do Banco Central em atingir a meta de inflação anual de 5,1%, o que resultou na manutenção em níveis elevados da taxa de juros. Porém, com o

desaquecimento da economia, a partir de novembro, o Governo começou a reduzir a taxa básica de juros de modo a incentivar a retomada do crescimento econômico. Em 31 de dezembro de 2.005, a taxa básica de juros era de 18,0% ao ano.

Em 2.005, o real valorizou-se em 13,4% em comparação ao dólar. Apesar dessa valorização, o Brasil teve um superávit comercial de US\$44,8 bilhões, seu mais alto superávit comercial de todos os tempos. O PIB cresceu em 2,4%, a taxa média de desemprego caiu de 11,6% de janeiro a novembro de 2.004 para 10,0% no mesmo período de 2.005, nas principais regiões metropolitanas do Brasil, de acordo com as estimativas de desemprego publicadas pelo IBGE. A inflação, conforme medida pelo IPCA, foi de 5,7% em 2.005.

A tabela a seguir fornece os dados do crescimento real do PIB, inflação, taxas de juros e taxa de câmbio do dólar nos períodos indicados.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de seis meses encerrado em 30 de junho de	
	2.003	2.004	2.005	2.005	2.006
Crescimento real do PIB	0,5%	4,9%	2,4%	[•]	[•]
Inflação (IGP-M) ⁽¹⁾	8,7%	12,4%	1,2%	1,7%	1,4%
Inflação (IPCA) ⁽²⁾	9,3%	7,6%	5,7%	3,2%	1,5%
CDI ⁽³⁾	16,3%	17,5%	19,0%	19,0%	16,4%
Valorização do Real face ao Dólar	22,3%	8,8%	13,4%	11,5%	7,5%
Taxa de câmbio do fim do período – US\$ 1.00	R\$2,8892	R\$2,6544	R\$2,3407	R\$2,3504	R\$2,1643
Taxa de câmbio média – US\$1.00	R\$3,0715	R\$2,9257	R\$2,4341	R\$2,5727	R\$2,1927

Fontes: FGV, Banco Central e Bloomberg.

(1) A Inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela FGV.

(2) A Inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE.

(3) A taxa CDI é a média das taxas dos depósitos interfinanceiros praticadas durante o dia no Brasil (acumulada para o mês do fim do período, anualizada).

Certos Fatores que Afetam os Resultados das Nossas Operações

Taxas de Juros

Para controlar a inflação, o Governo Federal introduziu uma série de políticas destinadas a restringir o crédito e reduzir o consumo. Uma das principais políticas para controlar a inflação foi a elevação das taxas de juros. Em decorrência disso, a SELIC variou significativamente nos últimos anos, tendo aumentado de 19,0% ao ano no final de 2.001 para 25,0% ao ano no final de 2.002. No entanto, devido principalmente à apreciação do real em relação ao dólar em 2.003, o Banco Central começou a reduzir significativamente as taxas de juros durante o segundo semestre de 2.003. No final de 2.003, a SELIC havia baixado para 16,50% ao ano. Durante o ano de 2.004, o Banco Central aumentou a SELIC e, no final do ano, a taxa havia atingido o nível de 17,75% ao ano. Apesar desse aumento, as taxas de juros médias em 2.004 permaneceram mais baixas do que as taxas médias em 2.003. Em 30 de junho de 2.006, o patamar da taxa básica de juros era de 15,25% ao ano.

As nossas despesas financeiras são significativamente afetadas pelas elevadas taxas de juros praticadas no Brasil. As principais taxas de juros às quais estamos sujeitos são a TJLP, aplicável a nossos contratos de longo prazo e o CDI, o qual se aplica principalmente a nossos contratos de curto prazo, dentre os quais incluem-se os contratos de financiamento de nosso capital de giro. A média anual da TJLP foi de 9,81% em 2.004 e de 9,75% em 2.005 e a média anual do CDI foi de 16,30% em 2.004 e de 19,0% em 2.005.

Taxas de Câmbio

Em 2.005, a nossa receita operacional líquida e os custos dos nossos produtos vendidos e serviços prestados foram afetados negativamente em 8,0% pela flutuação do real em relação à taxa cambial.

A taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central, em 31 de dezembro de 2.003, 2.004 e 2.005 foi de R\$2,8892, R\$2,6544 e R\$2,3407 por dólar, respectivamente e, em 30 de junho de 2.005 e 2.006, foi de R\$2,3504 e R\$2,1643 por dólar, respectivamente.

Preço das commodities

As nossas principais matérias primas, tais como ligas metálicas, sucata de aço inox e aço carbono, têm seus preços fixados no mercado internacional.

Práticas Contábeis Críticas e Estimativas

As nossas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras.

As práticas contábeis críticas são aquelas que são importantes para a condição financeira e resultado das operações e que requerem julgamentos complexos ou subjetivos por parte da administração, usualmente como resultado da necessidade de se elaborarem estimativas sobre os efeitos de assuntos que, inerentemente, envolvem incertezas. À medida que o número de variáveis e premissas que afetam a resolução futura de incertezas aumenta, esses julgamentos se tornam mais subjetivos e complexos. Com o objetivo de prover um entendimento sobre como a administração forma seu julgamento a respeito de eventos futuros, incluindo variáveis e premissas subjacentes às estimativas e à sensibilidade desses julgamentos em diferentes circunstâncias, identificamos as seguintes principais práticas contábeis:

- provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- ajuste ao valor de realização, depreciação e amortização de imobilizado;
- investimentos, ágio, ativos intangíveis e amortização;
- impostos diferidos; e
- provisões para contingências.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida em montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas estimadas na realização dos créditos. O valor estimado para a provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função nas expectativas da administração em relação à recuperabilidade dos valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira de clientes.

Ajuste ao valor de realização, depreciação e amortização de imobilizado

A Companhia periodicamente avalia a necessidade de realização de ajuste ao valor de realização de seus ativos permanentes baseada em vários indicadores como nível de rentabilidade do negócio e desenvolvimentos tecnológicos. Quando necessário, na ocorrência de eventos geradores, tais como perda significativa no valor de mercado do imobilizado ou mudança adversa significativa na extensão ou maneira como ativos permanentes estão sendo utilizados, fluxos de caixa devem ser preparados para determinar qual valor contábil da amortização do imobilizado será recuperável através da rentabilidade do negócio. Para estimar os fluxos de caixa futuros, a Companhia deve utilizar várias premissas e estimativas, as quais podem ser influenciadas por diferentes fatores internos e externos, tais como tendências econômicas e industriais, taxas de juros, taxas de câmbio,

mudanças nas estratégias de negócios e tipos de produtos oferecidos ao mercado. Dependendo das premissas utilizadas, os resultados das análises de recuperação podem ser significativamente diferentes.

A Companhia reconhece as despesas de depreciação e amortização de seu imobilizado com base no método linear. A determinação das vidas úteis requer certo grau de julgamento e é inerentemente incerta devido a mudanças na tecnologia e na competição industrial, que podem causar a obsolescência antecipada do imobilizado, requerendo eventualmente a análise de recuperação mencionada acima. Se a Companhia for requerida a mudar materialmente as premissas utilizadas, a despesa de depreciação pode ser diferente.

Investimentos, ágio, ativos intangíveis e amortização

Ágio ou deságio registrados na aquisição de investimentos são computados como a diferença entre o valor de aquisição e o valor contábil dos ativos e passivos do investimento adquirido. O ágio deve ser alocado em uma de três categorias: (a) mais valia de ativos comprados a valor de mercado, (b) estimativa de rentabilidade futura, ou (c) outras razões. O valor atribuível à mais valia de ativos é amortizado sobre a vida útil remanescente dos ativos, aos quais foi alocado a mais valia. O valor atribuível a rentabilidade futura é amortizado no período da rentabilidade projetado que é geralmente até dez anos. Caso o ágio seja atribuível a outras razões, deve ser lançado como despesa em forma imediata. O deságio apenas é realizado mediante a realização do ativo correspondente por venda ou baixa. Eventos posteriores à compra podem determinar impactos negativos nas estimativas originais. Quando existe uma deterioração nas perspectivas de realização que determinam que o valor de ágio originalmente pago pode não ser recuperado, é requerido reconhecer uma perda.

Impostos diferidos

O reconhecimento de ativos e passivos de impostos diferidos é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e a base fiscal dos ativos e passivos. Prejuízos fiscais são reconhecidos na medida em que sua realização contra resultados tributáveis futuros seja considerada provável. Para companhias registradas na CVM é requerido um histórico de rentabilidade recente para poder reconhecer impostos diferidos ativos. Também para companhias registradas na CVM, os resultados tributáveis futuros são descontados a valor presente e os prejuízos fiscais que se espera sejam compensáveis com esses resultados, até o período máximo de dez anos, são contabilizados como ativos. Se a empresa gerar prejuízos ou não for capaz de gerar lucros tributáveis futuros ou se houver uma mudança significativa nas alíquotas efetivas dos impostos ou o tempo que essas diferenças temporárias sejam tributáveis ou dedutíveis, a empresa deverá avaliar a necessidade de não reconhecer uma parte significativa dos impostos diferidos ativos.

Provisão para Contingências

A empresa atualmente é parte em ações de natureza fiscal, trabalhista e cível. A empresa registra provisão para contingências em seus livros quando há a expectativa de perda provável nessas demandas. As estimativas foram desenvolvidas com base na posição de seus consultores jurídicos e são baseadas na análise dos seus resultados potenciais, assumindo uma combinação de estratégias de questionamento e acordo nos processos. Mudanças nos fatores considerados para avaliar a probabilidade de perda podem requerer uma revisão das provisões.

Balanco Patrimonial

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

	%	%
--	---	---

	2.003	% do ativo total	2.004	% do ativo total	2.005	% do ativo total	Varição 2.003/2.004	Varição 2.004/2.005
(em milhões de R\$)								
Ativo Circulante	40,3	56,7%	55,4	60,7%	94,9	61,9%	37,5%	71,3%
Disponibilidades	2,6	3,7%	5,6	6,1%	4,7	3,1%	115,4%	(16,1%)
Títulos e valores mobiliários	2,6	3,7%	4,3	4,7%	25,9	16,9%	65,4%	502,3%
Contas a receber	15,9	22,4%	24,0	26,3%	33,4	21,8%	50,9%	39,2%
Estoques	16,6	23,3%	20,2	22,1%	26,9	17,5%	21,7%	33,2%
Impostos a recuperar	2,2	3,1%	0,7	0,8%	2,8	1,8%	(68,2%)	300,0%
Outras contas a receber	0,3	0,4%	0,5	0,5%	1,0	0,7%	66,7%	100,0%
Despesas do exercício seguinte	0,1	0,1%	-	-	0,2	0,1%	-	-
Realizável a Longo Prazo	3,0	4,2%	1,9	2,1%	3,4	2,2%	(36,7%)	78,9%
Depósitos judiciais	0,5	0,7%	0,2	0,2%	0,1	0,1%	(60,0%)	(50,0%)
Impostos a recuperar	0,6	0,8%	1,3	1,4%	2,8	1,8%	116,7	115,4%
Imposto de renda e contribuição social diferido	1,0	1,4%	0,4	0,4%	0,4	0,3%	(60,0%)	-
Imóveis à venda	0,4	0,6%	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	0,4	0,6%	-	-	0,1	0,1%	-	-
Permanente	27,8	39,1%	34,1	37,3%	55,1	35,9%	22,7%	61,6%
Investimentos	0,1	0,1%	2,1	2,3%	3,7	2,4%	2.000,0%	76,2%
Imobilizado - líquido	27,0	38,0%	31,0	34,0%	49,9	32,5%	14,8%	61,0%
Diferido - líquido	0,7	1,0%	1,0	1,1%	1,6	1,0%	42,9%	60,0%
Total do Ativo	71,1	100,0%	91,3	100,0%	153,4	100,0%	28,4%	68,0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

	2.003	% do passivo total	2.004	% do passivo total	2.005	% do passivo total	% Varição 2.003/2.004	% Varição 2.004/2.005
(em milhões de R\$)								
Passivo Circulante	19,6	27,6%	27,6	30,2%	67,5	44,0%	40,8%	144,6%
Fornecedores	7,1	10,0%	9,3	10,2%	11,3	7,4%	31,0%	21,5%
Empréstimos e Financiamentos	3,7	5,2%	1,6	1,8%	23,5	15,3%	(56,8%)	1.368,8%
Debêntures	0,2	0,3%	0,2	0,2%	-	-	-	-
Salários e ordenados	1,9	2,7%	2,7	3,0%	2,9	1,9%	42,1%	7,4%
Impostos e contribuições sociais	3,4	4,8%	2,8	3,1%	4,7	3,1%	(17,6%)	67,9%
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	0,9	1,3%	6,7	7,3%	15,3	10,0%	644,4%	128,4%
Adiantamento de clientes	1,0	1,4%	1,1	1,2%	3,0	2,0%	10,0%	172,7%
Participação no resultado	-	-	1,5	1,6%	2,3	1,5%	-	53,3%
Partes relacionadas	-	-	0,1	0,1%	0,1	0,1%	-	-
Contas a pagar por aquisição de investimento	-	-	-	-	2,5	1,6%	-	-
Outras contas a pagar	1,3	1,8%	1,5	1,6%	1,9	1,2%	15,4%	26,7%
Exigível a Longo Prazo	12,3	17,3%	15,3	16,8%	17,6	11,5%	24,4%	15,0%
Fornecedores	-	-	0,5	0,5%	-	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos	3,5	4,9%	6,1	6,7%	14,9	9,7%	74,3%	144,3%
Debêntures	8,0	11,3%	8,3	9,1%	-	-	3,8%	-
Provisão para contingência	0,1	0,1%	0,1	0,1%	0,1	0,1%	-	-
Impostos e contribuições sociais	0,2	0,3%	-	-	1,0	0,7%	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,5	0,7%	0,4	0,4%	0,2	0,1%	(20,0%)	(50,0%)

Contas a pagar por aquisição de investimentos	-	-	-	-	1,4	0,9%	-	-
Participações dos Minoritários	-	-	(0,1)	(0,1%)	(0,1)	(0,1%)	-	-
Deságio apurado na aquisição da controlada	0,8	1,1%	-	-	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	38,3	53,9%	48,4	53,0%	68,5	44,7%	26,4%	41,5%
Capital social	39,4	55,4%	39,5	43,3%	58,4	38,1%	0,3%	47,8%
Capital a integralizar	(3,0)	(4,2%)	(3,0)	(3,3%)	(2,4)	(1,6%)	-	(20,0%)
Reserva de capital	0,1	0,1%	0,1	0,1%	-	-	-	-
Reserva de reavaliação	1,6	2,3%	1,2	1,3%	0,6	0,4%	(25,0%)	(50,0%)
Reserva de lucros	0,2	0,3%	1,1	1,2%	11,9	7,8%	450,0%	981,8%
Lucros acumulados	-	-	9,6	10,5%	-	-	-	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	71,1	100,0%	91,3	100,0%	153,4	100,0%	28,4%	68,0%

	31 de dezembro de 2.005	% do ativo total	30 de junho de 2.006	% do ativo total	% Variação 2.005/2.006
(em milhões de R\$)					
Ativo Circulante	94,9	61,9%	200,8	61,5%	111,6%
Disponibilidades	4,7	3,1	3,4	1,0	(27,7)
Títulos e valores mobiliários	25,9	16,9	104,9	32,1	305,0
Contas a receber	33,4	21,8	41,7	12,8	24,9
Estoques	26,9	17,5	34,9	10,7	29,7
Antecipação do imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-
Impostos a recuperar	2,8	1,8	12,4	3,8	342,9
Outras contas a receber	1	0,7	3,4	1,0	240,0
Despesas do exercício seguinte	0,2	0,1	0,1	0,0	(50,0)-
Realizável a Longo Prazo	3,4	2,2	11,9	3,6	250,0
Partes relacionadas	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	0,1	0,1	2,8	0,9	2.700,0
Impostos a recuperar	2,8	1,8	3,0	0,9	7,1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,4	0,3	6,0	1,8	1.400,0
Imóveis à venda	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0
Permanente	55,1	35,9	113,9	34,9	106,7
Investimentos	3,7	2,4	49,0	15,0	1.224,3
Imobilizado - líquido	49,9	32,5	62,3	19,1	24,8
Diferido - líquido	1,6	1,0	2,5	0,8	56,3
Total do Ativo	153,4	100,0%	326,6	100,0%	112,9%
(em milhões de R\$)					
	31 de dezembro de 2.005	% do passivo total	30 de junho de 2.006	% do passivo total	% Variação 2.005/2.006
Passivo Circulante	67,5	44,0%	58,7	18,0%	(13,0%)
Fornecedores	11,3	7,4	14,8	4,5	31,0
Empréstimos e Financiamentos	23,5	15,3	18,9	5,8	(19,6)
Salários e ordenados	2,9	1,9	4,7	1,4	62,1
Impostos e contribuições sociais	4,7	3,1	4,3	1,3	(8,5)

Dividendos e juros sobre o capital próprio	15,3	10,0	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	7,5	2,3	-
Adiantamento de clientes	3,0	2,0	2,2	0,7	(26,7)
Participação no resultado	2,3	1,5	0,6	0,2	(73,9)
Partes relacionadas	0,1	0,1	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de investimento	2,5	1,6	4,0	1,2	60,0
Outras contas a pagar	1,9	1,2	1,6	0,5	(15,8)
Exigível a Longo Prazo	17,6	11,5	27,1	8,3	53,4
Fornecedores	-	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	14,9	9,7	13,1	4,0	(12,1)
Provisão para contingência	0,1	0,1	8,0	-	5.614,3
Impostos e contribuições sociais	1,0	0,7	0,9	0,3	(10,0)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,2	0,1	0,2	0,0	0,0
Contas a pagar por aquisição de investimentos	1,4	0,9%	4,9	1,5	250,0
Participação Minoritários	(0,1)	(0,1)	-	-	-
Deságio apurado na aquisição de controlada	-	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	68,5	44,7	240,8	73,7	251,5
Capital social	58,4	38,1	227,6	69,7	289,7
Capital a integralizar	(2,4)	(1,6)	-	-	-
Reserva de capital	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação	0,6	0,4	0,5	0,2	(16,7)
Reserva de lucros	11,9	7,8	-	-	-
Lucros acumulados	-	-	12,7	3,9	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	153,4	100,0%	326,6	100,0%	112,9%

Demonstrações do Resultado

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de							
	% da receita líquida		% da receita líquida		% da receita líquida		%	%
	2.003	2.004	2.005	2.003/2.004	2.004/2.005			
	(em milhões de R\$)							
Receita Bruta Vendas e Serviços	94,8	112,6%	144,2	116,0%	200,7	115,9%	52,1%	39,2%
Impostos sobre vendas	(10,6)	(12,6%)	(19,8)	(15,9%)	(27,6)	(15,9%)	86,8%	39,4%
Receita Líquida	84,2	100,0%	124,3	100,0%	173,2	100,0%	47,6%	39,3%
Custos das vendas e serviços prestados	(54,4)	(64,6%)	(76,9)	(61,9%)	(100,1)	(57,8%)	41,4%	30,2%
Lucro Bruto	29,8	35,4%	47,4	38,1%	73,1	42,2%	59,1%	54,2%
Receitas e Despesas Operacionais	(23,3)	(27,7%)	(21,2)	(17,1%)	(34,9)	(20,2%)	(9,0%)	64,6%
Despesas com vendas	(11,1)	(13,2%)	(14,1)	(11,3%)	(19,1)	(11,0%)	27,0%	35,5%
Despesas gerais e administrativas	(6,1)	(7,2%)	(4,4)	(3,5%)	(7,8)	(4,5%)	(27,9%)	77,3%
Remuneração dos administradores	(1,5)	(1,8%)	(1,7)	(1,4%)	(1,2)	(0,7%)	13,3%	(29,4%)
Despesas financeiras	(5,5)	(6,5%)	(4,1)	(3,3%)	(11,2)	(6,5%)	(25,5%)	173,2%
Receitas financeiras	0,8	1,0%	1,8	1,4%	4,3	2,5%	125,0%	138,9%
Outras receitas (despesas) operacionais	0,2	0,2%	1,3	1,0%	-	-	550,0%	-
Resultado Operacional	6,6	7,8%	26,2	21,1%	38,2	22,1%	297,0%	45,8%

Despesas não operacionais, líquidas	(0,8)	(1,0%)	(0,7)	(0,6%)	(1,7)	(1,0%)	(12,5%)	142,9%
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	5,7	6,8%	25,5	20,5%	36,4	21,0%	347,4%	42,7%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1,7)	(2,0%)	(5,7)	(4,6%)	(2,9)	(1,7%)	235,3%	(49,1%)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(0,2)	(0,2%)	-	-	0,2	0,1%	-	-
Participação dos empregados e administradores	-	-	(1,9)	(1,5%)	(2,9)	(1,7) %	-	52,6%
Participação dos minoritários	0,1	0,1%	0,1	0,1	1,2	0,7%	-	1.100,0%
Lucro Líquido do Exercício	4,0	4,8%	17,9	14,4%	32,0	18,5%	347,5%	78,8%

	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de				
	2.005	% da receita líquida	2.006	% da receita líquida	% Variação 2.005/2.006
	(em milhões de R\$)				
Receita Bruta Vendas e Serviços	97,0	122,6%	125,1	116,9%	29,0%
Deduções da Receita Bruta	(17,9)	(22,6)	(18,1)	(16,9)	1,1
Receita Líquida	79,1	100,0	107,0	100,0	35,3
Custos das vendas e serviços Prestados	(46,6)	(58,9)	(61,4)	(57,4)	31,8
Lucro Bruto	32,6	(58,7)	45,5	(57,5)	39,9
Receitas e Despesas Operacionais	(14,4)	(81,8)	(26,7)	(25,0)	85,8
Despesas com vendas	(8,0)	(10,1)	(11,4)	(10,7)	42,5
Despesas gerais e administrativas	(3,2)	(4,0)	(4,7)	(4,6)	46,9
Remuneração dos administradores	(0,6)	(0,8)	(0,5)	(0,5)	(16,7)
Despesas financeiras	(4,5)	(5,7)	(6,5)	(6,1)	44,4
Receitas financeiras	(2,0)	(2,5)	4,3	4,0	115,0
Outras receitas operacionais (despesas)	-	-	(7,8)	7,3	-
Resultado Operacional	18,2	23,0	18,9	17,7	3,8
Despesas não operacionais, líquidas	(1,4)	(1,8)	(0,4)	(0,4)	(71,4)
Lucro Antes do Imposto de Renda, da Contribuição Social e das Participações	16,9	21,4	18,5	17,3	9,5
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2,5)	(3,2)	(7,8)	(7,3)	212,0
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	2,9	2,7	-
Participação dos empregados e administradores	(0,5)	(0,6)	(0,6)	(0,6)	20,0
Participação dos minoritários	0,3	0,4	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	14,2	18,0%	13,0	12,1%	(8,5%)

EBITDA Ajustado

As tabelas abaixo demonstram o cálculo do EBITDA ajustado:

Formação Ebitda Ajustado	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de									
	Exercício Social encerrado em 31 dezembro de									
	2.003		2.004		2.005		2.005		2.006	
(em milhões de R\$)										
	Flow	Metal	Flow	Metal	Flow	Metal	Flow	Metal	Flow	Metal
Receita Líquida de vendas	52,9	31,3	69,7	54,7	108,2	64,9	45,5	33,6	73,5	33,4

Custo dos produtos vendidos	(32,1)	(22,3)	(39,6)	(37,3)	(48,2)	(51,9)	21,0	25,6	35,9	25,5
Lucro Bruto	20,8	9,0	30,1	17,3	60,0	13,0	24,5	8,0	37,6	7,9
Despesas com vendas	(7,6)	(3,5)	(9,4)	(4,7)	(12,2)	(6,9)	(5,1)	(2,9)	(8,0)	(3,4)
Despesas gerais e Administrativas	(4,1)	(2,0)	(2,6)	(1,8)	(3,4)	(4,4)	(1,4)	(1,8)	(2,8)	(1,9)
Depreciação e amortização	1,3	2,0	1,4	3,7	1,7	4,5	0,8	2,2	1,4	1,8
Remuneração dos Administradores	(1,2)	(0,3)	(1,3)	(0,4)	(0,8)	(0,4)	(0,4)	(0,2)	(0,4)	(0,1)
Outras Receitas (despesas) operac. Líquidas	0,1	0,1	0,7	0,7	-	-	-	-	(0,1)	(0,0)
Participação dos Empregados	-	-	(1,1)	(0,8)	(2,2)	(0,6)	(0,4)	(0,2)	(0,6)	-
Participação dos Minoritários	-	-	0,1	-	0,1	1,1	-	-	-	-
EBITDA Ajustado por Segmento ⁽¹⁾	9,3	5,3	17,7	14,1	43,1	6,5	18,0	5,1	27,1	4,2

Formação Ebitda Ajustado	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de			Período de seis meses encerrado em 30 de junho de	
	2.003	2.004	2.005	2.005	2.006
	(em milhões de R\$)				
EBITDA Ajustado Consolidado(1)	14,6	31,8	49,6	23,1	31,3
Depreciação e amortização	(3,3)	(5,1)	(6,3)	(3,0)	(3,2)
Receitas financeiras	0,8	1,8	4,3	2,0	4,3
Despesas financeiras	(5,5)	(4,1)	(11,2)	(4,5)	(6,5)
Despesas com IPO e Aquisições	-	-	-	-	(7,7)
Receitas (despesas) não operacionais	(0,8)	(0,7)	(1,7)	(1,3)	(0,4)
Imposto de renda e Contribuição Social	(1,9)	(5,7)	(2,7)	(2,5)	(4,8)
Participação Minoritária no Resultado	-	-	-	0,4	-
Lucro líquido	4,0	17,9	32,0	14,2	13,0

(1) O EBITDA Ajustado são os lucros antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização e resultados não operacionais. O EBITDA Ajustado não é uma medida de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do nosso desempenho operacional ou como substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado não possui significado padronizado e nossa definição de EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras sociedades. No primeiro semestre de 2.006, o EBITDA foi ajustado em R\$7,7 milhões pelos gastos extraordinários com a oferta pública inicial das nossas ações, concluída em junho de 2.006, bem como com gastos com advogados e auditores nos processos de aquisição da Mipel-SP e da Itasa.

Indicadores Financeiros

A tabela abaixo indica nossos principais indicadores financeiros por segmento de atuação.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de seis meses encerrado em 30 de junho de	
	(Em milhões de R\$)			(Em milhões de R\$)	
	2.003	2.004	2.005	2.005	2.006
Receita Líquida	84,2	124,3	173,2	79,1	106,9
Segmento Flow	52,9	69,7	108,2	45,5	73,5
Segmento Metal	31,3	54,7	64,9	33,6	33,4
Custos das Vendas e Serviços Prestados	54,4	76,9	100,1	46,6	61,4
Segmento Flow	32,1	39,6	48,2	21,0	35,9
Segmento Metal	22,3	37,3	51,9	25,6	25,5
Lucro bruto	29,8	47,4	73,1	32,5	45,5
Segmento Flow	20,8	30,1	60,0	24,5	37,5
Segmento Metal	9,0	17,3	13,0	8,0	8,0

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.005 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.004.

Análise do Balanço Patrimonial

No exercício social encerrado em 2.005, o ativo apresentou evolução de R\$62,1 milhões, equivalente a 68,0%, passando de R\$91,3 milhões em 2.004 para R\$153,4 milhões em 2.005.

Nas contas do Ativo, as principais variações ocorreram nas seguintes contas:

Disponibilidades e Títulos e Valores Mobiliários. As contas de disponibilidades e títulos e valores mobiliários teve aumento de R\$20,7 milhões, ou 209,1%, passando de R\$9,9 milhões em 2.004 para R\$30,6 milhões em 2.005, devido ao aumento nas nossas aplicações financeiras em decorrência do aumento do resultado do exercício.

Contas a Receber. As contas a receber aumentaram R\$9,4 milhões, ou 39,2%, passando de R\$24,0 milhões em 2.004 para R\$33,4 milhões em 2.005, devido ao significativo aumento nas receitas de vendas em 39,2% nesse mesmo período.

Estoques. Os nossos estoques aumentaram R\$6,7 milhões, ou 33,2%, passando de R\$20,2 milhões em 2.004 para R\$26,9 milhões em 2.005, devido ao maior volume de vendas e à necessidade de manter adequado volume de produtos em processo de produção e quantidades mínimas de produtos para pronto atendimento.

Impostos a recuperar – curto prazo. Os nossos impostos a recuperar aumentaram R\$2,1 milhões, ou 300,0%, passando de R\$0,7 milhões em 2.004 para R\$2,8 milhões em 2.005, devido aos créditos de ICMS, PIS e COFINS sobre aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, que representaram 65,2% dos impostos a recuperar e antecipação de IRPJ e CSLL, que representou 27,6% dos impostos a recuperar.

Investimentos. Os nossos investimentos aumentaram R\$1,6 milhões, ou 76,2%, passando de R\$2,1 milhões em 2.004 para R\$3,7 milhões em 2.005, devido ao ágio na aquisição da totalidade das ações remanescentes da Carbonox, em dezembro de 2.005.

Imobilizado Líquido. O nosso imobilizado líquido aumentou R\$18,9 milhões, ou 61,0%, passando de R\$31,0 milhões em 2.004 para R\$49,9 milhões em 2.005, devido aos investimentos em expansão do parque industrial e na aquisição de máquinas e equipamentos.

Nas contas do Passivo, as principais variações ocorreram nas seguintes contas:

Fornecedores Curto Prazo. A conta Fornecedores aumentou R\$2,0 milhões, ou 21,5%, passando de R\$9,3 milhões em 2.004 para R\$11,3 milhões em 2.005, devido ao aumento da compra de matéria prima e insumos como resultado do aumento de nossas operações.

Empréstimos e Financiamentos. Nossos empréstimos e financiamentos aumentaram R\$30,7 milhões, ou 398,7%, passando de R\$7,7 milhões em 2.004 para R\$38,4 milhões em 2.005. Esse aumento decorreu principalmente da contratação de financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos com recursos do FINAME, financiamento para o CPDL com recursos da FINEP e financiamentos de capital de giro em decorrência do aumento de nossas operações e investimentos em aquisições com recursos do BNDES.

Debêntures. A conta de debêntures, no valor de R\$8,5 milhões, passou a ter saldo igual a zero, em decorrência da conversão da totalidade das debêntures subscritas pelo BNDESPAR em ações em 15 de dezembro de 2.005.

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio. Os dividendos e juros sobre capital próprio aumentaram R\$8,6 milhões, ou 128,4%, passando de R\$6,7 milhões em 2.004 para R\$15,3 milhões em 2.005, devido ao aumento da rentabilidade nesse mesmo período. Os dividendos representaram 38,6% e

os juros sobre capital próprio representaram 61,4% do total de dividendos e juros sobre capital próprio declarados no exercício de 2.005.

Adiantamento de clientes. O adiantamento de clientes aumentou R\$1,9 milhões, ou 172,7%, passando de R\$1,1 milhões em 2.004 para R\$3,0 milhões em 2.005, devido ao adiantamento de recursos relativos a ordens de compra de produtos que demandam longo processo produtivo.

Participação no Resultado. A participação no resultado aumentou R\$0,8 milhões, ou 53,3%, passando de R\$1,5 milhões em 2.004 para R\$2,3 milhões em 2.005, devido à maior lucratividade das nossas operações.

Contas a Pagar por Aquisição de Investimento – curto e longo prazo. As contas a pagar por aquisição de investimento, no valor de R\$3,9 milhões, a partir de um saldo zero em 2.004, devem-se à aquisição da Carbonox em 2.005.

Impostos e Contribuições Sociais de Longo Prazo. Os impostos e contribuições sociais, no valor de R\$1,0 milhões, a partir de um saldo zero em 2.004, deveu-se aos débitos, inclusive fiscais, apurados na Carbonox, adquirida em 2.005.

Patrimônio Líquido. O patrimônio líquido aumentou R\$20,1 milhões, ou 41,5%, passando de R\$48,4 milhões em 2.004 para R\$68,5 milhões em 2.005, devido ao aumento do resultado do exercício e à conversão das debêntures subscritas pelo BNDESPAR em ações, líquido da redução no patrimônio resultados dos dividendos e juros sobre capital próprio provisionados.

Análise das Demonstrações do Resultado

Receita Bruta de Vendas e Serviços

Nossa receita bruta de vendas e serviços aumentou R\$56,5 milhões, ou 39,2%, passando de R\$144,2 milhões em 2.004 para R\$200,7 milhões em 2.005. Desse aumento, o Segmento Flow, que cresceu 52,7%, contribuiu com R\$42,3 milhões, enquanto o Segmento Metal, que cresceu 22,2%, contribuiu com R\$14,2 milhões. Este aumento no Segmento Flow deveu-se à forte demanda nos setores de petróleo e gás natural, com a construção de novas plataformas, e, no Segmento Metal, pelo crescimento das exportações e desenvolvimento de novos clientes no setor automotivo.

A tabela abaixo demonstra a abertura de nossas receitas brutas por segmento de atuação e mercado:

Mercado	Segmento Flow					Segmento Metal				
	2.004	%	2.005	%	Var.%	2.004	%	2.005	%	Var.%
	(em milhões de R\$)									
Interno	77,1	96,1	92,6	75,6	20,1	51,4	80,3	62,3	79,7	21,2
Externo	3,1	3,9	29,9	24,4	864,5	12,6	19,7	15,9	20,3	26,2
Total	80,2	100,0	122,5	100,0	52,7	64,0	100,0	78,2	100,0	22,2

Impostos sobre Vendas

Os impostos sobre vendas aumentaram R\$7,8 milhões, ou 39,4%, passando de R\$19,8 milhões em 2.004 para R\$27,6 milhões em 2.005. No Segmento Flow, o crescimento foi de 36,2%, passando de R\$10,5 milhões em 2.004 para R\$14,3 milhões em 2.005. No Segmento Metal, o crescimento foi de 41,9%, passando de R\$9,3 milhões em 2.004 para R\$13,2 milhões em 2.005. Os impostos sobre vendas corresponderam a 13,7% de nossa receita bruta de vendas e serviços em 2.004 e 13,8% em 2.005. A principal razão foi o aumento das vendas no mercado interno, em relação ao mercado

externo, e pela maior tributação de PIS e COFINS nas vendas para o setor automotivo a partir de agosto de 2.004.

Receita Líquida

Nossa receita líquida aumentou R\$48,9 milhões, ou 39,3%, passando de R\$124,3 milhões em 2.004 para R\$173,2 milhões em 2.005. No Segmento Flow, o crescimento foi de 55,2%, passando de R\$69,7 milhões em 2.004 para R\$108,2 milhões em 2.005. No Segmento Metal, o crescimento foi de 18,6%, passando de R\$54,7 milhões em 2.004 para R\$64,9 milhões em 2.005.

A tabela abaixo demonstra a abertura de nossas receitas líquidas por segmento de atuação:

Segmento	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de				
	2.004	%	2.005	%	Var.%
	(em milhões de R\$)				
Flow	69,7	56,0	108,2	62,5	55,2
Metal	54,7	44,0	64,9	37,5	18,6
Total	124,3	100,0	173,2	100,0	39,3

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados aumentou R\$23,2 milhões, ou 30,2%, passando de R\$76,9 milhões em 2.004 para R\$100,1 milhões em 2.005. No Segmento Flow, o crescimento foi de 21,7%, passando de R\$39,6 milhões em 2.004 para R\$48,2 milhões em 2.005. No Segmento Metal, o crescimento foi de 39,1%, passando de R\$37,3 milhões em 2.004 para R\$51,9 milhões em 2.005.

O custo dos produtos vendidos em um período corresponde ao custo dos bens produzidos no período (custo de produção) somado à variação (seja ela positiva ou negativa) observadas nos estoques entre início e final do referido período.

As tabelas a seguir apresentam os componentes de nosso custo de produção, para cada um dos nossos segmentos de negócios, nos períodos indicados, bem como a variação percentual de cada componente e a variação percentual do componente do custo de produção em relação à receita líquida:

Segmento Flow:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
	2.004	% da Receita Líquida	2.005	% da Receita Líquida	Var. %
	(em milhões de R\$)				
Matéria Prima	31,7	45,5	45,4	42,0	43,2
Mão de obra	8,4	12,1	10,0	9,2	19,0
Depreciação	1,3	1,9	1,8	1,7	38,5
Outros	3,8	5,5	5,4	5,0	42,1
Total	45,2	64,8	62,6	57,9	38,5

Embora, nominalmente, o custo de produção tenha crescido no Segmento Flow, houve uma redução na participação do custo de produção sobre a receita líquida de 64,8% para 57,9%. A melhora de todos os componentes do nosso custo de produção em relação à nossa receita operacional líquida em 2.005, comparado a 2.004, deveu-se, principalmente, à forte demanda dos setores de petróleo e gás natural, que permitiu, com maiores volumes de encomendas, a obtenção de ganhos de escala e produtividade.

Segmento Metal:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
	2.004	% da Receita Líquida	2.005	% da Receita Líquida	Var. %
		(em milhões de R\$)			
Matéria Prima	17,7	32,4	23,3	35,9	31,6
Mão de obra	11,4	20,8	17,0	26,2	49,1
Depreciação	3,3	6,0	3,9	6,0	18,2
Outros	11,4	20,8	16,5	25,4	44,7
Total	43,8	-	60,7	93,5	38,6

No Segmento Metal, houve um crescimento da representatividade do custo de produção sobre a receita líquida de 80,0% para 93,5%. O aumento de todos os componentes do nosso custo de produção em relação à nossa receita operacional líquida em 2.005, comparado a 2.004, foi fortemente afetado pelo aumento do custo das matérias primas, custos com desenvolvimentos de novos produtos, além da receita de exportação, que foi afetada adversamente pela apreciação do real em relação ao euro e, em menor escala, em relação ao dólar.

Lucro Bruto

Nosso lucro bruto aumentou R\$25,7 milhões, ou 54,2%, passando de R\$47,4 milhões em 2.004 para R\$73,1 milhões em 2.005. No Segmento Flow, o crescimento foi de 99,3%, passando de R\$30,1 milhões em 2.004 para R\$60,0 milhões em 2.005. No Segmento Metal, houve queda de 24,9%, passando de R\$17,3 milhões em 2.004 para R\$13,0 milhões em 2.005.

A tabela abaixo demonstra a abertura do nosso lucro bruto por segmento de atuação:

Segmento	Exercício Social Encerrado em				
	2.004	%	2.005	%	Var.%
	(em milhões de R\$)				
Flow	30,1	63,5	60,0	82,1	99,3
Metal	17,3	36,5	13,0	17,9	(24,9)
Total	47,4	100,0	73,1	100,0	54,2

Receitas e Despesas Operacionais

Nossas despesas operacionais aumentaram R\$13,7 milhões, ou 64,6%, passando de R\$21,2 milhões em 2.004 para R\$34,9 milhões em 2.005.

A tabela a seguir apresenta os componentes de nossa despesa operacional para os períodos indicados, bem como a variação percentual de cada componente.

Despesas Operacionais:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de:				
	2.004	% da Receita Líquida	2.005	% da Receita Líquida	Variação (%)
		(em milhões de R\$)			
Despesas com vendas	(14,1)	11,3	(19,1)	11,0	35,5
Despesas Gerais e Administrativas	(4,4)	3,5	(7,8)	4,5	77,3
Remuneração dos Administradores	(1,7)	1,4	(1,2)	0,7	(29,4)
Receitas Financeiras	1,8	1,4	4,3	2,5	138,9
Despesas Financeiras	(4,1)	3,3	(11,2)	6,5	173,2
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	1,3	1,0	-	-	-

As despesas com vendas aumentaram R\$5,0 milhões, ou 35,5%, passando de R\$14,1 milhões em 2.004 para R\$19,1 milhões em 2.005, principalmente em função do aumento do montante de

comissões sobre vendas pagas e ao aumento dos custos com frete no período, decorrentes do aumento do volume de vendas.

As despesas administrativas e gerais aumentaram R\$3,4 milhões, ou 77,3%, passando de R\$4,4 milhões em 2.004 para R\$7,8 milhões em 2.005, principalmente em decorrência de gastos que não correspondem ao curso normal das atividades da Companhia, relativos à aquisição da Carbonox, gastos com honorários advocatícios e de consultoria e auditoria

Receitas Financeiras. Nossas receitas financeiras aumentaram R\$2,5 milhões, ou 138,9%, passando de R\$1,8 milhão em 2.004 para R\$4,3 milhões em 2.005, em razão da maior posição de caixa que ocasionou o incremento nas receitas provenientes de nossas aplicações financeiras.

Despesas Financeiras. Nossas despesas financeiras aumentaram R\$7,1 milhões, ou 173,2%, passando de R\$4,1 milhões em 2.004 para R\$11,2 milhões em 2.005, em razão da maior captação de recursos com a finalidade de financiamento de máquinas e equipamentos, financiamento do CPDL, capital de giro por conta do crescimento das operações e investimentos em aquisições.

Outras receitas (despesas) operacionais. Nossas receitas (despesas) operacionais passaram de R\$1,3 milhão em 2.004 para um saldo zero em 2.005, em razão da não contabilização de créditos tributários em 2.005.

Resultado Operacional

Nosso resultado operacional aumentou em R\$12,0 milhões, ou 45,8%, passando de R\$26,2 milhões em 2.004 para R\$38,2 milhões em 2.005.

Imposto de renda e contribuição social

Nosso imposto de renda e contribuição social corrente diminuiu R\$2,8 milhões, ou 49,1%, passando de R\$5,7 milhões em 2.004 para R\$2,9 milhões em 2.005. A redução ocorrida refere-se à contabilização de juros sobre capital próprio, e à utilização do regime tributário pelo lucro presumido na subsidiária Metalúrgica Nova Americana.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.004 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.003.

Análise do Balanço Patrimonial

No exercício social encerrado em 2.004, o total ativo apresentou evolução de R\$20,2 milhões, equivalente a 28,4%, passando de R\$71,1 milhões em 2.003 para R\$91,3 milhões em 2.004.

Nas contas do Ativo, as principais variações ocorreram nas seguintes contas:

Disponibilidades e Títulos e Valores Mobiliários. As contas de disponibilidades e títulos e valores mobiliários tiveram aumento de R\$4,7 milhões, ou 90,4%, passando de R\$5,2 milhões em 2.003 para R\$9,9 milhões em 2.004, devido ao melhor desempenho do resultado do exercício.

Contas a Receber. As contas a receber aumentaram R\$8,1 milhões, ou 50,9%, passando de R\$15,9 milhões em 2.003 para R\$24,0 milhões em 2.004, devido ao aumento nas receitas de vendas em 52,1% nesse mesmo período. No Segmento Flow, o aumento de vendas deveu-se ao crescimento da indústria de petróleo e gás. No Segmento Metal, o maior volume de vendas deveu-se principalmente às vendas para a General Motors.

Estoques. Os nossos estoques aumentaram R\$3,6 milhões, ou 21,7%, passando de R\$16,6 milhões em 2.003 para R\$20,2 milhões em 2.004, devido ao maior volume de vendas e à necessidade de manter adequado volume de produtos em processo de produção e quantidades mínimas de produtos para pronto atendimento.

Investimentos. Os nossos investimentos aumentaram R\$2,0 milhões, passando de R\$0,1 milhão em 2.003 para R\$2,1 milhões em 2.004, devido ao adiantamento para futuros aumentos de capital feitos na Carbonox.

Imobilizado Líquido. O nosso imobilizado líquido aumentou R\$4,0 milhões, ou 14,8%, passando de R\$27,0 milhões em 2.003 para R\$31,0 milhões em 2.004, devido à expansão do parque industrial e à aquisição de máquinas e equipamentos.

Nas contas do Passivo, as principais variações ocorreram nas seguintes contas:

Fornecedores Curto Prazo. A conta Fornecedores aumentou R\$2,2 milhões, ou 31,0%, passando de R\$7,1 milhões em 2.003 para R\$9,3 milhões em 2.004, devido ao aumento da compra de matéria prima e insumos como resultado do aumento de nossas operações.

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio. Os dividendos e juros sobre capital próprio aumentaram R\$5,8 milhões, ou 644,4%, passando de R\$0,9 milhões em 2.003 para R\$6,7 milhões em 2.004, devido ao aumento da rentabilidade nesse mesmo período. Os dividendos representaram 53,1% e os juros sobre capital próprio representaram 46,9% do valor total de dividendos e juros sobre capital próprio declarados no exercício de 2.004.

Participação no Resultado. A participação no resultado de R\$1,5 milhões em 2.004, a partir de um saldo zero em 2.003, deveu-se à implantação do programa de participação nos resultados em 2.004.

Patrimônio Líquido. O patrimônio líquido aumentou R\$10,1 milhões, ou 26,4%, passando de R\$38,3 milhões em 2.003 para R\$48,4 milhões em 2.004, em decorrência do resultado positivo no exercício.

Análise das Demonstrações do Resultado

Receita Bruta de Vendas e Serviços

Nossa receita bruta de vendas e serviços aumentou R\$49,4 milhões, ou 52,1%, passando de R\$94,8 milhões em 2.003 para R\$144,2 milhões em 2.004. Desse aumento, o Segmento Flow, que cresceu 33,2%, contribuiu com R\$20,0 milhões, enquanto o Segmento Metal, que cresceu 85,5%, contribuiu com R\$29,5 milhões. Este aumento foi devido principalmente ao aumento nas vendas para os setores de petróleo e gás no Segmento Flow, e ao desenvolvimento de peças automotivas, principalmente para a General Motors, no Segmento Metal.

A variação ocorrida nas vendas para o mercado externo foi referente ao incremento de vendas a clientes já existentes e à conquista de novos negócios, especialmente na Itália.

A tabela abaixo demonstra a abertura de nossas receitas brutas por segmento de atuação e mercado:

Mercado	Segmento Flow					Segmento Metal				
	(em milhões de R\$, exceto percentuais)									
	2.003	%	2.004	%	Var. %	2.003	%	2.004	%	Var. %
Interno	59,5	98,8	77,1	96,1	29,6	24,5	71,0	51,4	80,3	109,8
Externo	0,7	1,2	3,1	3,9	342,9	10,0	29,0	12,6	19,7	26,0
Total	60,2	100,0	80,2	100,0	33,2	34,5	100,0	64,0	100,0	85,5

Impostos sobre Vendas

Os impostos sobre vendas aumentaram R\$9,2 milhões, ou 86,8%, passando de R\$10,6 milhões em 2.003 para R\$19,8 milhões em 2.004. No Segmento Flow, o crescimento foi de 43,8%, passando de R\$7,3 milhões em 2.003 para R\$10,5 milhões em 2.004. No Segmento Metal, o crescimento foi de 181,8%, passando de R\$3,3 milhões em 2.003 para R\$9,3 milhões em 2.004. Os impostos sobre vendas corresponderam a 11,2% da nossa receita bruta de vendas e serviços em 2.003 e 13,7% em 2.004. O crescimento percentual decorreu, principalmente, do aumento da alíquota da COFINS de 3,0% para 7,6% em fevereiro de 2.004, além da maior participação das vendas para o mercado interno.

Receita Líquida

Nossa receita líquida cresceu R\$40,1 milhões, o que representou um aumento de 47,6%, passando de R\$84,2 milhões em 2.003 para R\$124,3 milhões em 2.004. No Segmento Flow, o crescimento foi de 31,8%, passando de R\$52,9 milhões em 2.003 para R\$69,7 milhões em 2.004. No Segmento Metal, o crescimento foi de 74,8%, passando de R\$31,3 milhões em 2.003 para R\$54,7 milhões em 2.004.

A tabela a seguir demonstra a abertura de nossas receitas líquidas por segmento de atuação:

Segmento	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	(em milhões de R\$)				
	2.003	%	2.004	%	Var.%
Flow	52,9	62,8	69,7	56,0	31,8
Metal	31,3	37,2	54,7	44,0	74,8
Total	84,2	100,0	124,3	100,0	47,6

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados aumentou R\$22,5 milhões, ou 41,4%, passando de R\$54,4 milhões em 2.003 para R\$76,9 milhões em 2.004. No Segmento Flow, o crescimento foi de 23,4%, passando de R\$32,1 milhões em 2.003 para R\$39,6 milhões em 2.004. No Segmento Metal, o crescimento foi de 67,3%, passando de R\$22,3 milhões em 2.003 para R\$37,3 milhões em 2.004.

O custo dos produtos vendidos em um período corresponde ao custo dos bens produzidos no período (custo de produção) somado à variação (seja ela positiva ou negativa) observadas nos estoques entre início e final do referido período.

As tabelas a seguir apresentam os componentes de nosso custo de produção, para cada um dos nossos segmentos de negócios, nos períodos indicados, bem como o percentual de cada componente em relação à receita líquida e a variação percentual do custo de produção.

Segmento Flow:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
	2.003	% da Receita Líquida	2.004	% da Receita Líquida	Var. %
	(em milhões de R\$)				
Matéria Prima	27,3	51,6	31,7	45,5	16,1
Mão de obra	7,6	14,4	8,4	12,1	10,5
Depreciação	1,2	2,3	1,3	1,9	8,3
Outros	4,4	8,3	3,8	5,5	(13,6)
Total	40,5	76,6	45,2	64,8	11,6

No exercício de 2.004, o nosso custo de produção sobre a receita líquida diminuiu 11,8 pontos percentuais, passando de 76,6% em 2.003 para R\$64,8% em 2.004. Esta melhora deveu-se, de modo geral, a um melhor gerenciamento dos custos associados à venda de produtos mais rentáveis.

Segmento Metal:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de:				
	2.003	% da Receita Líquida	2.004	% da Receita Líquida	Var. %
	(em milhões de R\$)				
Matéria Prima	10,8	34,5	17,7	32,4	63,9
Mão de obra	7,8	24,9	11,4	20,8	46,2
Depreciação	1,7	5,4	3,3	6,0	94,1
Outros	7,5	24,0	11,4	20,8	52,0
Total	27,8	88,8	43,8	-	57,6

No exercício de 2.004, o nosso custo de produção sobre a receita líquida diminuiu 8,8 pontos percentuais, passando de 88,8% em 2.003 para R\$80,0% em 2.004. Esta melhora deveu-se, de modo geral, a ganhos de produtividade e de escala decorrentes de produção de peças repetidas, destinadas principalmente ao setor automotivo.

Lucro Bruto

Nosso lucro bruto aumentou R\$17,6 milhões, ou 59,1%, passando de R\$29,8 milhões em 2.003 para R\$47,4 milhões em 2.004. No Segmento Flow, o crescimento foi de 44,7%, passando de R\$20,8 milhões em 2.003 para R\$30,1 milhões em 2.004. No Segmento Metal, houve crescimento de 92,2%, passando de R\$9,0 milhões em 2.003 para R\$17,3 milhões em 2.004.

A tabela a seguir demonstra a abertura do nosso lucro bruto por segmento de atuação:

Segmento	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2.003	%	2.004	%	Var. %
	(em milhões de R\$)				
Flow	20,8	69,8	30,1	63,5	44,7
Metal	9,0	30,2	17,3	36,5	92,2
Total	29,8	100,0	47,4	100,0	59,1

O forte crescimento do lucro bruto ocorrido no Segmento Metal foi decorrente do incremento de vendas e ganhos de escala obtidos com o aumento da produtividade de peças para o setor automotivo. No Segmento Flow, os setores de petróleo e gás mantiveram sua expansão, bem como os setores da indústria química, petroquímica, papel e celulose.

Receitas e Despesas Operacionais

Nossas despesas operacionais diminuíram R\$2,1 milhão, ou 9,0%, passando de R\$23,3 milhões em 2.003 para R\$21,2 milhões em 2.004.

A tabela a seguir apresenta os componentes de nossa despesa operacional para os períodos indicados, bem como a variação percentual de cada componente.

Despesas Operacionais:	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de:				
	2.003	% da Receita Líquida	2.004	% da Receita Líquida	Var. %
	(em milhões de R\$)				
Despesas com vendas	(11,1)	13,2	(14,1)	11,3	27,0

Despesas gerais e administrativas	(6,1)	7,2	(4,4)	3,5	(27,9)
Remuneração dos administradores	(1,5)	1,8	(1,7)	1,4	13,3
Receitas financeiras	0,8	0,9	1,8	1,4	125,0
Despesas financeiras	(5,5)	6,5	(4,1)	3,3	(25,5)
Outras Receitas (Despesas) operacionais	0,2	0,2	1,3	1,0	550,0

As despesas com vendas aumentaram R\$3,0 milhões, ou 27,0%, passando de R\$11,1 milhões em 2.003 para R\$14,1 milhões em 2.004, principalmente em função do aumento do montante de comissões sobre vendas pagas e ao aumento dos custos com frete no período, decorrentes do aumento do volume de vendas.

A melhora dos indicadores de modo geral deveu-se aos seguintes fatores: racionalização dos gastos com vendas e despesas gerais e administrativas, à nossa capitalização em setembro de 2.003 com recursos provenientes da emissão de debêntures subscritas pela BNDESPAR e ingresso/aporte do GP Tecnologia. Com esses aportes de recursos, a empresa pôde mudar seu perfil de endividamento e de custos financeiros, proporcionando investimentos na produção e conseqüentemente maior alavancagem de vendas e resultados.

Receitas Financeiras. Nossas receitas financeiras aumentaram R\$1,0 milhão, ou 125,0%, passando de R\$0,8 milhão em 2.003 para R\$1,8 milhão em 2.004, em razão da maior posição de caixa da Companhia ao longo de 2.004, apropriado com a contabilização como receita financeira de R\$0,7 milhão decorrentes de atualização monetária de crédito do PIS.

Despesas Financeiras. Nossas despesas financeiras diminuíram R\$1,4 milhão, ou 25,5%, passando de R\$5,5 milhões em 2.003 para R\$4,1 milhões em 2.004, em razão da redução do nosso endividamento, possibilitada pela capitalização da GP Tecnologia e pela subscrição de debêntures pela BNDESPAR.

Outras receitas (despesas) operacionais. Nossas receitas (despesas) operacionais aumentaram R\$1,1 milhão, ou 550,0%, passando de R\$0,2 milhão em 2.003 para R\$1,3 milhão em 2.004 em razão, principalmente, da contabilização de créditos tributários federais extemporâneos no ano de 2.004.

Resultado Operacional

Nosso resultado operacional aumentou R\$19,6 milhões, ou 297,0%, passando de R\$6,6 milhões em 2.003 para R\$26,2 milhões em 2.004.

Imposto de renda e contribuição social corrente

Nosso imposto de renda e contribuição social corrente aumentou em R\$4,0 milhões, ou 235,3%, passando de R\$1,7 milhões em 2.003 para R\$5,7 milhões em 2.004. Este aumento foi devido ao crescimento da lucratividade.

Lucro Líquido

Nosso lucro líquido aumentou R\$13,9 milhões, ou 347,5%, passando de R\$4,0 milhões em 2.003 para R\$17,9 milhões em 2.004.

Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2.006 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.005 para o Balanço Patrimonial, e Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2.006 comparado com o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2.005 para as Demonstrações de Resultado.

Análise de Balanço Patrimonial

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2.006, o total do ativo apresentou aumento de R\$173,2 milhões, equivalente a 112,9%, passando de R\$153,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.005 para R\$326,6 milhões no primeiro semestre de 2.006.

Nas contas do Ativo, as principais variações ocorreram nas seguintes contas:

Disponibilidades

A conta de disponibilidades teve uma redução de R\$1,3 milhões, ou 27,7%, passando de R\$4,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.005 para R\$3,4 milhões no primeiro semestre de 2.006, principalmente em decorrência do aumento de aplicações em títulos e valores mobiliários.

Títulos e Valores Mobiliários

A conta de títulos e valores mobiliários teve um aumento de R\$79,0 milhões, ou 305,0%, passando de R\$25,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.005 para R\$104,9 milhões no primeiro semestre de 2.006, devido principalmente ao aumento de capital realizado em 11 de maio de 2.006 para realização da nossa oferta pública inicial de ações, concluída em junho de 2.006.

Investimentos no Ativo Permanente

Os nossos investimentos aumentaram R\$45,3 milhões, ou 1.224,3%, passando de R\$3,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.005 para R\$49,0 milhões no primeiro semestre de 2.006, em decorrência das aquisições das empresas Mipel-SP e Itasa.

Nas contas do Passivo, as principais variações ocorreram nas seguintes contas:

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio foi zerado no primeiro semestre de 2.006, devido ao pagamento dos mesmos no transcorrer do semestre.

Provisão para Contingências

As provisões passaram de um saldo próximo de zero no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.005 para R\$8,0 milhões no período encerrado em 30 de junho de 2.006. Este acréscimo foi verificado principalmente em razão da incorporação de valores existentes nas demonstrações financeiras da Mipel-SP.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou R\$172,3 milhões, ou 251,5%, passando de R\$68,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.005 para R\$240,8 milhões em 2.006, em decorrência das capitalizações ocorridas em 01 de março e 11 de maio de 2.006 e do resultado apurado no primeiro semestre de 2.006.

Análise das Demonstrações do Resultado

Receita Bruta de Vendas e Serviços

Nossa receita bruta de vendas e serviços, líquida de devoluções, aumentou R\$28,1 milhões, ou 29,0%, passando de R\$97,0 milhões no primeiro semestre de 2.005 para R\$125,1 milhões no primeiro semestre de 2.006. No Segmento Flow, nossa receita bruta de vendas e serviços aumentou R\$29,4 milhões, ou 52,5%, passando de R\$56,0 milhões no primeiro semestre de 2.005 para R\$85,4 milhões no primeiro semestre de 2.006. Este aumento foi decorrente do incremento de vendas ao setor de petróleo e gás, e também pela aquisição da Mipel-SP em abril de 2.006, a qual contribuiu com R\$8,2 milhões.

No Segmento Metal, nossa receita bruta de vendas e serviços diminuiu R\$1,3 milhão, ou 3,2%, passando de R\$41,0 milhões no primeiro semestre de 2.005 para R\$39,7 milhões no primeiro semestre de 2.006. Esta redução deveu-se, principalmente, aos adiamentos de projetos de clientes que representaram adiamento de receitas da ordem de R\$1,7 milhão. O impacto total no Segmento Metal foi da ordem de R\$2,3 milhões.

A tabela abaixo demonstra a abertura de nossa receita bruta por segmento de atuação e mercado:

Mercado	Segmento Flow					Segmento Metal				
	2.005	%	2.006	%	Var.%	2.005	%	2.006	%	Var.%
	(em milhões de R\$)									
Interno	44,2	78,9	63,0	73,8	42,5	32,7	79,8	28,8	72,5	(11,9)
Externo	11,8	21,1	22,4	26,2	89,8	8,3	20,2	10,9	27,5	31,3
Total	56,0	100,0	85,4	100,0	52,5	41,0	100,0	39,7	100,0	(3,2)

No primeiro semestre de 2.005, além dos impostos sobre vendas, também estão considerados na nossa receita bruta devoluções no montante de R\$4,4 milhões. Ainda no primeiro semestre de 2.005, o montante de R\$1,2 milhão referente ao IPI da Metalúrgica Nova Americana, foi contabilizado como receita bruta. No primeiro semestre de 2.006, estão considerados na nossa receita bruta apenas os impostos sobre vendas e devoluções no montante de R\$2,7 milhões.

Impostos sobre Vendas

Os impostos sobre vendas aumentaram R\$3,2 milhões, ou 26,0%, passando de R\$12,3 milhões no primeiro semestre de 2.005 para R\$15,5 milhões no primeiro semestre de 2.006, principalmente em razão do aumento nas vendas descrito acima. Os impostos sobre vendas corresponderam a 12,7% de nossa receita bruta de vendas e serviços em 30 de junho de 2.006 e 13,5% em 30 de junho de 2.005.

Receita Líquida

Nossa receita líquida aumentou R\$27,9 milhões, ou 35,3%, passando de R\$79,1 milhões no primeiro semestre de 2.005 para R\$107,0 milhões no primeiro semestre de 2.006. No Segmento Flow, nossa receita líquida aumentou R\$28,0 milhões, ou 61,5%, passando de R\$45,5 milhões no primeiro semestre de 2.005 para R\$73,5 milhões no primeiro semestre de 2.006. Este crescimento foi impulsionado pelo aumento de vendas decorrente do maior volume de investimentos no setor de petróleo e gás.

No Segmento Metal, nossa receita líquida diminuiu R\$0,2 milhão, ou 0,6%, passando de R\$33,6 milhões no primeiro semestre de 2.005 para R\$33,4 milhões no primeiro semestre de 2.006. Nossas vendas neste Segmento foram afetadas, principalmente, por adiamentos de projetos de clientes, que representaram adiamento das receitas da ordem de R\$1,7 milhão. O impacto total no Segmento Metal foi em R\$2,3 milhões.

A tabela abaixo demonstra a abertura de nossa receita líquida por segmento de atuação:

Segmento	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de				
	2.005	%	2.006	%	Var.%
	(em milhões de R\$)				
Flow	45,5	57,5	73,5	68,8	61,5
Metal	33,6	42,5	33,4	31,2	(0,6)
Total	79,1	100,0	106,9	100,0	35,1

Custo de Produtos Vendidos

O custo de produtos vendidos e serviços prestados aumentou R\$14,8 milhões, ou 31,8%, passando de R\$46,6 milhões no primeiro semestre de 2.005 para R\$61,4 milhões no primeiro semestre de 2.006.

A tabela abaixo demonstra a abertura de nosso custo de produtos vendidos por segmento de atuação:

Segmento	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de				
	2.005	%	2.006	%	Var.%
	(em milhões de R\$)				
Flow	21,0	45,1	35,9	58,5	71,0
Metal	25,6	54,9	25,5	41,5	(0,4)
Total	46,6	100,0	61,4	100,0	31,8

No Segmento Flow, o custo de produtos vendidos cresceu tanto em termos absolutos (R\$14,9 milhões, ou 71,0%), quanto em termos proporcionais sobre a receita líquida, passando de 46,2% no primeiro semestre de 2.005 para 48,8% no primeiro semestre de 2.006. O aumento do nosso custo dos produtos vendidos em relação à nossa receita operacional líquida no primeiro semestre de 2.006, comparado a igual período de 2.005, deveu-se, principalmente, ao custo de produtos vendidos da Mipel-SP, adquirida por nós em abril de 2.006, que representou 85,0% da sua receita líquida em razão de ajustes realizados nos estoques.

No Segmento Metal, o custo de produtos vendidos ficou estável tanto em termos absolutos quanto em termos proporcionais sobre a receita líquida, passando de 76,2% no primeiro semestre de 2.005 para 76,1% no primeiro semestre de 2.006.

Lucro Bruto

Nosso lucro bruto aumentou R\$13,0 milhões, ou 39,9%, passando de R\$32,6 milhões no primeiro semestre de 2.005 para R\$45,5 milhões no primeiro semestre de 2.006. No Segmento Flow, nosso lucro bruto aumentou R\$13,0 milhões, ou 53,1%, passando de R\$24,5 milhões no primeiro semestre de 2.005 para R\$37,5 milhões no primeiro semestre de 2.006. No Segmento Metal, nosso lucro bruto permaneceu inalterado no primeiro semestre de 2.005 em relação ao primeiro semestre de 2.006, qual seja, R\$8,0 milhões.

A tabela abaixo demonstra a abertura do nosso lucro bruto por segmento de atuação:

Segmento	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de				
	2.005	%	2.006	%	Var.%
	(em milhões de R\$)				
Flow	24,5	75,4	37,5	82,4	53,1
Metal	8,0	24,6	8,0	17,6	-
Total	32,5	100,0	45,5	100,0	39,9

Receitas e Despesas Operacionais

Nossas despesas operacionais aumentaram R\$12,3 milhão, ou 85,8% passando de R\$14,4 milhões no primeiro semestre de 2.005 para R\$26,7 milhões no primeiro semestre de 2.006.

A tabela a seguir apresenta os componentes de nossa despesa operacional para os períodos indicados, bem como a variação percentual de cada componente.

	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de		
	2.005	2.006	Varição
	(em milhões de R\$)		
Despesas com Vendas	(8,0)	(11,4)	42,5
Despesas Gerais e Administrativas	(3,2)	(4,7)	46,9
Remuneração dos Administradores	(0,6)	(0,5)	(16,7)
Receitas Financeiras	2,0	4,3	115,0
Despesas Financeiras	(4,5)	(6,5)	44,4
Outras Receitas Operacionais	-	0,8	100,0
Outras Despesas Operacionais	-	(8,6)	100,0

As despesas com vendas aumentaram R\$3,4 milhões, ou seja 42,5%, passando de R\$8,0 milhões no primeiro semestre de 2.005 para R\$11,4 milhões no primeiro semestre de 2.006, principalmente em função do crescimento de vendas, onde despesas como comissões e fretes incidem diretamente sobre o faturamento.

As despesas gerais e administrativas aumentaram R\$1,5 milhão, ou seja 46,9%, passando de R\$3,2 milhões no primeiro semestre de 2.005 para R\$4,7 milhões no primeiro semestre de 2.006. Esses aumentos foram decorrentes da contabilização das despesas referentes às aquisições da Carbonox, Mipel-SP e Itasa, representando R\$1,2 milhão do total.

Nossas receitas financeiras aumentaram R\$2,3 milhões, ou 115,0%, passando de R\$2,0 milhões no primeiro semestre de 2.005 para R\$4,3 milhões no mesmo período em 2.006, em razão do incremento da aplicação financeira de recursos.

Nossas outras receitas operacionais aumentaram R\$0,8 milhão, ou 100,0%, passando de uma receita inexistente em 30 de junho de 2.005 para R\$0,8 milhão em 30 de junho de 2.006 devido, principalmente, à atualização de impostos a recuperar sobre o imobilizado e de crédito presumido de IPI - Imposto sobre Produto Industrializado sobre a compra de matéria-prima.

Nossas outras despesas operacionais aumentaram R\$8,6 milhões, ou 100,0%, passando de um saldo zero em 30 de junho de 2.005 para R\$8,6 milhões em 30 de junho de 2.006, devido às despesas com aquisições da Mipel-SP e Itasa e com a oferta pública de ações concluída em junho de 2.006.

Resultado operacional

Nosso resultado operacional aumentou R\$0,7 milhão, ou 3,8%, passando de R\$18,2 milhões no primeiro semestre de 2.005 para R\$18,9 milhões no primeiro semestre de 2.006.

Imposto de renda e contribuição social

Nosso imposto de renda e contribuição social corrente aumentou R\$5,3 milhões, ou 213,0%, passando de R\$2,5 milhões no primeiro semestre de 2.005 para R\$7,8 milhões no primeiro semestre de 2.006. Este aumento deveu-se, principalmente, ao fato de que nossa controlada Metalúrgica Nova Americana passou a adotar o lucro real como forma de tributação durante o primeiro semestre de 2.006 enquanto em 2.005 foi tributada pelo lucro presumido.

Reconhecemos durante o período encerrado em 30 de junho de 2.006 imposto de renda diferido no montante de R\$2,9 milhões, o qual pretendemos compensar com lucros futuros.

Lucro Líquido

Em consequência do discutido acima, nosso lucro líquido diminuiu R\$1,1 milhão, ou 8,5%, passando de R\$14,2 milhões no primeiro semestre de 2.005 para R\$13,0 milhões no primeiro semestre de 2.006. Essa redução decorreu principalmente da contabilização de despesas não recorrentes no montante de R\$7,7 milhões, referentes a nossa oferta pública inicial de ações, concluída em junho de 2.006, e as aquisições da Mipel-SP e Itasa.

Liquidez e Recursos de Capital

As nossas principais necessidades de liquidez e recursos financeiros são:

- investimentos para melhorias de eficiência nas nossas unidades industriais, expansão e modernização das nossas plantas e do nosso maquinário e desenvolvimento de tecnologia de ponta;
- investimentos para aquisições estratégicas;
- obrigações de serviços de dívida referentes ao nosso endividamento; e
- pagamentos de dividendos e demais distribuições aos nossos acionistas.

Historicamente, nossas principais fontes de recursos foram o caixa gerado pelas nossas operações, a receita financeira advinda da aplicação do nosso caixa e disponibilidades e empréstimos de longo prazo.

Fluxo de Caixa

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de			Período de seis meses encerrado em 30 de junho de	
	2.003	2.004	2.005	2.005	2.006
	(Em milhões de R\$)				
Fluxo de caixa gerado (usado) nas atividades operacionais	2,4	23,2	41,0	(2,8)	(10,6)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(9,8)	(11,5)	(24,4)	(11,5)	(65,4)
Fluxo de caixa gerado por (aplicado nas) atividades de financiamento	11,0	(7,0)	4,1	(21,8)	(152,5)
Aumento (redução) nas disponibilidades	3,6	4,8	21,1	7,5	152,5
No início do exercício	1,5	5,2	9,9	30,6	9,9
No final do exercício	5,2	9,9	30,6	108,4	17,5

Atividades Operacionais

Nosso fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais cresceu 866,7%, passando de R\$2,4 milhões em 2.003 para R\$23,2 milhões em 2.004 em decorrência, dentre outros fatores, do crescimento do nosso lucro líquido em 2.004 comparado a 2.003.

Nosso fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais em 2.005 aumentou R\$17,8 milhões, ou 76,7%, passando de R\$23,2 milhões em 2.004 para R\$41,0 milhões em 2.005. Este aumento deveu-se principalmente ao aumento no nosso lucro líquido para R\$32,0 milhões em 2.005, comparado a R\$17,9 milhões em 2.004.

Nosso fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2.006 aumentou R\$7,8 milhões, ou 279,1%, passando de R\$2,8 milhões no período findo em 30 de junho de 2.005 para R\$10,6 milhões no período findo em 30 de junho de 2.006, em decorrência principalmente da aplicação de capital de giro.

Atividades de Investimentos

Os nossos investimentos em ativo imobilizado, diferido e aquisição de investimentos em 2.003, 2.004, 2.005 e no primeiro semestre de 2.006 totalizaram R\$9,8 milhões, R\$11,5 milhões, R\$24,6 milhões e R\$65,4 milhões respectivamente, incluído o ativo diferido relativo a projetos de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.

Nossos investimentos foram, de modo geral, orientados pela necessidade de atendermos à demanda crescente por nossos produtos, respeitando-se os critérios de retorno para os acionistas.

A tabela a seguir contém os investimentos realizados nos períodos indicados.

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de			Período de seis meses encerrado em 30 de junho de	
	2.003	2.004	2.005	2.005	2.006
	(em milhões de R\$)				
Aquisições de Investimentos	-	1,9	3,0	5,3	50,6
Maquinário, Instalações e outros	9,7	9,0	20,3	5,9	13,9
Diferido	0,1	0,5	1,3	0,2	0,9
Total	9,8	11,5	24,6	11,4	65,4

Os investimentos realizados em 2.004 totalizaram R\$11,5 milhões, que representou crescimento de 17,3% sobre o valor investido em 2.003. Em 2.004, além dos investimentos realizados para melhorias de eficiência nas unidades industriais, desenvolvimento de tecnologia de ponta, que nos permite manter a competitividade e que respeitam rigorosos critérios de retorno, efetuamos adiantamento para futuro aumento de capital na Carbonox, no valor de R\$1,9 milhão.

O incremento em 2.005 e no primeiro semestre de 2.006 decorreu, basicamente, do aumento do nosso parque industrial e aquisição de equipamentos e máquinas de maior valor agregado tecnológico, com o propósito de ampliação da nossa capacidade produtiva. No primeiro semestre de 2.006, as aquisições de investimento referem-se ao ágio na aquisição da Carbonox.

Os nossos investimentos em aquisições, ativo imobilizado (maquinário, instalações e outros) e ativo diferido totalizaram R\$65,4 milhões no primeiro semestre de 2.006, apresentando um crescimento de 478,0% se comparado aos investimentos efetuados durante o primeiro semestre de 2.005, que totalizaram R\$11,3 milhões, decorrentes, principalmente, das aquisições da Mipel-SP e da Itasa. O investimento no diferido refere-se, basicamente, a novos projetos do CPDL.

Atividades de Financiamento

Nossas atividades de financiamento geraram R\$11,0 milhões em 2.003 e consumiram R\$7,0 milhões em 2.004, representando uma redução de 163,6%. Em 2.005, houve a geração de R\$4,1 milhões de caixa das atividades de financiamento, decorrente da captação de recursos junto a financiadores, notadamente BNDES e FINEP.

Nossos recursos são utilizados principalmente para o pagamento de nossos financiamentos, a realização de investimentos e o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio. Em 31 de dezembro de 2.005, possuíamos R\$23,5 milhões em empréstimos e financiamentos de curto

prazo e R\$14,9 milhões em empréstimos e financiamentos de longo prazo. Veja “Endividamento” abaixo para uma melhor descrição dos nossos empréstimos e financiamentos.

Endividamento

Nosso endividamento total em 2.003 era de R\$15,4 milhões, dos quais R\$3,9 milhões com vencimento no curto prazo, sendo R\$3,7 milhões decorrentes de empréstimos e financiamentos e R\$0,2 milhão relativos a debêntures, e R\$11,5 milhões com vencimento no longo prazo, sendo R\$3,5 milhões decorrentes de empréstimos e financiamentos e R\$8,0 milhões relativos a debêntures.

Em 2.004, o nosso endividamento total era de R\$16,2 milhões, dos quais R\$1,8 milhão com vencimento no curto prazo, sendo R\$1,6 milhão decorrentes de empréstimos e financiamentos e R\$0,2 milhão relativos a debêntures, e R\$14,4 milhões com vencimento no longo prazo, sendo R\$6,1 milhões decorrentes de empréstimos e R\$8,3 milhões relativos a debêntures.

Em 31 de dezembro de 2.005, nosso endividamento total era de R\$38,4 milhões, sendo R\$23,5 milhões representado por dívidas de curto prazo e R\$14,9 milhões representado por dívida de longo prazo. O aumento do nosso endividamento de curto prazo, no período de 31 de dezembro de 2.004 e 31 de dezembro de 2.005, no valor de 21,7 milhões, decorreu, principalmente, do ingresso de financiamento de capital de giro do BNDES (Progeren – Programa de Apoio ao Fortalecimento da capacidade de Geração de Emprego e Renda) e da aquisição da Carbonox que possuía financiamentos curto prazo no valor de R\$ 6,2 milhões. O aumento do endividamento de longo prazo nesse mesmo período, no valor de 0,5 milhão, deveu-se ao financiamento do CPDL por meio da FINEP e de novos financiamentos com recursos do BNDES (FINAME) para aquisição de máquinas destinadas a ampliação e modernização do nosso parque fabril. Em razão da conversão das debêntures em ações pela BNDESPAR, em 15 de dezembro de 2.005, as debêntures deixaram de integrar o nosso endividamento.

Em 30 de junho de 2.006, os nossos financiamentos diminuíram R\$8,5 milhões em relação a 30 de junho de 2.005, em função de amortizações de débitos financeiros da Companhia realizadas nesse período. Nesse período, nosso endividamento total era de R\$32,0 milhões, dos quais R\$18,9 milhões com vencimento no curto prazo, sendo R\$11,5 milhões referente a capital de giro do programa Progeren do BNDES, R\$0,8 milhão do FINEP referente a implantação do CPDL, R\$6,6 milhões referentes a FINAMES decorrentes de aquisição de equipamentos diversos relativos a aumento da capacidade produtiva e R\$13,1 milhões com vencimento no longo prazo, sendo R\$4,8 milhões de FINEP – CPDL e R\$ 8,3 milhões relativos a FINAMES.

A tabela a seguir contém os valores de nosso endividamento de curto e longo prazo em 30 de junho de 2006.

Período findo em 30 de junho de 2006	
(em milhões de R\$)	
Curto Prazo	18,9
Longo Prazo	13,1
Total do Endividamento	32,0
Disponibilidades	108,4

Em 30 de junho de 2.006, apresentamos posição líquida de caixa (disponibilidades menos total do endividamento) de R\$76,4 milhões.

As tabelas a seguir contém o perfil de nosso endividamento consolidado para os períodos indicados:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de											
2.003											
2.004											
2.005											
Descrição	Indexador	Taxa de Juros (a.a.)	2.003			2.004			2.005		
			Circ.	Longo Prazo	Total	Circ.	Longo Prazo	Total	Circ.	Longo Prazo	Total
(em milhões de R\$)											
Moeda Nacional	-	-	3,9	11,5	15,4	1,8	13,9	15,6	23,1	14,8	37,9
FINEP	TJLP	3,5%	0,8	1,6	2,4	0,5	1,2	1,7	0,4	0,8	1,3
BRDE	TJLP	6,43 %	0,2	0,8	1,0	0,5	2,6	3,1	1,3	3,6	4,9
FINAME	TJLP	6,11%	0,4	0,9	1,3	0,5	0,8	1,3	1,3	1,4	2,6
Financiamento de exportação	de TJLP	5,5%	1,7	0	1,7	-	0,9	0,9	0,7	0,2	0,9
Financiamento de Importação	de US\$/EU	11,75%	0,6	-	0,6	-	-	-	-	-	-
Crédito direto ao consumidor	ao Fixo	25,09%	0,1	0,1	0,2	0,1	-	0,1	-	-	0,1
BNDES - Capital Giro	TJLP	3,5%	-	-	-	-	-	-	12,5	4,2	16,7
SICREDI - Capital Giro	CDI	11,64%	-	-	-	-	-	-	0,2	0,1	0,4
FINEP-CPDL	TJLP	3,5%	-	-	-	-	-	-	-	4,5	4,5
Capital de Giro	CDI	5,28%	-	-	-	-	-	-	4,5	-	4,5
Capital de Giro	Fixo	24,24%	-	-	-	-	-	-	2,1	-	2,1
Debêntures	TJLP	4,0%	0,2	8,0	8,2	0,2	8,3	8,5	-	-	-
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	0,5	0,5	0,3	0,1	0,5
Financiamento de exportação	de US\$	Cesta Moedas	-	-	-	-	0,5	0,5	0,3	0,1	0,5
Total	-	-	3,9	11,5	15,4	1,8	14,4	16,2	23,5	14,9	38,4

Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2.006

Descrição	Indexador	Taxas de juros		Longo prazo	Total
		Circulante			
(Em milhões de R\$)					
Moeda nacional					
FINEP	TJLP	3,5% a.a.	0,4	0,6	1,1
BRDE	TJLP	6,43% a.a.	1,5	4,2	5,7
BRDE	FIXO	12,95% a.a.	0,6	1,8	2,4
SAFRA	FIXO	13,95% a.a.	0,3	0,8	1,1
FINAME	TJLP	6,16% a.a.	1,2	1,5	2,7
Financiamento de exportação	TJLP	5,5% a.a.	0,7	-	0,7
Crédito direto ao consumidor	Fixo	25,83% a.a.	0,1	-	0,1
BNDES - Capital Giro	TJLP	3,5% a.a.	11,5	-	11,5
Financiamento incentivo a pesquisa e tecnologia	TJLP	(3,5) % a.a.	0,4	4,2	4,6
Capital de Giro	CDI	0,068% a.m.	1,8	-	1,8
Moeda estrangeira					
Financiamento de exportação	US\$	6,01% a.a.	0,3	-	0,3
Bank Boston	US\$	11% a.a.	0,1	-	0,1
Total			18,9	13,1	32,0

Os vencimentos consolidados das parcelas de longo prazo dos financiamentos, excluindo debêntures, estão assim distribuídos, para os períodos indicados:

Vencimento	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de		
	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.004	2.005	2.006
	(em milhões de R\$)		
2.007	1,7	8,0	2,3
2.008	1,2	2,9	4,1
2.009	0,4	2,0	3,1
2.010	-	1,0	2,0

2.011	-	0,9	1,2
2.012	-	0,1	0,3
Total	6,1	14,9	13,1

Debêntures. Em 27 de agosto de 2.003, a Companhia emitiu debêntures com o objetivo de financiar, a longo prazo, as suas operações. As debêntures foram subscritas na sua totalidade pelo BNDESPAR. Em 15 de dezembro de 2.005, o BNDESPAR converteu a totalidade das 14.383.379 debêntures da 1.^a, 2.^a e 3.^a séries em 14.383.379 ações preferenciais classe “ E”.

Financiamento FINEP. Trata-se de financiamento para desenvolvimento do reator plasma com extração em ciclo único usado no processo de produção da Steelinject.

Financiamento BRDE. Trata-se de financiamento para aquisição de máquinas e instalações industriais e ambientais.

Financiamento FINAME. Trata-se de financiamentos para aquisição de máquinas, realizados com bancos comerciais.

Financiamento de exportação. Trata-se de financiamento obtido junto ao BNDES (Exportação Exim pré-embarque especial).

Crédito Direto ao Consumidor: Trata-se de financiamento de veículos destinados ao transporte de materiais e atendimento a clientes.

BNDES – Capital de Giro. Recursos captados junto ao BNDES dentro do programa do Progeren.

FINEP - Financiamento de Incentivo a Pesquisa e Tecnologia. Trata-se de financiamento para implantação do CPDL. Destina-se ao desenvolvimento e geração de novos produtos para a nossa Companhia.

Pretendemos pagar o montante principal da nossa dívida de curto e longo prazo e os juros incidentes com os recursos gerados de nossas atividades operacionais.

O nosso EBITDA Ajustado, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.005 foi de R\$49,6 milhões e o nosso serviço da dívida, considerando-se pagamento de juros, amortizações e comissões, de R\$9,6 milhões. Dessa forma, nosso EBITDA Ajustado de 2.005 foi 5,2 vezes o serviço da dívida.

Nos primeiros seis meses de 2.006, nosso EBITDA Ajustado foi de R\$31,4 milhões e o nosso serviço da dívida, considerando-se pagamento de juros, amortizações e comissões, de R\$9,7 milhões. Dessa forma, nosso EBITDA Ajustado foi 3,2 vezes o serviço da dívida. Ajustamos o EBITDA pelos gastos extraordinários com a nossa oferta pública inicial de ações, bem como com gastos com advogados e auditores nos processos de aquisição da Mípel-Sul e da Itasa, na ordem de R\$7,7 milhões.

Dividendos e JSCP

Nós pagamos dividendos no valor de R\$0,9 milhão em 2.003, R\$4,2 milhão em 2.004 e R\$7,7 milhões em 2.005, além do pagamento de juros sobre capital próprio de R\$2,1 milhões em 2.003, R\$3,7 milhões em 2.004 e R\$12,2 milhões em 2.005, conforme tabela abaixo:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de

	<u>2.003</u>	<u>2.004</u> (em milhões de R\$)	<u>2.005</u>
Juros sobre capital próprio	2,1	3,7	12,2
Dividendos	0,9	4,2	7,7
Total	3,0	7,9	19,9

O aumento do montante pago como juros sobre o capital próprio em 2.005 deveu-se, em grande parte, ao pagamento do montante de R\$7,5 milhões, relativo ao pagamento, por nós, em anos anteriores, de juros sobre capital próprio em montante inferior àquele que nos seria facultado pagar.

Operações não Registradas nas Demonstrações Financeiras

Não temos quaisquer operações ou compromissos não registrados nas nossas demonstrações financeiras. Não possuímos quaisquer subsidiárias que não estejam incluídas nas nossas demonstrações financeiras consolidadas, nem possuímos quaisquer participações em, ou relacionamentos com, quaisquer sociedades de propósito específico que não estejam refletidos nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Riscos Quantitativos e Qualitativos de Mercado

Estamos expostos a vários de riscos de mercado, incluindo variações da taxa de juros e da taxa de câmbio.

Risco da Taxa de Juros

Nossas receitas são afetadas pelas mudanças nas taxas de juros, devido ao impacto que essas alterações nas despesas de juros provenientes de instrumentos de dívida com taxas variáveis, de contratos de compra com taxas variáveis e nas receitas de juros geradas a partir dos saldos do nossa caixa e dos nossos investimentos.

Nosso risco relacionado à variação da taxa de juros é significativo apenas na medida em que possa causar o aumento do custo dos financiamentos acima detalhados. Em 30 de junho de 2.006, tínhamos R\$0,4 milhões de endividamento com taxas de juros variáveis.

Risco de Taxa de Câmbio

Em 31 de dezembro de 2.005, o total do nosso endividamento de curto e longo prazo indexado a moeda estrangeira correspondia a US\$200 mil, ou 1,2% do total de nosso endividamento.

Considerando que apenas uma parte pequena do nosso endividamento é indexada a moeda estrangeira, essencialmente ao dólar, o nosso risco associado a variações nas taxas de câmbio não é significativo.

VISÃO GERAL DOS SETORES EM QUE ATUAMOS

Esta seção apresenta uma visão geral dos nossos principais setores de atuação atuais no Segmento Flow e no Segmento Metal, os quais responderam por 68,7% e 31,3%, respectivamente, da nossa receita líquida total em 30 de junho de 2.006.

O Setor de Petróleo e Gás Natural no Brasil

Nos termos da Constituição Federal, a União Federal detém todas as reservas brasileiras de petróleo bruto e gás natural. Conforme o art. 1º da Lei nº 2.004/53, a União Federal possuía o monopólio sobre pesquisa, exploração, produção, refino e transporte de petróleo e seus derivados no Brasil e em sua plataforma continental, sujeito a determinadas exceções. O art. 2º da mesma lei tornou a Petrobras agente exclusivo para explorar o monopólio da União Federal. Em 1.988, quando da adoção da atual Constituição Federal, o Congresso Nacional incorporou o art. 1º da Lei nº 2.004/53 à Constituição e incluiu no escopo do monopólio da União Federal a importação e exportação de petróleo e derivados.

A partir de 1.995, o Governo Federal iniciou uma ampla reforma do sistema regulatório do setor de petróleo e gás. Em 9 de novembro de 1.995, o Congresso Nacional aprovou uma emenda constitucional autorizando o Governo Federal a contratar com qualquer sociedade pública ou privada a execução das atividades relacionadas à exploração, produção, transporte, refino e distribuição de petróleo e gás natural. Essa emenda efetivamente encerrou o monopólio da Petrobras. As disposições da emenda foram implementadas com a adoção da Lei do Petróleo, que revogou a Lei nº 2.004/53.

A Lei do Petróleo estabeleceu um novo ambiente regulatório, permitindo a competição em todos os segmentos do setor de petróleo e gás no Brasil. Como resultado da emenda constitucional e da subsequente implementação das mudanças previstas na Lei do Petróleo e respectivas regulamentações, a Petrobras tem operado em um ambiente de gradual liberalização e crescente competição.

A Lei do Petróleo também criou uma agência regulatória independente, a ANP. A função da ANP é regular o setor de petróleo e gás natural no Brasil. Uma das principais diretrizes da ANP é a criação de um ambiente competitivo para as atividades de petróleo e gás natural no Brasil, levando a menores preços e melhores serviços para os consumidores finais. Cabe também a ANP regular os termos relacionados à exploração e desenvolvimento de petróleo e gás natural e outorgar novas concessões para exploração.

A Lei do Petróleo outorgou à Petrobras direitos exclusivos de exploração das reservas de petróleo em todos os campos em que já havia iniciado a produção, de acordo com o contrato de concessão firmado com a ANP em 6 de agosto de 1.998. Para cada área de concessão, o prazo da concessão é de 27 anos contados da data em que o campo for declarado comercialmente viável. A Lei do Petróleo também estabeleceu procedimentos para a Petrobras requerer direitos exclusivos de exploração e, em caso de sucesso na perfuração, desenvolvimento por até três anos das áreas em que a Petrobras demonstre ter realizado prospecção anteriormente à Lei do Petróleo.

Exploração e Desenvolvimento

Durante o período em que a Petrobras exerceu o monopólio das operações de petróleo e gás, a Petrobras deteve o direito de explorar todas as áreas de produção, exploração e desenvolvimento no Brasil. Quando o monopólio foi encerrado, o Governo Federal foi autorizado a contratar com quaisquer sociedades públicas ou privadas a execução das atividades relacionadas à exploração, produção, transporte, refino e distribuição de petróleo e gás natural. Antes de estabelecer rodadas

de licitação para outorga de concessões, o Governo outorgou à Petrobras o direito exclusivo de explorar as reservas de petróleo onde as operações já haviam se iniciado. Em 1.998, a ANP iniciou a realização de licitações para a outorga de concessões para áreas de produção, exploração e desenvolvimento, o que obrigou a Petrobras a passar a competir para adquirir concessões.

Até 28 de fevereiro de 2.006, foram realizadas sete rodadas de licitações de blocos para execução de atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

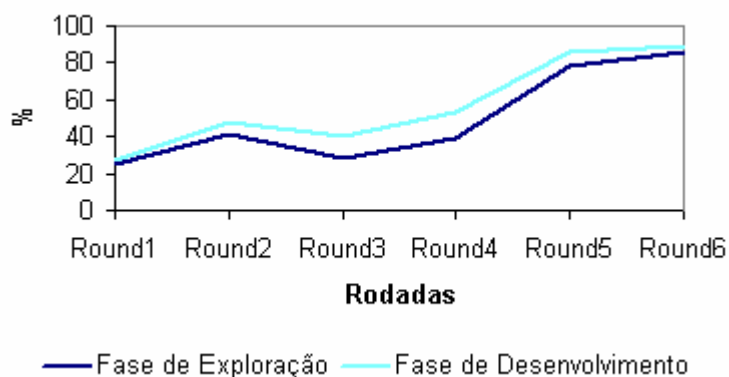
Conteúdo nacional

Desde a primeira rodada de licitações dos blocos para execução de atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, em 1.999, a ANP instituiu o compromisso de aquisição local de bens e serviços, os quais eram definidos e assumidos pelos licitantes, a partir de sua própria análise da viabilidade de suprimento nacional, e que contavam pontos para definição da melhor proposta.

A partir de 2.003, o Governo Federal passou a apoiar e incentivar o fortalecimento da indústria nacional de fornecedores de bens e serviços, em especial para os projetos da indústria de petróleo e gás.

Em julho de 2.003, o Conselho Nacional de Política Energética emitiu a Resolução nº 8, de 21 de julho de 2.003, estabelecendo que a ANP deveria fixar um percentual mínimo de conteúdo nacional para o fornecimento de bens e serviços utilizados na exploração e produção de petróleo e gás natural, ajustando-os permanentemente à evolução da capacidade de produção da indústria nacional e aos seus limites tecnológicos. A partir da quinta rodada de licitação, em 2.003, o conteúdo local passou a ser obrigatório, com um percentual mínimo estabelecido pela ANP.

As rodadas de licitações da ANP têm se caracterizado pelo aumento dos percentuais de compromissos mínimos de conteúdo nacional, conforme gráfico abaixo.



Fonte: ANP

Ainda que não haja uma obrigação legal para tanto, o Governo Federal tem incentivado a Petrobras a exigir em suas licitações a inclusão de um conteúdo local mínimo.

Ainda em 2.003, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 4.925, de 19 de dezembro de 2.003, criou o PROMINP - Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás, com o objetivo de maximizar a participação da indústria nacional de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis, na implantação de projetos de petróleo e gás no Brasil e no exterior. O PROMINP é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e pela Petrobras e reúne todas as

entidades representativas do setor em um esforço conjunto para identificar a demanda de bens e serviços, mapear a capacidade produtiva local e promover a superação de barreiras ao pleno desenvolvimento do suprimento local.

Plano de Negócios da Petrobras

Os objetivos e planejamentos estratégicos da Petrobras estão sujeitos à supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Administração. Suas atividades estão também sujeitas à regulamentação, entre outros, do Ministério da Fazenda e do Ministério de Minas e Energia.

O plano de negócios da Petrobras para os anos de 2.007 a 2.011, publicado em 30 de junho de 2.006 (“Plano de Negócios”) prevê investimentos da ordem de US\$87,1 bilhões no período, representando uma média anual de US\$17,4 bilhões, sendo 86,0% (US\$75,0 bilhões) no Brasil e 14,0% (US\$12,1 bilhões) no exterior. Este montante representa um aumento de 66,0% em relação ao plano anterior, conforme tabela abaixo:

Área	Investimentos (US\$ bilhões)		Diferença (%)
	2.007 - 2.011	Investimentos 2.007 - 2.011 (Plano de Negócios 2.006 - 2.010)	
Exploração e Produção	40,7	25,0	63
Abastecimento	23,1	14,3	62
Gás e Energia	7,2	4,6	56
Internacional	12,1	6,7	82
Distribuição	2,2	0,9	131
Corporativo	1,7	1,0	81
Total	87,1	52,4	66

Fonte: Apresentação do Plano de Negócios 2.007-2.011

Nos investimentos acima, estão incluídos US\$17,6 bilhões a serem aplicados, pelas diferentes áreas, na cadeia brasileira de gás natural, visando desenvolver, liderar e garantir o suprimento confiável de gás natural ao mercado brasileiro.

Nós acreditamos que o crescimento dos investimentos da Petrobras deverá aumentar a demanda por bens e serviços correspondentes, inclusive a compra de válvulas industriais.

Aquisição de Bens e Serviços pela Petrobras

A Lei do Petróleo estabeleceu que os contratos celebrados pela Petrobras para aquisição de bens e serviços serão precedidos de procedimento licitatório simplificado. Esse procedimento foi regulamentado pelo Decreto nº 2.745, de 24 de agosto de 1.998.

A licitação poderá ser dispensada nas mesmas hipóteses previstas no artigo 24 da lei geral de licitações. Dentre as hipóteses de dispensa destacam-se:

- casos de emergência, quando caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens;
- para a compra de materiais, equipamentos ou gêneros padronizados por órgão oficial, quando não for possível estabelecer critério objetivo para o julgamento das propostas; e
- para a aquisição de peças e sobressalentes ao fabricante do equipamento a que se destinam, de forma a manter a garantia técnica vigente do mesmo.

A licitação será inexigível sempre que a competição for inviável. São exemplos de situações em que a licitação não será exigida:

- compra de materiais, equipamentos ou gêneros que possam ser fornecidos por produtor, sociedade ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca;
- para a contratação de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou sociedades de notória especialização, tais como pareceres, perícias e avaliações em geral; e
- para formação de parcerias, consórcios e outras formas associativas de natureza contratual, objetivando o desempenho de atividades compreendidas no objeto social da Petrobras.

Em regra, as aquisições de válvulas não se enquadram nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação. A Petrobras pode se utilizar das seguintes modalidades de licitação para aquisição de bens e serviços que não se enquadrem nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade:

- *Concorrência*. É a modalidade de licitação em que será admitida a participação de qualquer interessado que reúna as condições exigidas no edital;
- *Tomada de Preços*. É a modalidade de licitação entre pessoas físicas ou jurídicas previamente cadastradas e classificadas na Petrobras, no ramo pertinente ao objeto; e
- *Convite*. É a modalidade de licitação entre pessoas físicas ou jurídicas, do ramo pertinente ao objeto, em número mínimo de três, inscritas ou não no cadastro da Petrobras.

De acordo com a complexidade e especialização da obra, serviço ou fornecimento a ser contratado, as licitações poderão ser de melhor preço, de técnica ou uma combinação destas modalidades.

Cadastro de Fornecedores

A Petrobras mantém um registro cadastral de sociedades interessadas na realização de obras, serviços ou fornecimento para a Petrobras (CRCC).

A Petrobras avalia os seguintes atributos dos seus potenciais fornecedores:

- *Critério Técnico*. Visa avaliar a capacidade técnica da sociedade para a produção de bens e/ou prestação de serviços, avaliando os recursos necessários para o bom desempenho dos equipamentos e dos materiais a serem fornecidos e/ou dos serviços a serem executados.
- *Critério Econômico*. Busca evidências da solidez econômica da sociedade de forma a assegurar que ela sociedade possa realizar satisfatoriamente fornecimentos e prestar os serviços satisfatoriamente. Os dados de balanço patrimonial e de demonstrações financeiras geram indicadores utilizados para prever e monitorar o desempenho econômico.
- *Critério Legal*. Objetiva conhecer e acompanhar a regularidade das sociedades no cumprimento de suas obrigações junto ao mercado, aos órgãos governamentais e à sociedade. Além da análise documental, utiliza instrumentos que permitem o levantamento direto de informações sobre certidões e documentos emitidos por entidades fiscais, possibilitando a atualização freqüente dos indicadores de cumprimento da regularidade fiscal e tributária.
- *Critério SMS (Saúde, Meio ambiente e Segurança)*. Tem por objetivo conhecer o grau de implementação das questões de Saúde, Meio Ambiente e Segurança, valorizando e estimulando as certificações segundo as normas ISO 14001 e OHSAS 18001.

- *Critério Gerencial/Responsabilidade Social.* Visa conhecer a postura gerencial e de responsabilidade social das sociedades, avaliando o compromisso com a qualidade e melhoria contínua, valorizando e estimulando a certificação segundo a norma ISO 9001 e alavancando, de forma explícita, o maior envolvimento de participação das sociedades no contexto social.

O processo de cadastramento envolve as seguintes fases:

- *Pré-cadastro.* Nesta etapa, o fornecedor informa seus dados principais e seleciona as classes de bens e/ou de serviços que deseja fornecer e/ou prestar, e manifesta formalmente seu interesse de integrar o cadastro de fornecedores da Petrobras.
- *Auto avaliação.* Consiste no preenchimento dos questionários por parte do fornecedor, os quais são elaborados automaticamente, de acordo com os indicadores pertinentes para as classes de bens e serviços anteriormente selecionadas, apresentando as informações requeridas por cada critério e anexando a documentação exigida de forma eletrônica.
- *Pré-avaliação.* Consiste na análise de dados por uma equipe de avaliadores da Petrobras, especialistas nas áreas correspondentes aos diferentes critérios, após o completo preenchimento do questionário por parte do fornecedor. Nesta etapa, é atribuída uma nota de 0 a 10 para todos os critérios.
- *Avaliação na sede.* Nesta etapa, é realizada visita à sede do fornecedor, para avaliação dos critérios técnicos e SMS - Saúde, Meio Ambiente e Segurança e Gerencial, por equipe da Petrobras ou por esta designada. Esta etapa é opcional e é requerida em função da peculiaridade do material ou serviço e do mercado fornecedor.
- *Avaliação de campo (apenas para prestadores de serviços).* Nesta etapa, é feita visita às obras, para avaliação dos critérios técnicos e SMS - Saúde, Meio Ambiente e Segurança e Gerencial, por equipe da Petrobras ou por esta designada. Esta etapa é opcional e é requerida em função da peculiaridade do material ou serviço e do mercado fornecedor.
- *Consolidação.* Nesta etapa, são feitas a análise final e a consolidação dos resultados. A sociedade é cadastrada nos sistemas da Petrobras e tem o Certificado de Registro de Classificação Cadastral (CRCC) emitido, o qual terá validade de um ano.

As avaliações e informações do cadastro da sociedade ficam disponibilizadas para utilização pela Petrobras, visando a seleção de fornecedores para licitações e contratações. Além das informações do cadastro inicial, o desempenho do fornecedor, ao longo do seu relacionamento com a Petrobras, também é um dos fatores observados na seleção das sociedades.

Os registros cadastrais dos fornecedores devem ser atualizados anualmente. O procedimento de renovação deve ser iniciado pelo fornecedor, pelo menos, 30 dias antes do término da validade do CRCC, mediante preenchimentos dos questionários e envio da documentação necessária.

Condições de Fornecimento de Material da Petrobras

Salvo se diversamente previsto no contrato entre a Petrobras e seu fornecedor, o conteúdo das Condições de Fornecimento de Material da Petrobras - CFM 2.005 ("Condições") regulará a relação entre as partes.

Além de obrigações essenciais a cada contrato, como as que definem o objeto contratual, e outras que constituem detalhamento da legislação aplicável ou especificação de deveres acessórios das partes, como obrigações trabalhistas, previdenciárias, observância de normas de higiene e segurança, as Condições contemplam os seguintes termos e condições relevantes:

- a responsabilidade do fornecedor limita-se a 100,0% do valor do contrato respectivo, excluindo-se expressamente a responsabilidade por lucros cessantes – observando-se, contudo, que referida limitação não se aplica a danos sofridos por terceiros em razão da ação ou omissão do fornecedor, que devam ser indenizados pela Petrobras;
- os bens fornecidos pelo fornecedor devem ser garantidos pelo prazo de 12 meses após o início do uso do bem ou por 18 meses a contar da entrega, o que ocorrer primeiro;
- os pagamentos devidos pela Petrobras serão feitos em 30 dias da entrega da documentação de cobrança respectiva;
- atrasos pelo fornecedor no cumprimento de suas obrigações ensejam o pagamento de multa de 0,1% ao dia do valor da obrigação, até o limite de 10,0% do valor total do contrato respectivo, no caso de descumprimento que não resulte na rescisão do contrato respectivo pela Petrobras, ou de 100,0% desse mesmo valor, no caso de descumprimento que resulte na rescisão (observando-se, ainda, que, na última hipótese, será considerado como prazo para aplicação da multa o período entre a data de assinatura do contrato e a data de sua rescisão);
- além das hipóteses de rescisão por descumprimento de obrigações, falência, concordata, alterações na estrutura societária do fornecedor que afetem a execução do contrato, o contrato pode ser rescindido pela Petrobras mediante simples aviso prévio de 30 dias. Nesse último caso, a Petrobras deverá pagar ao fornecedor o valor correspondente à parte já executada do contrato, assim como o valor dos materiais comprados pelo fornecedor e destinados à execução do contrato, que não possam ser devolvidos aos respectivos fornecedores do fornecedor;
- adicionalmente, o contrato pode ser rescindido pela Petrobras por razões de interesse público, alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Petrobras; e
- o fornecedor pode rescindir o contrato em caso de suspensão de sua execução por prazo superior a 120 dias, por ordem escrita da Petrobras, ou atraso superior a 90 dias nos pagamentos da Petrobras.

A Indústria de Fundição

Introdução

A indústria de fundição é caracterizada pela produção de bens intermediários, fornecendo em sua maioria, peças fundidas para outros ramos industriais.

O processo de produção da indústria consiste, basicamente, da fusão de aço, ferros ou ligas de metais não-ferrosos (alumínio, cobre, magnésio e zinco, principalmente), com o objetivo de se obter as propriedades que se deseja atribuir ao produto final. Em linhas gerais, os metais e suas ligas, em sua forma líquida, são vazados no interior de moldes com formatos que reproduzem o produto ou objeto pretendido. Os moldes são confeccionados com areias especiais aglomeradas com resinas próprias para esse fim, sendo que as peças obtidas, geralmente, necessitam ser usinadas ou forjadas.

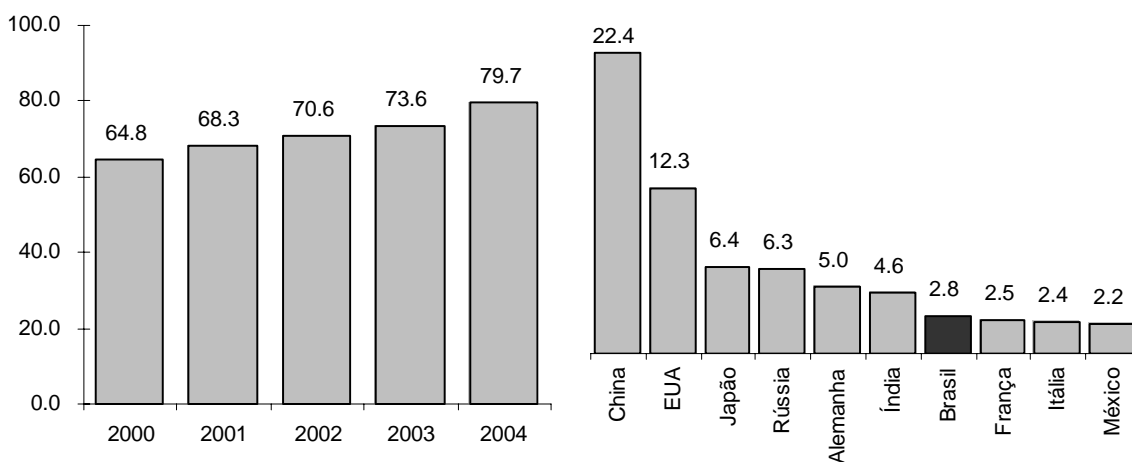
Existem, no entanto, diversos processos de fundição específicos para diferentes aplicações. A segmentação dentro da indústria ocorre em decorrência do grau de complexidade e requisitos técnicos e qualitativos envolvidos durante o processo de fundição. Dentre os segmentos existentes

no Brasil, destacam-se a fundição convencional, a microfundição e a moldagem de injeção de pós metálico.

Em 2.004, a produção mundial de fundidos atingiu um total de 79,7 milhões de toneladas. Atualmente, os maiores produtores mundiais de fundidos são a China, os Estados Unidos, Japão, Rússia e Alemanha. De acordo com a 39ª Pesquisa Anual da Produção Mundial de Fundidos (*39th Annual Census of World Casting Production*), o Brasil ocupava a sétima posição no *ranking* mundial em 2.004. Em 2001, os Estados Unidos foram ultrapassados pela China em relação a produção total de fundidos, refletindo a tendência da indústria mundial de fundição de deslocar-se para países menos desenvolvidos para produção de fundidos de menor complexidade e qualidade, devido ao seu alto custo ambiental. Os gráficos a seguir ilustram a evolução da produção mundial de fundidos e o *ranking* mundial de produção de fundidos em 2.004.

Evolução da Produção Mundial de Fundidos
(em milhões de toneladas métricas)

Produção Mundial de Fundidos - 2.004
(em milhões de toneladas métricas)



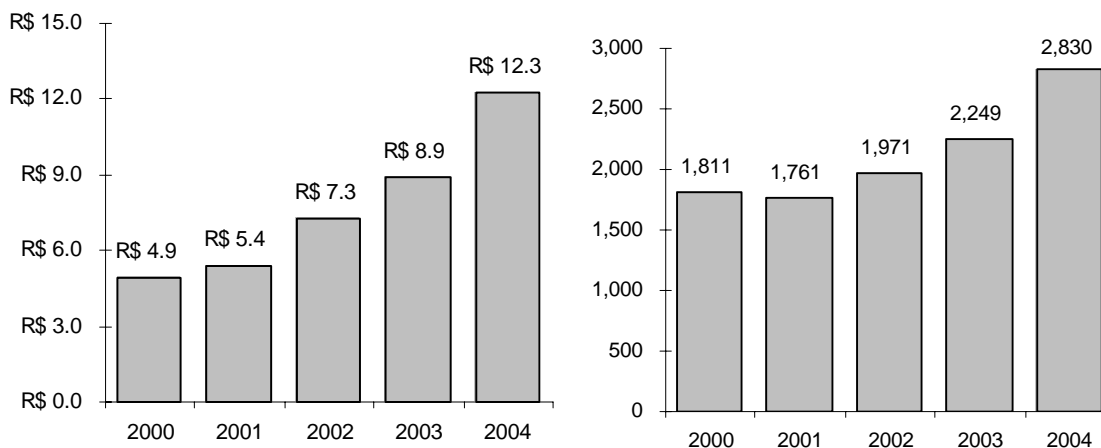
Fonte: Revista Modern Casting e 39ª Pesquisa Anual da Produção Mundial de Fundidos (*39th Annual Census of World Casting Production*).

A Indústria de Fundição no Brasil

De acordo com a Abifa, em 2.004, o setor de fundição no Brasil dispunha de uma capacidade instalada de aproximadamente 3,4 milhões de toneladas por ano, com um nível de ocupação de aproximadamente 83,2%. Ainda segundo dados da Abifa, o faturamento das fundições brasileiras atingiu aproximadamente R\$12,3 bilhões e a produção foi de 2,8 milhões de toneladas em 2.004. Os gráficos abaixo ilustram a evolução do faturamento e da produção da indústria de fundição no Brasil.

Faturamento da Indústria de Fundição no Brasil
- 2000-2.004 (em bilhões de R\$)

Produção da Indústria de Fundição no Brasil
(em milhares de toneladas)

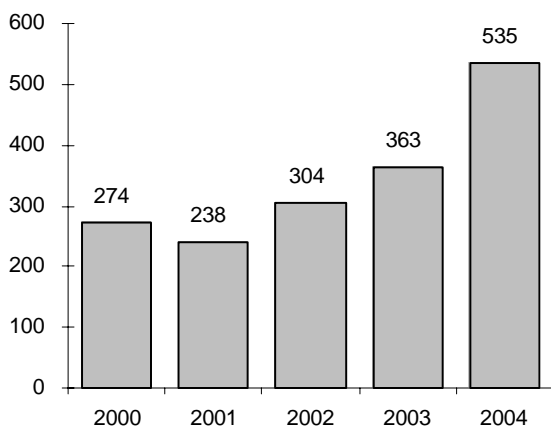


Fonte: Abifa.

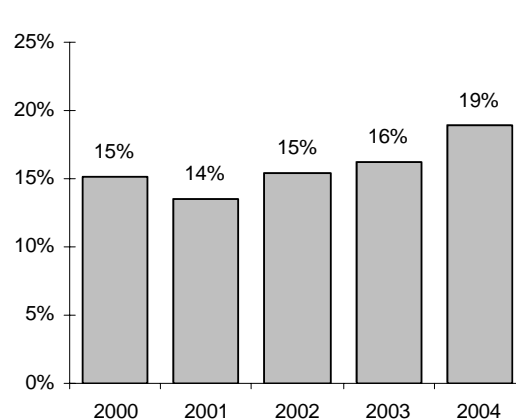
Em 2004, 88,1% do volume total de fundidos produzidos no Brasil referiram-se a produtos de ferro, sendo o restante relacionado a produtos de aço (4,4%) e não-ferrosos (7,5%). Segundo estimativas da Abifa, acredita-se que existam atualmente cerca de 1.315 fundições (incluindo fundições cativas) no Brasil, sendo aproximadamente 95% de pequeno e médio porte e de capital nacional. Como consequência do pequeno porte da maioria das empresas no país, é baixa a capacidade de expansão rápida do setor para atender um aumento mais expressivo da demanda de fundidos.

Os custos dos fundidos brasileiros são competitivos no mercado internacional, dado o baixo custo de mão-de-obra e de materiais. Este fato se comprova pelo crescimento de 195,0% das vendas externas, no período 1.995 a 2.004. No entanto, em recorrência do pequeno porte e falta de tradição no mercado externo, a participação das exportações no total de vendas físicas e do faturamento total do setor, continuam sendo reduzidos (18,9% e 20,3%, respectivamente, no ano de 2.004). Os gráficos abaixo ilustram a evolução das exportações brasileiras de fundidos e a participação das exportações no total da produção.

**Exportações Brasileiras de Fundidos
(em milhares de toneladas)**



**Participação das Exportações em Relação a
Produção Total**



Fonte: Abifa

O setor vem passando por contínuo processo de automatização, porém ainda é muito dependente de mão-de-obra. Esse efeito resultou em maiores margens para o setor, consequência direta da maior produtividade combinada com uma menor folha de pagamento.

Segundo dados da ABIFA, a maior parte da produção de fundidos está concentrada em São Paulo e na região Sul, responsáveis por 36,4% e 29,7% da produção do país em 2.004, respectivamente. Outras regiões de influência são a região Centro-Oeste e Minas Gerais, com uma participação de 23,6%, e o Rio de Janeiro com 2,3%.

A maior parte da demanda por produtos fundidos é proveniente do setor automotivo e de autopeças, que concentrou aproximadamente 56,3% do total de vendas de fundidos em 2.003. Outros setores relevantes na demanda de fundidos são os setores de bens de capital (14,1%), siderurgia (5,1%) e infra-estrutura (3,2%).

O setor automotivo e de autopeças é caracterizado por longos ciclos de desenvolvimento dos produtos, dado o elevado grau de qualidade e segurança exigido pelas montadoras. A fim de incrementar sua competitividade nos mercados nacional e internacional, o setor de autopeças no Brasil vem passando por um processo de certificação e qualificação de seus produtos, tendência que vêm sendo seguida também pelas fundições de grande e médio porte.

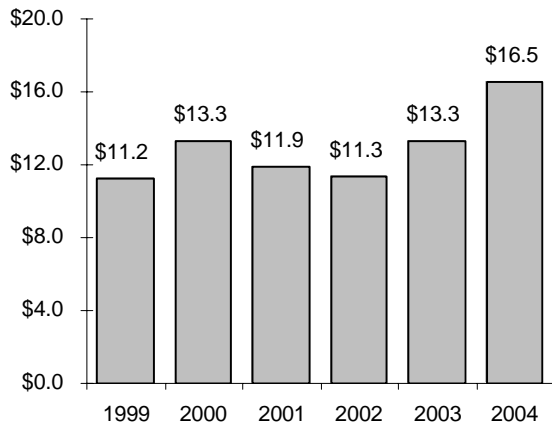
Os produtos fabricados para a indústria automotiva passam por ciclos de desenvolvimento e testes antes de entrar na linha de produção. Estes ciclos variam de 1 a 2 anos e consistem em geral de um período de negociação e especificações do projeto de engenharia quanto aos seus aspectos comerciais e técnicos, bem como de um período de desenvolvimento e homologação dos ferramentais e do produto. Após a entrega de um protótipo, inicia-se um período de testes, que pode variar de seis meses a 1 ano. Somente após a realização dos testes, é iniciada a produção das peças ou conjuntos.

A consequência da longevidade dos ciclos e do potencialmente elevado custo de desenvolvimento dos projetos, é a criação de elevadas barreiras de saída para as montadoras em relação a seus fornecedores de autopeças após a celebração dos contratos de fornecimento. Os fornecedores de autopeças, por sua vez, competem em nível global, podendo inclusive firmar contratos de fornecimento globais ou internacionais com as grandes montadoras.

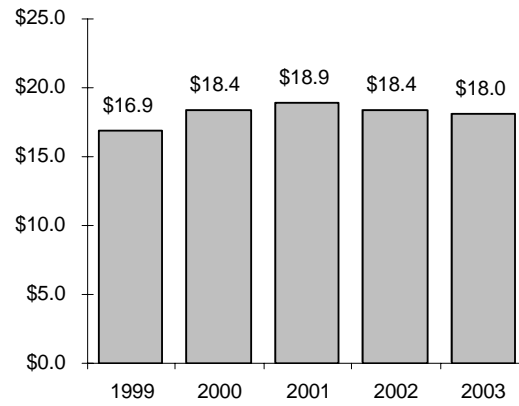
Segundo o Sindipeças, em 2.004, o setor de autopeças obteve um faturamento de US\$16,5 bilhões, representando 2,7% do PIB, sendo que deste total, aproximadamente 55,0% deste faturamento foi proveniente das montadoras, 24,0% de exportações, 14,0% de peças de reposição e 7,0% de vendas intersetoriais. Estes fatos evidenciam o fato de que a maior parte da produção de fundidos destina-se a suprir a demanda da indústria automobilística.

A indústria automobilística, por sua vez, caracteriza-se por sua significativa influência e relevância na economia brasileira. De acordo com estimativas da Anfavea, a indústria automotiva representou 10,6% do PIB industrial do país em 2.003, com um faturamento total de aproximadamente US\$18.0 bilhões, sendo 86,8% do faturamento atrelado à venda de autoveículos e 13,2% à venda de máquinas agrícolas automotrizes. A produção brasileira de veículos foi a 10ª maior do mundo, baseado em dados de 2.003, e o país possui a 9ª maior frota de veículos do mundo com 20,8 milhões de unidades (2,6% da frota mundial) também baseado em dados de 2.003. O crescimento da indústria automobilística brasileira possui forte correlação com o crescimento do PIB e da expansão do poder aquisitivo. Nos últimos anos, a ampliação das linhas de crédito e financiamento, juntamente com o aumento da renda disponível, impulsionaram o aumento nas vendas de veículos, tanto de veículos leves como de veículos pesados. Os gráfico abaixo ilustram a evolução histórica do faturamento do setor de autopeças e da indústria automobilística brasileira.

**Faturamento do Setor de Autopeças
(em bilhões de US\$)**



**Faturamento da Indústria Automobilística
(em bilhões de US\$)**



Fonte: Sindipeças e Anfavea.

NOSSAS ATIVIDADES

Visão Geral

Atuamos em dois segmentos de negócios caracterizados por produtos com alto grau de especialização, inovação tecnológica e qualidade, definidos como “Segmento Flow” e “Segmento Metal”. No Segmento Flow, somos líderes brasileiros na produção e comercialização de válvulas industriais para aplicação principalmente na indústria de petróleo e gás, através das marcas “MNA”, “Valmicro” e “Mipel”. No Segmento Metal, ocupamos posição de liderança no Brasil e de destaque no mercado internacional no desenvolvimento e produção de peças complexas e subconjuntos, em ligas metálicas, principalmente para a indústria automotiva mundial, por meio dos processos de fundição de precisão e injeção de aço.

Segmento Flow

Ocupamos posição altamente privilegiada para capturar as oportunidades de crescimento associadas ao significativo volume de investimentos previstos para o setor de petróleo e gás, focados principalmente na construção e manutenção de plataformas e no aumento da capacidade de exploração de petróleo e gás. A Petrobras, nosso maior cliente no setor, anunciou investimentos da ordem de US\$87,1 bilhões, no período de 2.007 a 2.011, um crescimento aproximado de 160% em relação aos investimentos realizados no período de 2.001 a 2.005. Acreditamos que esse crescimento deverá exceder significativamente o crescimento do PIB brasileiro nos próximos anos.

O sucesso nesse setor depende em larga medida da capacidade dos fornecedores de atender aos rígidos padrões de qualidade e tecnologia impostos pelos agentes do setor, notadamente a Petrobras e suas contratadas nos Contratos de EPC. Acreditamos ser uma das poucas fornecedoras brasileiras de válvulas industriais que se classifica no mais alto nível de qualidade no cadastro de fornecedores da Petrobras (“Nível A”). As nossas válvulas e processos produtivos contam também com certificações internacionais e incorporam tecnologia de última geração.

Além de nossa liderança, nos beneficiamos da credibilidade e do estreito relacionamento que mantemos com nossos clientes em decorrência do expressivo número de nossas válvulas que já se encontram instaladas em plataformas, gasodutos e plantas industriais. Também prestamos assistência técnica e temos uma bem estruturada e tecnicamente capacitada equipe técnica e de vendas. Acreditamos que a política atual do Governo Federal no sentido de priorizar a aquisição de produtos manufaturados no Brasil, inclusive válvulas, associado ao baixo número de competidores brasileiros capazes de realizar os investimentos necessários para atender as elevadas exigências dos agentes do setor, notadamente a Petrobras, contribuam adicionalmente para a nossa perspectiva de crescimento acentuado nesse setor.

Também atuamos fortemente no suprimento aos demais clientes que atuam no setor de gás, tais como companhias estaduais e, em particular a Comgás (British Gas).

Somos, ainda, líderes brasileiros na produção e comercialização de válvulas, através das renomadas marcas “Valmicro” e “Mipel”, que, além de fornecer para o setor de petróleo e gás, atendem aos demais setores industriais, com destaque para os setores químico, farmacêutico, siderúrgico, de papel e celulose, alimentício, construção civil e agricultura, atendendo a clientes do porte de Rhodia, Basf, Companhia Vale do Rio Doce, Votorantim e Sadia.

Segmento Metal

Somos líderes no Brasil e ocupamos posição de destaque no mercado internacional no desenvolvimento e na produção de peças, partes complexas e subconjuntos direcionados

principalmente para a indústria automotiva mundial, atendendo a clientes do porte da General Motors, OPEL, Bosch, Dana Albarus, International e Eaton.

Nossa divisão Microinox, através do processo de fundição de precisão, estabelece parcerias de longo prazo com seus clientes, em razão do agregado tecnológico e da qualidade dos produtos produzidos. Nossa subsidiária Steelinject, através do processo de injeção de aço, é a pioneira na América Latina na produção de peças altamente complexas para setores e produtos de alto valor agregado e de grande complexidade.

A Itasa é uma das melhores fundições da América Latina, especializada na produção de peças em aço fundido com ligas de alto valor agregado, incluindo duplex e superduplex, para os setores de válvulas, bombas e rotores usados principalmente no setor de petróleo e gás.

Nossos Pontos Fortes

Nossos principais pontos fortes são:

- ***Posicionamento Único para nos Beneficiar dos Significativos Investimentos no Setor de Petróleo e Gás.*** Ocupamos posição altamente privilegiada para capturar as oportunidades de crescimento associadas aos investimentos previstos para o setor de petróleo e gás, em decorrência, dentre outros fatores (i) de nossa liderança no setor, (ii) da alta qualidade e tecnologia de nossos produtos, (iii) de nossa estrutura comercial, (iv) do baixo número de competidores brasileiros aptos a realizar os investimentos necessários para competir adequadamente no setor, e (v) da orientação do Governo Federal no sentido de se priorizar produtos manufaturados no Brasil.
- ***Habilidade de Crescer com Lucratividade.*** Acreditamos ser capazes de gerenciar o nosso crescimento para que o aumento de nossas receitas também reflita um aumento de nossa lucratividade. Nos exercícios de 2.002 a 2.005, as nossas receitas líquidas cresceram a uma taxa média composta anual (CAGR) de 36,0%, o nosso EBITDA cresceu a uma taxa média composta anual (CAGR) de 68,0% e o nosso lucro líquido operacional cresceu a uma taxa média composta anual (CAGR) de 116,0%.
- ***Comprovada Capacidade de Integrar Companhias Adquiridas com Sucesso.*** Temos um histórico de sucesso na integração de companhias, incluindo-se a Esferomatic, na Argentina, e a Metalúrgica Nova Americana. Adicionalmente às sinergias e economias de escala obtidas com as aquisições, implementamos nosso eficiente modelo de gestão que permite às companhias adquiridas rapidamente produzir e comercializar produtos com os mesmos padrões de qualidade, produtividade e rentabilidade que são verificados nas nossas companhias. Enquanto, em 2.000, ano da aquisição, a Metalúrgica Nova Americana produzia aproximadamente 300 válvulas por mês e faturava aproximadamente R\$12,7 milhões por ano, esses números atingiram aproximadamente 1.000 válvulas por mês e R\$82,6 milhões, em 2.005. No ano da aquisição, a receita líquida de vendas da Metalúrgica Nova Americana representou 25,6% da nossa receita líquida de vendas consolidada, enquanto no ano de 2.005 e no primeiro semestre de 2.006, representou 43,3% e 45,9% da nossa receita líquida de vendas consolidada.
- ***Liderança e Base Instalada de Produtos.*** Somos líderes brasileiros na produção e comercialização de válvulas industriais, instaladas em plataformas, gasodutos e unidades fabris de grandes grupos industriais, através das marcas “MNA”, “Valmicro” e “Mipel”. Temos significativa participação de mercado e uma ampla rede de distribuidores e

revendedores em todo o Brasil. Comercializamos, nos últimos 21 anos, por meio da Valmicro e da Metalúrgica Nova Americana, mais de 3,0 milhões de válvulas, consolidando um estreito relacionamento com nossos clientes, colocando-nos em posição privilegiada em relação aos nossos concorrentes para melhor aproveitar as diferentes oportunidades dos segmentos em que atuamos.

- ***Administração Qualificada, Experiente e Cultura Voltada para Resultados.*** Possuímos uma equipe altamente qualificada e com vasta experiência nos setores em que atuamos. Em média, a nossa alta administração trabalha conosco há aproximadamente 20 anos. Uma parcela importante da remuneração de nossos executivos está atrelada ao atingimento de metas de crescimento e rentabilidade, por meio de programa de participação nos resultados e por meio de um programa de opção de compra de nossas ações, que permitirá alinhar os seus interesses àqueles de nossos acionistas.
- ***Alta Qualidade, Tecnologia e Prestação de Serviços de Manutenção.*** Somos classificados no nível mais alto de qualidade no cadastro de fornecedores da Petrobras (“Nível A”) e nossos processos e produtos contam com importantes certificações internacionais. Os nossos produtos incorporam alta tecnologia, desenvolvida em nosso centro de pesquisas e em parceria com nossos clientes. Adicionalmente, a nossa presença local garante a proximidade junto aos nossos clientes e a prestação rápida e eficiente de serviços de manutenção, que fortalecem o vínculo de nossas parcerias. Acreditamos que esses fatores criem uma importante barreira à entrada de competidores.
- ***Estrutura Comercial Bem Distribuída e Capacitada, no Brasil e no Exterior.*** Acreditamos ser uma das únicas fornecedoras brasileiras capazes de atender os nossos clientes em diversas áreas do território brasileiro, por meio de uma equipe de vendas e assistência técnica, e de ampla rede de distribuidores credenciados e revendedores, com alto conhecimento técnico. Adicionalmente, exportamos nossos produtos para aproximadamente 20 países e temos representantes nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia e na América Latina. Dada a aplicação crítica de nossos produtos, essa agilidade e eficiência aumentam a sua atratividade e consolidam nossa posição de liderança.
- ***Práticas Superiores de Governança Corporativa.*** Temos um histórico importante de relacionamento com investidores de capital de risco (fundos de *private equity*), tais como Bozano Simonsen Advent – Fundo Mútuo de Investimentos em Empresas Emergentes, CRP Caderi Capital de Risco S.A., GP Administradora de Recursos e Axxon Group, além da BNDESPAR. O contínuo relacionamento com esses investidores consolidou uma cultura de transparência, de criação de valor para nossos acionistas e a adoção de práticas superiores de governança corporativa em linha com aquelas exigidas de companhias abertas, incluindo-se um conselho de administração atuante e demonstrações financeiras auditadas por uma dentre as quatro maiores empresas de auditoria internacionais, desde 1.987.

Nossa Estratégia

Acreditamos que o setor de petróleo e gás apresentará um crescimento significativo nos próximos anos em decorrência dos investimentos anunciados pelos agentes do setor e da necessidade de manutenção das infra-estruturas já existentes, bem como para reparação de plataformas e refinarias. Nosso objetivo principal é capturar as oportunidades associadas a estes investimentos. Adicionalmente, buscaremos aumentar a nossa participação de mercado na cadeia automobilística mundial, bem como aproveitar outras oportunidades de crescimento e investimento em negócios e

produtos correlatos com nossas atuais áreas de atuação. Para tanto, os principais componentes da nossa estratégia são:

- ***Buscar a Consolidação do Mercado Através de Aquisições Estratégicas.*** Os segmentos em que atuamos são caracterizados no Brasil pela presença de empresas de pequeno e médio portes e, em sua maioria, familiares. Essa pulverização apresenta oportunidades estratégicas de crescimento significativo por meio de aquisições. Pretendemos continuar introduzindo nossos conhecimentos tecnológicos e industriais às companhias adquiridas para que produzam e comercializem produtos com os mesmos padrões de qualidade, produtividade e rentabilidade verificados nos nossos negócios. Na medida em que surjam oportunidades de mercado, também pretendemos adquirir, de forma seletiva, sociedades que, sob o ponto de vista estratégico, detenham tecnologia e/ou produtos utilizados em nossa cadeia de produção.
- ***Investir disciplinadamente nas ampliações da capacidade de produção.*** Estamos investindo disciplinadamente na expansão das nossas fábricas, o que possibilita significativos ganhos de produtividade e escala, em linha com nosso histórico recente, de forma a responder ao crescimento da demanda por nossos produtos.
- ***Ampliar nosso Portfolio de Produtos por meio do Desenvolvimento de Novas Tecnologias e Produtos.*** Estamos empenhados em nos manter líderes e aumentar o nosso grau de penetração junto aos nossos clientes, oferecendo uma linha de produtos ainda mais completa, baseados no desenvolvimento de novas tecnologias e de novos produtos que atendam às especificações de nossos clientes.
- ***Ampliar nossas parcerias estratégicas no Segmento Metal.*** Pretendemos ampliar nossas parcerias estratégicas no Segmento Metal, de forma a atender as necessidades específicas de nossos clientes. Para tanto, pretendemos continuar investindo significativamente em engenharia de produtos e desenvolvimento, sempre em parceria com nossos clientes, com o intuito de oferecer uma solução final e completa para nossos clientes, com foco na indústria automotiva.
- ***Continuar Investindo na Eficiência Operacional e na Redução de Custos.*** Pretendemos aliar a nossa estratégia de crescimento à manutenção de nossa eficiência operacional. Nesse sentido, continuaremos investindo na otimização de nossos processos produtivos, na sua automação e no implemento de novas tecnologias que permitam a manutenção de nossos custos em níveis baixos em relação à nossa receita líquida.

Histórico e Desenvolvimento

Iniciamos nossas operações em agosto de 1.980, com a criação da Microinox, utilizando processo de fundição de precisão (microfusão) para produção de componentes fundidos para válvulas.

Em 1.984, constituímos a Valmicro, focados na produção de válvulas industriais para atender ao mercado industrial por meio de distribuidores e revendedores. A Valmicro era abastecida com os microfundidos da Microinox, o que lhe dava maior competitividade no mercado. Esse objetivo foi atingido com sucesso, e, em 1.996, a Valmicro tornou-se a marca líder no Brasil, posição que mantém até hoje.

A partir de 1.989, a Valmicro passou também a atender diretamente o mercado industrial, sem a intermediação de distribuidores. Como consequência disso, a Valmicro aumentou a sua linha de

válvulas, agregando valor e mais tecnologia, para atender os consumidores finais em necessidades específicas.

Em 1.993, a Valmicro incorporou a Microinox, e a Companhia passou a ter sua denominação social atual, Lupatech S.A.

Em 1.995, passamos a produzir peças pelo processo de injeção de pós metálicos e cerâmicos, por meio da Steelinject, que era então uma divisão.

Em 1.992, adquirimos participação na Esferomatic, sociedade argentina, fabricante de válvulas-esfera. De 1.992 a 1.998, as vendas da Esferomatic aumentaram cerca de 144,4%. Ainda assim, em decorrência de decisão estratégica da Companhia, antevendo alterações cambiais e dificuldades de exportar da Argentina para o Brasil, que era o principal mercado da Esferomatic numa eminente mudança de regime cambial, alienamos nossa participação no capital social da Esferomatic em 1.998.

Em 2.000, adquirimos 76,0% das ações do capital social da Metalúrgica Nova Americana, que desde 1.972 fabrica válvulas industriais para aplicações críticas, cujo desenvolvimento e produção exigem alto grau de engenharia e tecnologia, especialmente para a indústria de petróleo e gás. Em 2.001, concluímos a aquisição da totalidade das ações do capital social da Metalúrgica Nova Americana. Desde a sua aquisição, realizamos significativos investimentos com o objetivo de torná-la a melhor e mais moderna planta de fabricação de válvulas industriais, com foco em válvulas-esfera, no Brasil.

Em 2.002, constituímos a Lupatech North America, como resultado de uma *joint venture* da nossa subsidiária Lupatech Investments com a sociedade norte-americana Ideal Controls. Essa unidade foi constituída para operar comercialmente com todas linhas de válvulas produzidas pela Valmicro e pela Metalúrgica Nova Americana e para funcionar como uma central de distribuição e estocagem de válvulas. Em 16 de dezembro de 2.005, a *joint venture* foi terminada. A Lupatech North America será liquidada e seus ativos e passivos serão transferidos para a Lupatech Investments que, por sua vez, está em processo de transferência para Houston, no Estado do Texas, EUA, aonde ela atuará como um escritório comercial, com foco principal nas vendas das nossas linhas de válvulas para o setor de petróleo e gás.

No primeiro semestre de 2.005, adquirimos 51,0% do capital votante da Carbonox, primordialmente para que essa substituísse a Microinox no fornecimento de microfundidos para a Valmicro e para a Metalúrgica Nova Americana. Em 31 de dezembro de 2.005, concluímos a aquisição da totalidade das ações da Carbonox.

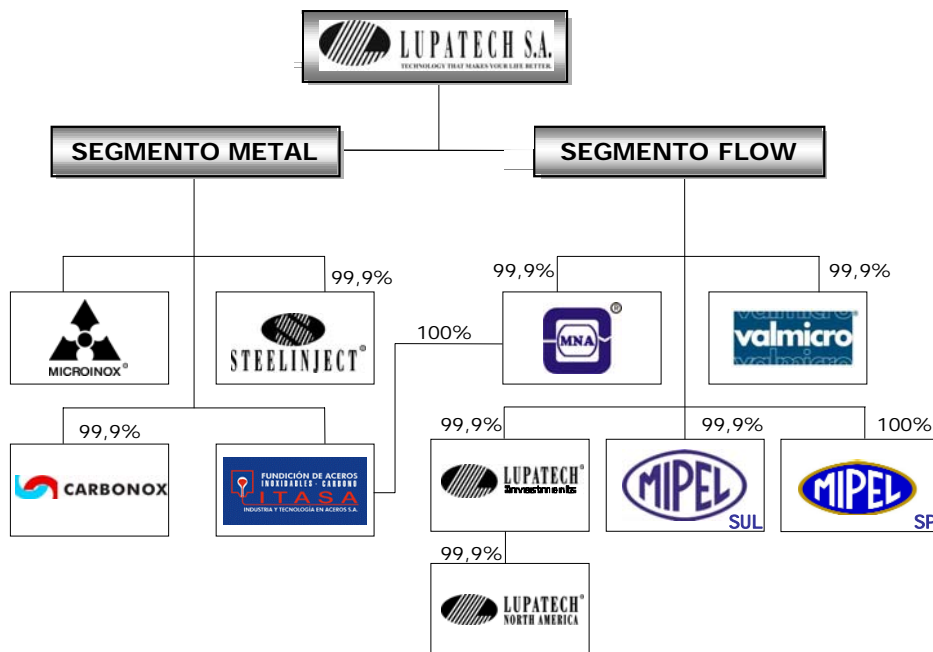
A partir de 2.006, as atividades realizadas pelas nossas divisões Valmicro e Steelinject passaram a ser realizadas por duas novas subsidiárias, denominadas respectivamente, Valmicro Indústria e Comércio de Válvulas Ltda. e Steelinject - Injeção de Aços Ltda., que receberam os ativos e passivos relacionados a tais atividades por meio de aumento de capital subscrito unicamente pela Companhia.

Em abril de 2.006, concluímos a aquisição da totalidade das quotas da Mipel-SP, que atua na produção e comercialização de válvulas de bronze e, em junho de 2.006, por meio da nossa controlada Metalúrgica Nova Americana, adquirimos a totalidade das ações da Itasa, uma fundição argentina. Para maiores informações sobre essas aquisições, ver nesta seção "Investimentos de Capital Recentes".

Ainda em junho de 2.006, a Mipel-Sul iniciou suas atividades industriais e comerciais que consistem na produção e comercialização de válvulas industriais manuais.

Em 24 de abril de 2.006, celebramos o Contrato de Participação no Novo Mercado com a BOVESPA, reforçando o nosso comprometimento com boas práticas de governança corporativa. Desde 15 de maio de 2.006, nossas ações são negociadas na BOVESPA sob o código LUPA3. Em 20 de junho de 2.006, concluímos nossa primeira oferta pública primária e secundária de ações.

Estrutura Societária



Investimentos de Capital Recentes

Mipel-SP

Em 07 de abril de 2.006, celebramos um contrato de compra e venda de quotas de emissão da Mipel-SP, o qual foi aditado em 20 de abril de 2.006, por meio do qual adquirimos a totalidade das quotas de emissão dessa sociedade, mediante o pagamento do preço de compra correspondente ao montante de R\$17,0 milhões, podendo alcançar até R\$30,0 milhões em razão da não ocorrência de determinadas contingências previstas no referido contrato.

O montante de R\$17,0 milhões foi pago no dia 19 de abril de 2.006 e os R\$13 milhões remanescentes foram depositados em nosso nome em contas remuneradas abertas junto ao Banco ABN Amro Real S.A., com vistas a garantir o pagamento de eventuais passivos e contingências contabilizados ou não nas demonstrações financeiras da Mipel-SP relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.005.

Para maiores informações sobre a Mipel-SP ver nesta seção “Segmento Flow – Mipel-SP”.

Itasa

Em linha com nossa estratégia de crescimento, em 14 de fevereiro de 2.006, assinamos com os acionistas controladores da Itasa compromisso de compra e venda da totalidade das ações de emissão dessa sociedade especializada em fundição de válvulas e seus componentes de todos os tipos, aço carbono e aço inoxidável para indústria em geral. Em 14 de junho de 2.006, por meio da

nossa controlada Metalúrgica Nova Americana, celebramos um contrato de compra e venda de ações com os controladores da Itasa, por meio do qual adquirimos a totalidade das ações da Itasa, mediante o pagamento do preço de compra correspondente ao montante de US\$9,0 milhões.

O montante de US\$6,3 milhões foi pago em 20 de junho de 2.006 e o saldo de US\$2,7 milhões será pago em três parcelas anuais e consecutivas no quinto dia útil do mês de junho dos anos de 2.007, 2.008 e 2.009. Será atribuído aos vendedores os dividendos relativos às ações que se encontrem pendentes de pagamento, o que corresponderá a uma participação no lucro líquido de 30,0% no primeiro exercício, 20,0% no segundo exercício e de 10,0% no terceiro exercício.

Estamos autorizados a reter, compensar ou descontar do saldo do preço de compra qualquer montante que vier a ser devido pelos vendedores em virtude das obrigações assumidas no contrato, inclusive as de indenização. Qualquer montante que vier a ser retido, compensado ou descontado do saldo de preço de compra extinguirá o direito dos vendedores ao recebimento de dividendos na proporção correspondente.

Nos termos do contrato de compra e venda, os vendedores também se obrigaram a:

- permanecer como empregados da Itasa e, por nossa solicitação, como diretores da Itasa, por um prazo mínimo de três anos; e
- prestar todo o assessoramento técnico necessário para implantar uma fundição no Brasil, com a mesma tecnologia e processo utilizados pela Itasa, inclusive treinamento dos nossos empregados na Argentina e no Brasil.

Para maiores informações sobre a Itasa ver nesta seção “Segmento Metal – Itasa”.

Segmento Flow

Nosso Segmento Flow é composto pelas nossas controladas Metalúrgica Nova Americana, Valmicro, Mípel-Sul, Mípel-SP e pelas sociedades estrangeiras Lupatech Investments e Lupatech North America. O principal foco deste segmento está na indústria de petróleo e gás.

Metalúrgica Nova Americana

A Metalúrgica Nova Americana produz uma linha ampla de válvulas de bloqueio, manuais e automatizadas, para uso industrial, sendo a principal fornecedora brasileira de válvulas-esfera da Petrobras e suas contratadas nos Contratos de EPC.

A nossa linha de válvulas, com controle tipo *on/off*, compreende:

- válvula-esfera flutuante, *trunnion*, *fire-safe*, duplo bloqueio, metal-metal e *top entry*;
- válvulas macho duplo bloqueio;
- válvulas gaveta;
- válvulas globo; e
- válvulas de retenção.

As válvulas são fabricadas nas bitolas de 0,5 a 42 polegadas, nas classes de pressões de 150 até 2.500 psi (*pound per square inch* ou libra por polegada quadrada). Aproximadamente 95,0% das válvulas produzidas pela Metalúrgica Nova Americana são válvulas-esfera.

Essa linha de válvulas atende a diversos segmentos industriais, tais como, a indústria de petróleo e gás (aplicações *onshore*, *offshore* e transporte), petroquímica, química e papel e celulose.

Em geral, as válvulas produzidas pela Metalúrgica Nova Americana são utilizadas para aplicações customizadas, ou seja, de acordo com as especificações de cada cliente, requerendo, dessa forma, alta tecnologia e engenharia de ponta.

A Metalúrgica Nova Americana presta também serviços agregados, tais como a recuperação e reforma de válvulas em geral, acompanhamento de testes, serviços de automação de válvulas e equipamentos, execução de serviços no exterior (plataformas marítimas) e assistência técnica.

Em função da sua extensa linha de produtos e da demanda do mercado, a Metalúrgica Nova Americana não apresentou nos últimos anos capacidade produtiva ociosa. O número de válvulas produzidas por mês varia em decorrência das bitolas de válvulas fabricadas. Em média, são fabricadas de 900 a 1.000 válvulas por mês, ou aproximadamente 12.000 válvulas por ano.

Estamos investindo na ampliação da planta industrial da Metalúrgica Nova Americana em 800 m², o que acreditamos nos permitirá obter um *layout* mais adequado e um fluxo de produção mais rápido.

A fábrica da Metalúrgica Nova Americana está localizada na Cidade de Americana, no Estado de São Paulo.

Matéria-Prima e Fornecedores

A Metalúrgica Nova Americana está apta a fabricar válvulas utilizando-se dos mais diferentes tipos de materiais, dependendo da aplicação das válvulas, dentre os quais destacam-se o aço carbono fundido, aço inox fundido, aço liga fundido, aço carbono e inox forjado e “super duplex”.

Aproximadamente 90,0% das válvulas fabricadas na Metalúrgica Nova Americana são produzidas a partir do processo de fundição em areia. A Metalúrgica Nova Americana utiliza fundições terceirizadas, nacionais e estrangeiras, para produzir os componentes das válvulas com base em modelos desenvolvidos, construídos e detidos pela Metalúrgica Nova Americana. Nossos principais fornecedores de fundidos são a Itasa, a FTSA – Fundição Técnica Sul Americana, Engemasa – Engenharia e Materiais Ltda. e a GM - Grupo Engenharia. Não há dependência relevante em relação a nenhum dos nossos fornecedores.

A qualidade da peça fundida é essencial para a qualidade e durabilidade das válvulas. Dessa forma, ao receber os produtos de seus fornecedores, a Metalúrgica Nova Americana aplica testes de qualidade e rejeita o fundido que não estiver em conformidade com os padrões de qualidade exigidos pelo mercado. O índice de rejeição de matéria-prima é de aproximadamente 2,0%

Processo de Produção

As válvulas-esfera são fabricadas atendendo a normas internacionais, tais como, por exemplo, API-6D, API-6A e BS – *British Standards*, e são submetidas a testes de inspeção e qualidade.

Após a verificação da qualidade da matéria-prima no seu recebimento, é feita a usinagem dos componentes da válvula em máquinas automatizadas, bem como o controle dimensional dos componentes. Depois de usinados, os componentes das válvulas são montados e é realizado um pré-teste de qualidade da válvula montada, inclusive com a presença do cliente, quando aplicável. Caso a peça seja aprovada nesse teste, a válvula recebe a pintura final, e é submetida à inspeção

final. Depois disso, são emitidos os certificados e registros de qualidade do produto, e as válvulas são devidamente embaladas e expedidas.

Controle e Garantia de Qualidade

A qualidade e a alta tecnologia dos produtos da Metalúrgica Nova Americana, presentes no mercado de válvulas industriais, são certificados por padrões internacionais de qualidade. Somos certificados pelo *American Petroleum Institute* (API6-A e API6-D) e possuímos a certificação ISO 9000:2000. Além disso, a Metalúrgica Nova Americana obteve a certificação do *ABS Quality Evaluations* para válvulas-esfera *fire-safe* e válvula-esfera para trabalho com vácuo total.

Vendas, Marketing e Distribuição

Nossa subsidiária Metalúrgica Nova Americana trabalha com representantes localizados no Brasil e no exterior para venda de seus produtos, buscando contratar representantes comerciais de alto conhecimento e formação técnica.

Nossas ações de *marketing* incluem a realização de pesquisas de mercado, campanhas de publicidade em revistas especializadas, participação nas principais feiras do setor no Brasil e no exterior, e a participação no veículo "Valmicro Press", uma publicação periódica do Segmento Flow, com cunho técnico e mercadológico, distribuída para aproximadamente 14,0 mil clientes e formadores de opiniões da nossa área de atuação.

Exportamos nossos produtos principalmente para os Estados Unidos, Singapura, Colômbia, Bolívia e Chile. As exportações representaram 40,2% do faturamento da Metalúrgica Nova Americana no primeiro semestre de 2.006, incluídas as vendas equiparadas a exportação.

Utilizamos serviços rodoviários, portuários e aéreos de terceiros para distribuição de nossos produtos. A maioria dos nossos produtos que se destinam à exportação é escoado por meio do porto de Santos, que se localiza a aproximadamente 200,0 km de distância do parque fabril de Americana.

Clientes

Aproximadamente 98,0% das vendas da nossa subsidiária Metalúrgica Nova Americana nos exercícios de 2.003, 2.004 e 2.005 foram direcionadas para a indústria de petróleo e gás, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	<u>Petróleo</u>	<u>Gás</u>	<u>Outros</u>
2.003	90,1%	6,4%	3,5%
2.004	81,3%	17,2%	1,5%
2.005	90,5%	7,5%	2,0%

Os principais clientes da nossa subsidiária Metalúrgica Nova Americana são a Petrobras e suas contratadas nos Contratos de EPC, tais como a FSTP Brasil e a Mauá Jurong, que responderam por aproximadamente 90,2% da receita bruta da Metalúrgica Nova Americana no ano de 2.005.

Petrobras

Há mais de 25 anos, a Metalúrgica Nova Americana possui o Certificado de Registro de Classificação Cadastral (CRCC), que permite a ela fornecer bens e serviços à Petrobras e aos seus contratados por meio de Contratos de EPC e que deve ser atualizado anualmente. Desde então, a Metalúrgica Nova Americana já forneceu aproximadamente 550,0 mil válvulas para a Petrobras.

Nos exercícios de 2.003 a 2.005 fornecemos aproximadamente 16,0 mil válvulas para os seguintes projetos da Petrobras: P-48, P-34, P-47, P-50, P-54, P-51, P-52, PRA1, P-53, Manati, Peroá-Cangoá e Golfinhos.

A Petrobras classifica seus fornecedores em diferentes níveis, de acordo com a pontuação obtida na avaliação feita pela Petrobras dos critérios econômicos, legais, de saúde, meio ambiente e segurança, gerencial e responsabilidade social dos seus fornecedores. A Metalúrgica Nova Americana é classificada pela Petrobras no “Nível A”, considerado o melhor nível de classificação. Ver “Visão Geral dos Setores em que Atuamos – O Setor de Petróleo e Gás Natural no Brasil – Cadastro de Fornecedores”.

O nosso cadastro junto à Petrobras está sendo atualizado para atender as novas e mais abrangentes exigências de práticas gerenciais e de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), definidas em um programa nacional denominado Programa de Gestão de Fornecedores da Petrobras - PROGEFE.

Para maiores informações sobre o setor de petróleo e gás no Brasil ver “Visão Geral dos Setores em que Atuamos”.

Concorrência

Acreditamos que a Metalúrgica Nova Americana seja a maior fornecedora brasileira de válvulas-esfera para a indústria brasileira de petróleo e gás. No mercado brasileiro, seus principais concorrentes são a KSB Bombas Hidráulicas S.A., que adquiriu o controle da IVC S.A., a TAG e a Metalúrgica Scai Ltda., e no mercado externo, são a Cooper Cameron Corporation, a Dresser Valve Division Limited, a PCC Valves and Controls, a Pibiviesse S.p.A. e a Velan Inc..

Valmicro

A Valmicro produz válvulas industriais, manuais e automatizadas, principalmente no modelo esfera, nos tamanhos de 0,25 a 12 polegadas. A Valmicro fabrica produtos de alto valor agregado tecnológico, de acordo com as necessidades específicas de seus clientes, bem como válvulas de baixa e média pressão para distribuição por meio dos distribuidores e revendedores.

Desde o início de suas operações, em 1.984, até o fim do exercício de 2.005, a divisão Valmicro já produziu mais de 3,0 milhões de válvulas. Durante o ano de 2.005, a divisão Valmicro produziu 163.325 válvulas.

Em janeiro de 2.006, a divisão Valmicro passou a operar como uma de nossas subsidiárias, sob a denominação Valmicro Indústria e Comércio de Válvulas Ltda.

Em 2.005, a Valmicro conquistou, pelo 11º ano consecutivo, o *Top One* para a sua marca na categoria de produto válvulas-esfera, por meio da pesquisa *Top Five* realizada pela revista NEL, sendo assim a marca de maior reconhecimento da indústria.

A fábrica da Valmicro está localizada em Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

Matéria-Prima e Fornecedores

As válvulas podem ser produzidas com fundidos, forjados ou micro-fundidos. Aproximadamente 70,0% das válvulas fabricadas pela Valmicro são produzidas com micro-fundidos, os quais, desde 2.005, são totalmente fornecidos pela Carbonox.

Processo de Produção

O processo de produção das válvulas da Valmicro é substancialmente similar ao das válvulas da Metalúrgica Nova Americana. Ver “-Segmento Flow – Metalúrgica Nova Americana – Processo de Produção”.

Controle e Garantia de Qualidade

A Valmicro possui os certificados ISO 9000:2000 e ISO 14001:1996 e certificação do *British Standards Institution* para válvulas *fire-safe*. Além disso, a Valmicro faz parte do cadastro de fornecedores de bens e serviços da Petrobras e da ONIP.

Os produtos Valmicro são concebidos e desenvolvidos a partir de minuciosos projetos e com a aquisição de componentes somente de fornecedores qualificados pelo nosso sistema de qualidade, sendo vários destes certificados pela ISO 9000.

Após a montagem dos produtos, são realizados testes hidrostáticos e pneumáticos em bancadas de testes, que são aferidas periodicamente através de padrões rastreáveis. Estas bancadas possuem projeto próprio, desenvolvidas especificamente para avaliações das válvulas Valmicro.

Estes testes e avaliações nos garantem as melhores relações desempenho/durabilidade, com a constância requerida pelo mercado e clientes mais exigentes.

Todos os produtos da Valmicro possuem garantia de fábrica contra qualquer eventual defeito de fabricação, funcionamento ou peças, exceto as vedações. Essa garantia é válida pelo período de 12 meses, a contar da entrada em operação/instalação do produto ou por 18 meses, a contar da data da entrega, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

A Valmicro mantém serviço de assistência técnica no Brasil que está permanentemente à disposição do cliente durante toda a vida útil do produto.

Vendas, Marketing e Distribuição

Atualmente, a venda de válvulas fabricadas pela Valmicro é efetuada por representantes localizados no Brasil e na América Latina. Buscamos formar uma equipe de representantes com formação técnica e comercial. Também vendemos os produtos Valmicro por meio de aproximadamente 42 distribuidores e 330 revendedores de material hidráulico.

Nossas ações de *marketing* incluem a realização de pesquisas de mercado, campanhas de publicidade em revistas especializadas, participação nas principais feiras do setor no Brasil e no exterior, e a distribuição do “Valmicro Press”, uma publicação periódica, de cunho técnico e mercadológico, enviada para aproximadamente 14 mil clientes e formadores de opiniões da nossa área de atuação. O “Valmicro Press” também conta com uma seção dedicada à Metalúrgica Nova Americana.

Além disso, também oferecemos treinamento para nossos clientes na nossa fábrica, e em campo, com relação às especificações, manutenção e operação das válvulas.

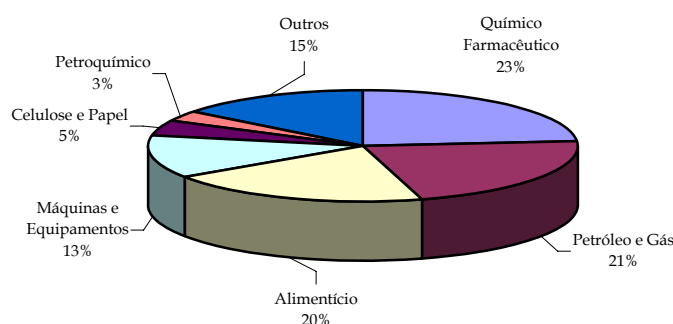
Os produtos Valmicro são vendidos principalmente para consumidores finais, ou seja, grupos industriais que usam as válvulas em suas plantas. Estimamos que nossas válvulas estejam presentes na maioria das plantas industriais brasileiras. Temos acordos para fornecimento de válvulas para manutenção para mais de 200 fábricas de grandes clientes industriais.

Exportamos nossas válvulas, por meio da nossa subsidiária Valmicro, principalmente para Estados Unidos, Chile, Argentina, Bolívia e Uruguai. As exportações representaram 1,3% do faturamento da Valmicro no primeiro semestre de 2.006.

Utilizamos serviços rodoviários e portuários de terceiros para distribuição dos produtos da Valmicro. Os produtos que se destinam à exportação são escoados por meio do porto do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, que se localiza a aproximadamente 430,0 km de distância do parque fabril de Caxias do Sul.

Clientes

A Valmicro atende diversos segmentos. Em 31 de dezembro de 2.005, nossos principais clientes eram da área química e farmacêutica, seguidos pela indústria de petróleo e gás, conforme gráfico abaixo.



Entre nossos principais clientes destacam-se Petrobras, Ajinomoto, Braskem, Basf, Votorantim e Sadia.

Concorrência

A Valmicro é líder nacional no segmento industrial de válvulas-esfera, sendo reconhecida nacional e internacionalmente. Acreditamos que a participação da Valmicro no mercado brasileiro de válvulas-esfera tenha sido de aproximadamente 30,0% no ano de 2.005.

O mercado de válvulas-esfera é extremamente pulverizado. Os principais concorrentes da Valmicro nas válvulas de uso industrial em geral são a Micromazza-PMP Ltda., a MGA - Metalúrgica Golden Arts Ltda. e a Niagara Indústria e Comércio de Válvulas Ltda.

Com relação às válvulas de maior valor agregado, os principais concorrentes da Valmicro, no mercado interno, são a Flowserve Corporation e Spirax Sarco Indústria e Comércio Ltda., e no mercado externo são a Flowserve Corporation, que também agrega a marca Worcester, bem como a Appollo, a Rhino, a SFV Modentic (China) e a Kace (Coréia).

Mipel-SP

A Metalúrgica Ipê Ltda. (Mipel-SP) produz válvulas de bronze, nos modelos esfera, gaveta, globo e retenção.

Os produtos da Mipel-SP são utilizados em diversos segmentos industriais tais como, químico, petroquímico, naval, alimentício, farmacêutico, bem como na construção civil, saneamento básico, irrigação e agroindústria.

A fábrica da Mipel-SP está localizada em Jacareí, no Estado de São Paulo.

Matéria-Prima e Fornecedores

As válvulas são produzidas a partir da fundição de bronze, o qual é adquirido de diversos fornecedores, não havendo relação de dependência com nenhum deles.

Processo de Produção

O processo de produção das válvulas é precedido do processo de fundição do bronze. Ver “Segmento Metal – Itasa – Processo de Produção” para informações sobre esse processo.

A fabricação das válvulas de bronze passa por um processo substancialmente similar ao das válvulas da Metalúrgica Nova Americana e da Valmicro. Ver “-Segmento Flow – Metalúrgica Nova Americana – Processo de Produção”.

Controle e Garantia de Qualidade

A Mipel-SP possui o certificado ISO 9001:2000 para o projeto e fabricação de válvulas de bronze para uso industrial e predial. Além disso, possui também o ISO/TS 29001:2003 para projeto e fabricação de válvulas de bronze para uso na indústria do petróleo, gás natural e petroquímica, entre outras.

Todas as válvulas produzidas pela Mipel-SP passam por um rigoroso teste de qualidade, desde a seleção da matéria-prima utilizada até o produto final, dentre os quais se destacam a análise química espectrométrica, a verificação de calibração da rosca, o teste pneumático automático de estanqueidade, o ensaio de perda de carga, o teste de estanqueidade de ar sob água, o teste de ensaio de fadiga e o ensaio de tração.

Vendas, Marketing e Distribuição

As válvulas fabricadas pela Mipel-SP são comercializadas por meio de uma ampla rede de distribuidores e revendedores, contando com aproximadamente 600 pontos de venda espalhados pelo Brasil, bem como no exterior (América Latina, Ásia, Oriente Médio, Oceania e África).

A Mipel-SP está presente em 23 outros países, sendo que as exportações representaram 6,5% do faturamento da Mipel-SP de maio a junho de 2.006.

Utilizamos serviços rodoviários e portuários de terceiros para distribuição dos produtos da Mipel-SP. Os produtos que se destinam à exportação são escoados por meio do porto de Santos, no Estado de São Paulo, que se localiza a aproximadamente 180 km de distância do parque fabril de Jacareí.

Clientes

Os produtos da Mipel-SP são vendidos diretamente para distribuidores e revendedores de válvulas. Dentre nossos principais clientes destaca-se a Comercial Rimar Ltda.

Concorrência

A Mipel-SP ocupa posição de liderança no mercado nacional de válvulas no segmento de válvulas de bronze. Acreditamos que a participação da Mipel-SP no mercado brasileiro de válvulas de bronze tenha sido de aproximadamente 70,0% no ano de 2.005.

Os principais concorrentes da Mipel-SP são a Duratex S.A. (por meio da marca Deca), a Docol Metais Sanitários Ltda. e a Metalúrgica Tata Ltda.

Mipel-Sul

A Mipel Indústria e Comércio de Válvulas Ltda. (Mipel-Sul) produz válvulas-esfera manuais, voltadas para o mercado industrial, em aço carbono ou inoxidável, com a marca MIPEL®. Suas atividades industriais tiveram início no final de junho de 2.006.

A capacidade de produção da Mipel-Sul é de 250.000 válvulas por ano.

A fábrica da Mipel-Sul está localizada em Veranópolis, no Estado do Rio Grande do Sul.

Matéria-Prima e Fornecedores

As válvulas da Mipel-Sul podem ser produzidas com microfundidos em aço carbono e inoxidável. O principal fornecedor de micro-fundidos da Mipel-Sul será a nossa controlada Carbonox, que está instalada no mesmo parque industrial da Mipel-Sul.

Processo de Produção

O processo de produção das válvulas da Mipel-Sul é substancialmente similar ao das válvulas da Metalúrgica Nova Americana e da Valmicro. Ver “-Segmento Flow – Metalúrgica Nova Americana – Processo de Produção”.

Controle e Garantia de Qualidade

A linha de produtos que serão produzidos e comercializados pela Mipel-Sul é resultado dos desenvolvimentos realizados por meio do CPDL e contaram com recursos da FINEP para seu desenvolvimento tecnológico.

Após a montagem dos produtos, são realizados testes hidrostáticos e pneumáticos em bancadas de testes, que são aferidas periodicamente através de padrões rastreáveis. Estas bancadas possuem projeto próprio, desenvolvidas especificamente para avaliações das válvulas da Mipel-Sul. Estes testes e avaliações nos garantem as melhores relações desempenho/durabilidade, com a constância requerida pelo mercado e clientes mais exigentes.

Todos os produtos da Mipel-Sul possuem garantia de fábrica contra qualquer eventual defeito de fabricação, funcionamento ou peças, exceto as vedações.

Vendas, Marketing e Distribuição

As válvulas fabricadas pela Mipel-Sul serão comercializadas por meio de uma ampla rede de distribuidores e revendedores, contando com aproximadamente 600 pontos de venda espalhados pelo Brasil, bem como no exterior (América Latina, Ásia, Oriente Médio, Oceania e África). A Mipel-Sul se utilizará do canal de vendas utilizado atualmente pela Mipel-SP, adquirida por nós em abril de 2.006.

Concorrência

O mercado de válvulas-esfera é extremamente pulverizado. Os principais concorrentes da Mipel-Sul são a Micromazza-PMP Ltda., a MGA - Metalúrgica Golden Arts Ltda. e a Niagara Indústria e Comércio de Válvulas Ltda.

Lupatech Investments e Lupatech North America

A Lupatech Investments é uma sociedade *holding*, constituída de acordo com as leis de Delaware, nos Estados Unidos da América.

Em 2.002, constituímos a Lupatech North America, como resultado de uma *joint venture* da Lupatech Investments com a sociedade norte-americana Ideal Controls. Essa unidade foi constituída para operar como uma central de venda e distribuição de válvulas, com estoque local.

Em 16 de dezembro de 2.005, a *joint venture* foi terminada. A Lupatech North America será liquidada e seus ativos e passivos serão transferidos para a Lupatech Investments que, por sua vez, está em processo de transferência para Houston, no Estado do Texas, EUA, aonde ela atuará como um escritório comercial, com foco principal nas vendas das nossas linhas de válvulas para o setor de petróleo e gás.

Em nossas exportações através da Lupatech Investments, no caso das válvulas produzidas pela Metalúrgica Nova Americana, que envolvem projetos de maior valor e maiores prazos, as vendas serão feitas diretamente aos clientes finais. Já no caso das válvulas da Valmicro, pretendemos desenvolver relacionamentos com distribuidores estoquistas localizados no exterior relacionados à manutenção dessas válvulas em estoque, para venda imediata.

Segmento Metal

Nosso Segmento Metal é composto pela divisão Microinox e pelas nossas controladas Steelinject, Carbonox e Itasa.

Microinox

A Microinox produz peças das mais variadas ligas de ferro e aço, com alto grau de complexidade e elevados requisitos qualitativos, por meio da microfusão (fundição de precisão). A Microinox também executa serviços de usinagem, semi-montagem, e oferece variada gama de acabamentos e proteção superficial, entregando os produtos prontos para montagem. Com o processo da microfusão, é possível reduzir operações de usinagem, minimizando os custos do produto final.

O departamento de engenharia da Microinox, juntamente com o CPDL, está preparado para auxiliar os clientes nos projetos de novos componentes ou na substituição de produtos e atua em conjunto com o departamento de engenharia do cliente para desenvolvimento de peças.

Os tamanhos das peças variam de 10 a 400 milímetros, enquanto os pesos variam de 1 grama a aproximadamente 20 quilos. A Microinox possui flexibilidade em relação à quantidade de peças, ao lote de fabricação, à complexidade geométrica e de materiais.

Atualmente, a Microinox possui capacidade de produção de 120 toneladas de peças acabadas por mês e tem produzido em torno de 100 toneladas por mês. Parte dessa capacidade disponível será absorvida por novos projetos.

A fábrica da Microinox também está localizada em Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

Matéria-Prima e Fornecedores

São muitos os tipos de ligas produzidos regularmente pela Microinox, tais como aços-carbono, aços de baixa, média e alta liga, aços inoxidáveis, austeníticos e martensíticos, ligas de níquel, ligas de cobalto, aços de alto manganês e outros especiais de acordo com a necessidade do cliente.

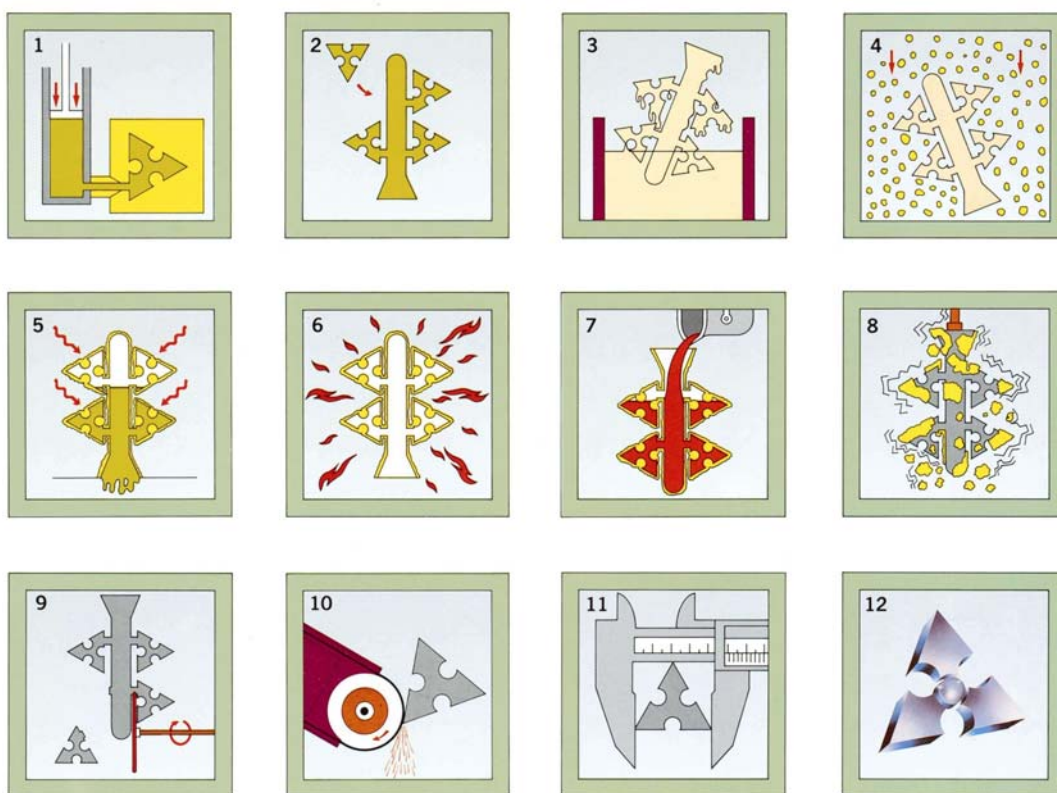
As principais matérias primas utilizadas no processo de microfundição, além das ligas, são ceras naturais ou vegetais, cerâmica, lixas e abrasivos. Esses produtos são adquiridos basicamente de fornecedores nacionais e não há dependência relevante com relação a nenhum fornecedor.

O metal é adquirido na forma de retalhos de estamparias (sucata) na liga mais próxima à que vai utilizada na produção das peças. As ligas são corrigidas para atender às especificidades de cada produto com níquel, molibdênio, entre outros elementos, conforme o caso.

Além disso, possuímos parcerias com fornecedores de componentes que não produzimos, como rolamentos e tuchos, os quais são aplicados nos sub-conjuntos e conjuntos que fornecemos para a indústria automotiva.

Processo de Produção

A ilustração abaixo demonstra o processo de produção de peças por microfundição.



1. A partir de um molde metálico, é feito um modelo em cera através do processo de injeção;
2. Os modelos em cera são montados em uma haste de cera, e o conjunto formado é conhecido como "árvore de modelos";

3. A árvore em cera passa pelo processo de revestimento, sendo mergulhada em um banho cerâmico;
4. Sobre o revestimento de lama úmida são aplicados materiais refratários com diferentes granulções, até a formação de uma casca ao redor da peça. A casca cerâmica formada sobre a árvore de cera é secada ao ar;
5. Através do calor e pressão, é realizada a deceragem na árvore de modelos, retirando a cera do interior da casca, a qual é reaproveitada no início do processo;
6. É realizada a calcinação em alta temperatura do molde oco, adquirindo resistência suficiente para suportar o metal líquido fundido;
7. Depois de analisado em laboratório, o aço derretido é vazado diretamente dentro da casca calcinada;
8. Após a solidificação do metal, o material cerâmico é quebrado através de processo vibratório, e por jateamento é feita a limpeza do que ainda resta sobre o molde;
9. As peças são separadas da árvore de modelos através de quebra ou corte por disco abrasivo;
10. Em cada peça é feito o lixamento do canal de ataque, responsável pela junção desta à árvore de modelos; conforme o acabamento exigido pelo cliente, também são realizados diferentes tipos de jateamento. Após o lixamento do canal de ataque, todas as peças são jateadas manualmente em esfera de aço, proporcionando um acabamento uniforme;
11. É realizada a inspeção visual, dimensional e metalográfica nas peças; e
12. O produto está pronto para entrega ao cliente.

Além disso, a peça poderá sofrer acabamentos por usinagem, zincagem, eletropolimento e/ou pinturas, conforme a necessidade do cliente.

Indústria Automotiva

Os produtos fabricados para a indústria automotiva, antes de entrar na linha de produção, passam por um ciclo de desenvolvimento e testes, cujos prazos variam de 6 meses a 1 ano.

Inicialmente, são feitas a negociação comercial e as especificações do projeto de engenharia quanto aos seus aspectos comerciais e técnicos, com participação ativa da nossa equipe de engenharia. Em um segundo momento, são desenvolvidos e homologados os ferramentais e o produto, mediante a entrega de um protótipo, seguido de um período de testes, que pode variar de seis meses a 1 ano. Após a realização dos testes, é iniciada a produção das peças ou conjuntos (*ramp-up*).

Controle e Garantia de Qualidade

A Microinox possui as certificações ISO 9001:2000, QS 9000:1998 e Certificado de Conformidade com as normas européias 97/23/EC (PED). Em abril de 2.006, a Microinox será auditada para receber a certificação ISO/TS 16.949:2002, buscando atender aos requisitos da indústria automotiva, que passarão a vigorar a partir de outubro de 2.006.

A Microinox garante a qualidade das peças por métodos acordados com os clientes, tais como radiografias, magnaflux e líquidos penetrantes, entre outros.

Adicionalmente, somos auditados pelas montadoras de veículos para verificação do atendimento às suas exigências específicas.

Vendas e Distribuição

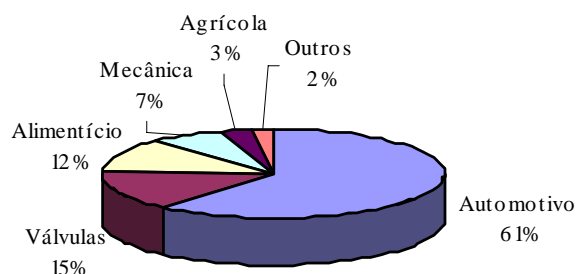
As vendas das peças produzidas pela Microinox são realizadas por representantes localizados no Brasil e no exterior. Buscamos trabalhar com representantes técnicos qualificados e experientes. Os representantes visitam os sistemistas e as montadoras, apresentando o processo da microfundição e os diferenciais da Microinox.

A Microinox exporta seus produtos para a Alemanha, Itália, Estados Unidos, México, entre outros. No primeiro semestre de 2.006, as exportações representaram 34% do faturamento da Microinox.

Utilizamos serviços rodoviários, portuários e aéreos de terceiros para distribuição dos produtos da Microinox. Os produtos que se destinam à exportação são escoados por meio do porto do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, que se localiza a aproximadamente 430,0 km de distância do parque fabril de Caxias do Sul. Nossas exportações são, na maioria dos casos, feitas de forma consolidada.

Cientes

No exercício de 2.005, nossas principais vendas foram direcionadas para clientes da indústria automotiva, tais como montadoras de veículos e sistemistas, conforme indicado no gráfico abaixo.



Nossos principais clientes, durante o ano de 2.005, foram a General Motors, a Indústria Mecânica Samot (Bosch), a Smar Equipamentos Industriais, a KHS Machinen e a ZF do Brasil.

Concorrência

O setor de microfundição, no Brasil e no exterior, conta com diversas sociedades focadas em diferentes nichos de atuação. Acreditamos que a Microinox possua uma participação no mercado brasileiro de microfundido comercial de aproximadamente 20,0%.

O principal concorrente da Microinox no mercado interno é a Fupresa S.A.. No mercado externo, os principais concorrentes da Microinox são a Hichiner Mfg. Co e Howmet Castings, localizadas nos Estados Unidos, Feinguss Blank GmbH e Buderus A.G., localizadas na Alemanha, e Doncasters Incasting e Midland, localizadas no Reino Unido.

A competitividade nesse setor consiste em oferecer soluções com baixo custo, qualidade e prazos compatíveis com a demanda da indústria consumidora.

Tendo em vista que o prazo entre o desenvolvimento e o início de produção das peças e conjuntos é extenso, e o período de maturação dos investimentos e o ciclo operacional são longos, uma eventual mudança de fornecedor, quando possível, é arriscada, dispendiosa e demorada, após iniciada a produção de um veículo que utiliza peças ou conjuntos desenvolvidos com o fornecedor.

A Microinox também compete com outros processos, tais como fundição convencional, peças usinadas, forjados e sinterizados. Normalmente, o perfil da peça vai definir qual é o processo metalúrgico mais adequado. As vantagens da microfundição são a qualidade metalúrgica com baixo nível de porosidade e a possibilidade de produção de peças complexas e de acabamento quase final e eliminação de várias operações de usinagem.

Steelinject

A Steelinject produz, de forma pioneira na América Latina desde 1995, peças técnicas de precisão com alto grau de complexidade, forma e valor agregado, produzidas pelo processo de moldagem de injeção de pós metálicos e cerâmicos, por meio da tecnologia PIM (*Powder Injection Molding*).

Em janeiro de 2006, a divisão Steelinject passou a operar como uma de nossas subsidiárias, sob a denominação Steelinject – Injeção de Aços Ltda.

O desenvolvimento das peças envolve as engenharias da Steelinject e do cliente, que juntos definirão como será a peça. Em geral, o período entre o desenvolvimento da peça e o início da produção em série é de 6 meses a 1 ano.

Obtivemos no Brasil, Europa e Estados Unidos o registro de patente de uma das fases mais complexas do processo produtivo utilizado pela Steelinject e inédita no mundo, a extração de ligante via reator a plasma, bem como apresentamos pedido de registro de uma nova patente, para a extração de ligante e a sinterização via reator a plasma. Ver nesta seção “Propriedade Intelectual – Patentes”.

A planta da Steelinject também está localizada em Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. A planta está estruturada dentro dos mais avançados padrões de qualidade e preparada para desenvolver peças de altas exigências e complexidade de formas geométricas para diversos mercados, tais como autopartes, ortodontia, computadores e impressora.

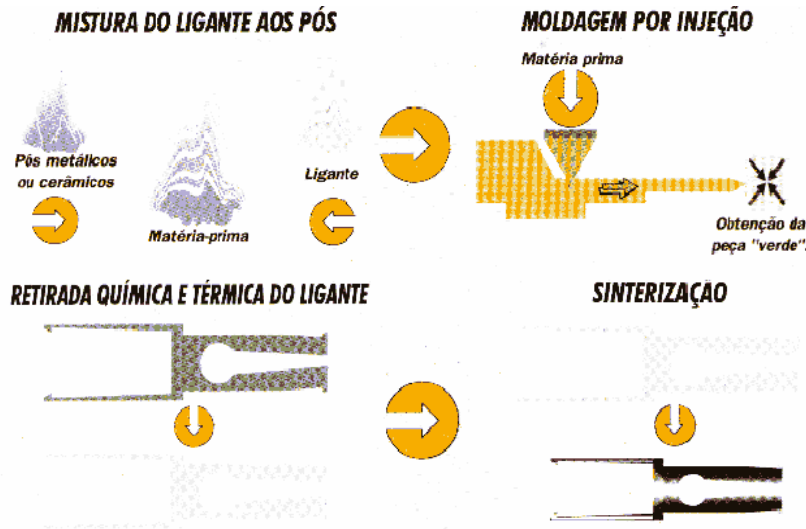
Matéria-Prima e Fornecedores

A principal matéria prima utilizada no processo de injeção é o pó de aço, o qual é adquirido de fornecedores nos Estados Unidos, Europa e Ásia, uma vez que esse insumo não é fabricado no Brasil. Além disso, são utilizados ligantes, como plásticos e parafinas (polímeros), os quais são adquiridos de fornecedores nacionais.

Não há dependência relevante com relação a nenhum fornecedor, nacional ou internacional.

Processo de Produção

A ilustração abaixo demonstra o processo de produção de peças por injeção de aço.



- 1) Pós finos, de materiais metálicos ou cerâmicos, são misturados com ligantes orgânicos e resinas termoplásticas, até formarem uma mistura homogênea;
- 2) Após a preparação, a mistura é granulada, possibilitando a alimentação de máquinas injetoras semelhantes àquelas utilizadas para a injeção de plásticos;
- 3) A mistura é então injetada no molde para preenchimento da cavidade, em condições de processo similares às utilizadas no processo de injeção tradicional de plásticos; e
- 4) As peças obtidas são então submetidas a extração química e térmica do ligante, passando após pelo processo de sinterização, ficando prontas para o uso pretendido, ou para operações secundárias, tais como calibração, tratamento superficial e tratamento térmico.

Controle e Garantia de Qualidade

A Steelinject possui a certificação ISO 9001:2000, o que reforça seu comprometimento com a qualidade.

A Steelinject possui um laboratório de avaliação da matéria-prima para assegurar a qualidade do produto. Todas as matérias-primas não aprovadas são imediatamente devolvidas aos fornecedores.

Vendas e Distribuição

A venda dos produtos fabricados pela Steelinject é efetuada por representantes localizados no Brasil e no exterior para venda de seus produtos. Buscamos trabalhar com representantes técnicos qualificados e experientes. Os representantes visitam os clientes apresentando o processo da injeção, que ainda não é muito difundido no Brasil, e os diferenciais da Steelinject.

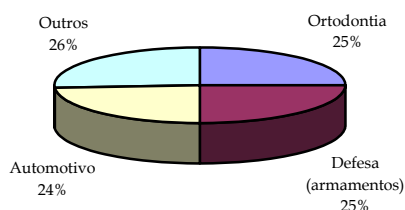
Estamos implantando um projeto para levar ao conhecimento dos usuários potenciais, no Brasil e no exterior, o processo de injeção de pós metálicos e cerâmicos e suas potencialidades.

As exportações são direcionadas principalmente para Alemanha, Itália e Estados Unidos. No primeiro semestre de 2.006, as exportações representaram 7,8% do faturamento da Steelinject.

Utilizamos serviços rodoviários, portuários e aéreos de terceiros para distribuição dos produtos da Steelinject. Os produtos que se destinam à exportação são escoados por meio do porto do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, que se localiza a aproximadamente 430,0 km de distância do parque fabril de Caxias do Sul. Nossas exportações são realizadas de forma consolidada.

Cientes

Atendemos diversos segmentos por meio da Steelinject, conforme indicado no quadro a seguir.



Nossos principais clientes, durante o ano de 2.005, foram a Abzil Indústria e Comércio, a Master Sistemas Automotivos, Eaton, Stihl Incorporated e Andreas Stihl Moto Serras.

Concorrência

A Steelinject é a única fabricante relevante “não cativa”, ou seja, que não produz peças para uso próprio, no mercado brasileiro de peças pelo processo PIM. Os principais concorrentes no exterior são Ecrimesa SpA. (Espanha), Schunk GmbH. Co. (Alemanha), PCC-AFT Co. (Estados Unidos) e GKN – Sinter Metals (Reino Unido e Alemanha).

A Steelinject sofre concorrência de outros processos, tais como o forjado, o microfundido e o sinterizado, que possuem um menor custo, mas que não possuem a precisão dimensional, o acabamento e a complexidade de forma das peças injetadas.

Carbonox

A Carbonox, adquirida em 2.005, dedica-se à produção de microfundidos em grande quantidade e baixo custo, especialmente peças para válvulas, para fornecimento como matéria-prima à Metalúrgica Nova Americana, Valmicro e Mipel-Sul. A Carbonox produz peças com pesos variados de 1 grama até 30.000 gramas nos mais diversos tipos de ligas.

A Carbonox possui uma capacidade instalada de 100 toneladas por mês e, atualmente, está utilizando praticamente toda a sua capacidade instalada.

A planta da Carbonox está localizada em Veranópolis, no Estado do Rio Grande do Sul, em uma área de 160 mil m², com uma área construída de 5 mil m².

Matéria-Prima e Fornecedores

As matérias-primas utilizadas na Carbonox são as mesmas da Microinox. Ver “-Segmento Metal – Microinox – Matéria-Prima e Fornecedores”.

Processo de Produção

O processo de produção é significativamente similar ao da Microinox. Ver nesta seção “-Segmento Metal – Microinox”. No entanto, a Carbonox não oferece serviços de acabamento, usinagem e tratamento térmico.

Controle e Garantia de Qualidade

A Carbonox segue um rigoroso controle de qualidade, com testes de ensaios mecânicos e controles metalúrgicos. A Carbonox também possui a certificação ISO 9001:2000.

Clientes

A Carbonox fornece quase a totalidade das suas peças microfundidas em aço inox e aço carbono para a Metalúrgica Nova Americana, Valmicro e Mipel-Sul.

Concorrência

O setor de microfusão, no Brasil e no exterior, conta com diversas sociedades focadas em diferentes nichos de atuação. A Carbonox sofre concorrência dos microfundidores nacionais e internacionais que fabricam peças de menor valor agregado, cujo grande diferencial é o preço.

Itasa

A Itasa dedica-se à produção de peças moldadas em aços fundidos carbono, inoxidáveis e ligas especiais, inclusive duplex e superduplex, que são ligas em aço com alto grau de resistência à corrosão e de alto valor agregado. Sua especialidade são peças fundidas, tais como corpos e componentes para válvulas, bombas e rotores.

Os fornos de indução da Itasa permitem a fundição de 90 a 100 toneladas por mês de peças acabadas e a possibilidade de obter peças de até 3.500 kg.

A planta da Itasa está localizada na Cidade de Paraná, na Província Entre Rios na Argentina, com área total de mais de 22 mil m², com uma área construída de 5 mil m².

Matéria-Prima e Fornecedores

As principais matérias primas utilizadas pela Itasa são as ligas metálicas. O metal é adquirido na forma de retalhos de estamparias (sucata) na liga mais próxima à que vai ser utilizada na produção das peças. As ligas são corrigidas para atender às especificidades de cada produto.

Processo de Produção

O processo de fundição é composto por diversas etapas, tais como a preparação do molde, fusão, liquefação, esfriamento, solidificação e desmoldagem.

O processo de fusão se dá pelo aquecimento da matéria prima até o ponto de liquefação para, após, ser escoada ou injetada no molde. Uma vez resfriada, a matéria prima solidifica-se, transformando-se na peça correspondente ao modelo que serviu de base para a formação do molde. Após a retirada do molde, são retiradas eventuais sobras de materiais (rebarbas) e é feita a limpeza da peça.

O sistema de produção da Itasa permite a circulação das peças com a fluidez necessária para que, pouco tempo após fundidas, estejam preparadas para o correspondente tratamento térmico, o que torna o processo produtivo mais rápido.

A Itasa possui três fornos de tratamento térmico com programadores automáticos e controle de temperatura, os quais possibilitam tratar simultaneamente oito toneladas de peças acabadas.

Controle e Garantia de Qualidade

A Itasa segue um rigoroso sistema de gestão da qualidade dos processos produtivos, matéria-prima e produtos, mediante a realização de análises químicas e ensaios físicos, metalografias e ensaios não destrutivos (partículas magnéticas e líquidos penetrantes). Os controles são complementados com o apoio de laboratórios externos certificados para os ensaios complementares. A Itasa também possui a certificação ISO 9001/2000.

A Itasa mantém serviço de assistência técnica especializada e assessoramento comercial permanente para seus clientes.

Vendas, Marketing e Distribuição

As vendas das peças produzidas pela Itasa são realizadas de forma direta.

A Itasa exporta seus produtos para Brasil e Venezuela. No primeiro semestre de 2.006, as exportações representaram 13,2% do faturamento da Itasa.

Os produtos da Itasa são distribuídos por meio de serviços rodoviários e portuários.

Clientes

A Itasa fornece aço fundido principalmente para as empresas que produzem válvulas e bombas para os setores de petróleo e gás, petroquímico, químico, dentre outros. Dentre os principais clientes destacam-se: Metalúrgica Nova Americana e Valmicro (nossas controladas), Tyco Flow Control Argentina, Spirax-Sarco, Flowserve, Equipetrol, Válvulas Worcester de Argentina S.A., Wenlen S.A., Dallas Deca S.R.L., Esferomatic, Thorsa S.A. e Cameron.

Concorrência

A Itasa é uma fundição de porte pequeno que se especializou na produção de peças fundidas em ligas de alta resistência e corrosão. Os principais concorrentes no mercado de ligas em aço carbono e aço inox são a Acerias 4C e a Enerbon. Não temos conhecimento de concorrentes que atuem no segmento de ligas especiais, principalmente duplex e superduplex.

Investimentos

Nos exercícios de 2.003, 2.004 e 2.005, investimos R\$9,7 milhões, R\$9,0 milhões e R\$20,3 milhões, respectivamente, em ativos fixos e R\$0,1 milhão, R\$0,5 milhão e R\$1,3 milhão, respectivamente, em ativos diferidos, com o objetivo de manter a expansão e modernização dos nossos parques fabris. Aproximadamente 40,0% dos nossos investimentos nesse período foram realizados com recursos próprios e 60,0% com recursos do BNDES/FINEP.

Em 30 de junho de 2.005 e 2.006, investimos, respectivamente, R\$5,8 milhões e R\$13,9 milhões em ativos imobilizados e R\$0,2 milhão e R\$0,9 milhão em ativo diferido, respectivamente.

Dentre os investimentos realizados, destacamos a aquisição de máquinas com maior agregado tecnológico no sentido de obter ganhos de produtividade e o desenvolvimento de novos projetos no CPDL.

Pesquisa e Desenvolvimento

Em 1.999, conquistamos o prêmio FINEP de Inovação Tecnológica, com a aplicação do plasma no processo de injeção de pós metálicos, utilizado pela Steelinject.

De 2.003 a 2.005, investimos aproximadamente R\$6,5 milhões em pesquisa e desenvolvimento. Além do apoio da FINEP, temos parcerias com diversas universidades, especialmente a Universidade Federal de Santa Catarina.

Em 2.005, implantamos o CPDL com o objetivo de desenvolver processos e produtos e buscar por inovações tecnológicas, tanto no Segmento Flow como no Segmento Metal. O CPDL foi implantado com apoio financeiro da FINEP, e estão previstos investimentos de R\$10 milhões, entre 2.005 e 2.006, dos quais, aproximadamente, R\$2,0 milhões foram aplicados em 2.005.

Somos a primeira indústria de válvulas brasileira a ter um centro de tecnologia para aprimoramento dos produtos oferecidos. Atualmente, estamos concluindo a construção de laboratórios de pesquisas, oficinas, biblioteca, centro de treinamento e escritório de desenvolvimento.

Grande parte de nossa receita líquida advém de produtos desenvolvidos e fabricados para atender às especificações de nossos clientes.

O CPDL conta com a participação de renomados professores universitários.

Segmento Flow

No Segmento Flow, além da melhoria de processos e produtos, o CPDL está trabalhando nos seguintes projetos:

- Desenvolvimento de novas linhas de válvulas de menor valor agregado para aumentar a penetração junto aos distribuidores e revendedores;
- Desenvolvimento de linhas de válvulas para petróleo e gás, com foco no mercado internacional para penetrar nesse mercado de forma competitiva; e
- Desenvolvimento de linhas de válvulas que não são fabricadas no Brasil e que são importadas pelos usuários locais para aplicação no setor de petróleo e gás, buscando uma penetração ainda maior nesse segmento.

Segmento Metal

No Segmento Metal, o CPDL está trabalhando no desenvolvimento de peças de sub-sistemas para a cadeia automotiva e na melhoria de ligas e processos relacionados com o processo de injeção de pós metálicos, inclusive com projetos conjuntos com universidades de pesquisa.

Propriedade Intelectual

Marcas

Possuímos, no Brasil, [37 marcas registradas] e [9 marcas em fase de registro] perante o INPI. Nossas marcas mais importantes são “Lupatech”, “Valmicro”, “Microinox”, “Steelinject”, “Metalúrgica Nova Americana” ou “MNA”, registradas perante o INPI, além de “Carbonox”, que se encontra em processo de registro, contra o qual foi apresentada oposição. Essa oposição está pendente de julgamento pelo INPI.

Além de registrada no Brasil, a marca “Valmicro” também se encontra registrada no Reino Unido, Estados Unidos, Argentina, Uruguai e México.

Temos como política proteger nossas marcas, promovendo seu registro perante os órgãos competentes e renovação desses registros de acordo com os vencimentos dos respectivos períodos de duração, normalmente a cada 10 anos.

Patentes

Possuímos uma patente de invenção concedida no Brasil, referente ao sistema PAD (*Plasma Assisted Debinding* - Processo de Extração por Plasma de Ligantes em Peças Obtidas por Moldagem de Pós por Injeção) para uso no processo de moldagem de injeção de pós metálicos e cerâmicos, que reduziu a fase da extração de 35 a 50 horas para 7 a 10 horas, e outra patente de modelo de utilidade, cujo título é "disposição construtiva em válvula de esfera".

Possuímos também um pedido de registro de patente de invenção, relativo ao sistema PADS (*Plasma Assisted Debinding and Sintering*), através do qual um reator a plasma reduz não somente a etapa de extração, mas também a fase final (chamada de sinterização) do processo de moldagem da peça. Com isso, os ciclos diminuíram de 70 a 75 horas para apenas 12 horas. Além disso, temos outro pedido de registro de patente de modelo de utilidade, também em fase de registro, cujo título é “equipamento para despressurização de manômetro”.

Além disso, solicitamos o registro das patentes referentes aos sistemas PAD e PADS no exterior via Tratado de Cooperação Internacional em Matéria de Patentes. Conseqüentemente, já obtivemos o registro de patente para o sistema PAD nos EUA e na Europa, sendo que depositamos na Alemanha um pedido de patente relativo ao sistema PAD, que ainda se encontra em fase de registro.

Possuímos também quatro registros de desenhos industriais no Brasil, os quais protegem a forma ornamental de nossas invenções.

Contratos de Tecnologia

Investimos, através de licenciamento ou desenvolvimento, em tecnologia de ponta relacionada ao nosso negócio. Nesse sentido, celebramos um contrato, por prazo indeterminado, de cooperação técnico-industrial com a Fundação do Ensino de Engenharia de Santa Catarina - FEESC, vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina, pelo qual a FEESC cede à Companhia os direitos relacionados a patente do Processo de Extração por Plasma de Ligantes em Peças Obtidas por Moldagem de Pós por Injeção. O contrato dispõe que as invenções desenvolvidas em decorrência do referido processo serão de nossa propriedade. Em contraprestação, a Lupatech pagará à FEESC um percentual (15,0% ou 30,0% dependendo do tipo de utilização) das receitas obtidas com a venda da tecnologia do plasma (*royalties*).

Celebramos um contrato de licença de patente e transferência de tecnologia com a Parmatech Corporation, pelo qual estamos autorizados a fabricar peças injetadas de aço, utilizando o processo

da Parmatech em contrapartida ao pagamento de 2,5% sobre a venda líquida dos produtos relacionados a essa tecnologia. Esse contrato é válido até 16 de abril de 2.008, sendo que o certificado do INPI é válido até 01 de outubro de 2.007. A partir do término do contrato, passaremos a ter o direito de uso da tecnologia sem o pagamento dos *royalties*.

Demais Contratos Relevantes

Contratos Operacionais

Petrobras e suas Contratadas nos Contratos de EPC

Fornecemos válvulas à Petrobras e às suas contratadas nos Contratos de EPC, com base em contratos de bens e serviços, assim como em ordens de compra, sujeitos às Condições de Fornecimento de Material da Petrobras, descritas na seção “Visão Geral dos Setores em que Atuamos - Aquisição de Bens e Serviços pela Petrobras”.

Os contratos de bens e serviços celebrados com a Petrobras referem-se aos pedidos de válvulas para manutenção das unidades da Petrobras, os quais representaram 28,3% da receita bruta da Metalúrgica Nova Americana do exercício social de 2.005. Esses contratos estipulam prazo de vigência de dois anos, sendo que os contratos atuais terão prazo de vigência até agosto de 2.006, quando a Petrobras realizará nova licitação. Não há garantia de que a Petrobras venha a adquirir, durante o prazo do contrato, as quantidades totais neles previstas, ressalvada uma quantidade obrigatória (de 15,0% ou 20,0% desse total).

Tanto no caso dos contratos, quanto no dos pedidos de compra, os preços são fixados por unidade, sendo reajustados de acordo com fórmula prevista no contrato.

General Motors e Opel

Fornecemos peças automotivas para a General Motors e para a Opel, segundo termos e condições estabelecidos em contratos, sujeitos às condições gerais de fornecimento da General Motors ou da Opel.

Referidas condições gerais, idênticas, prevêm que a General Motors e a Opel, conforme o caso, poderão rescindir um contrato com a Companhia mediante simples aviso por escrito. Nesse caso, a General Motors ou a Opel deverá pagar à Companhia o preço pelos produtos ou serviços já prestados no momento da execução e os custos dos produtos em vias de produção e das matérias primas relacionadas à execução do contrato. Não deverá, no entanto, a General Motors ou a Opel pagar qualquer indenização por lucros cessantes, despesas não amortizadas, custos de desenvolvimento de produtos e de engenharia, encargos gerais administrativos e outros similares. Dentre as hipóteses em que a General Motors e a Opel podem rescindir o contrato, está a alteração do nosso controle. Embora não tenhamos obtido expressa anuência da General Motors e da Opel, quanto à presente Oferta, acreditamos ser remota a chance de rescisão do referido contrato. Não acreditamos que a implementação da Oferta implicará o término antecipado de tais contratos.

Os contratos estabelecem, ainda, os preços das peças por unidade, compostos pela somatória de um preço base, previsto nos contratos, o custo de materiais básicos e de componentes, e tributos incidentes.

Durante o prazo de 15 anos após o término das compras pela GM ou pela Opel de um determinado produto da Companhia, a Companhia deverá prestar à GM ou à Opel serviços e

fornecer peças de reposição relacionados, sendo que nos três primeiros anos desse prazo, deverá a Companhia fazê-lo pelo preço do momento do término das compras e, posteriormente, pelos preços que venham a ser acordados entre as partes.

Os contratos com a General Motors têm término previsto para 2.007, e o contrato com a Opel tem término previsto para 2.020.

Contratos Não-Operacionais

Além dos contratos financeiros indicados abaixo, não há outros contratos relevantes não diretamente relacionados com nossas atividades operacionais.

A tabela abaixo apresenta os termos e as condições dos nossos principais contratos financeiros:

Descrição	Tipo	Vencimento	Encargos	Saldo em 30 de junho
				de 2.006 (em milhões de R\$)
BRDE	BNDES Automático	15/10/2.009	TJLP + 6,33% a.a.	5,7
BRDE	BNDES Finame Modermaq	15/12/2.010	Fixo 12,95% a.a.	2,4
FINEP	Finep	15/11/2.008	TJLP + 3,5% a.a.	1,1
FINEP	Finep / CPDL	15/2/2.012	TJLP - 3,5% a.a.	4,5
Finame (diversas instituições)	Finame	15/4/2.011	6,11% a.a.	2,7
BNDES Progeren	Capital de Giro	15/2/2.007	TJLP + 3,5% a.a.	11,4
Banespa	Capital de Giro	Rotativo	CDI + 0,068% a.m.	1,8

De acordo com as disposições aplicáveis ao contrato de financiamento celebrado com o BNDES, sem prévia autorização do BNDES, não podemos conceder preferência a outros créditos, fazer amortização de ações, emitir debêntures e partes beneficiárias ou assumir novas dívidas, exceto empréstimos para atender aos negócios de nossa gestão ordinária ou com a finalidade de reposição ou substituição de material.

O BNDES poderá declarar o vencimento antecipado do contrato e exigir imediatamente o pagamento de todos os contratos celebrados conosco, sem prejuízo das sanções aplicáveis, nos seguintes casos: (i) inadimplemento de qualquer das nossas obrigações; (ii) inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias por qualquer empresa ou entidade pertencente ao nosso grupo econômico; ou (iii) ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que possa afetar as garantias constituídas em favor do BNDES. A aceleração destes contratos poderá causar o vencimento antecipado dos demais contratos relevantes de que somos parte.

Empregados

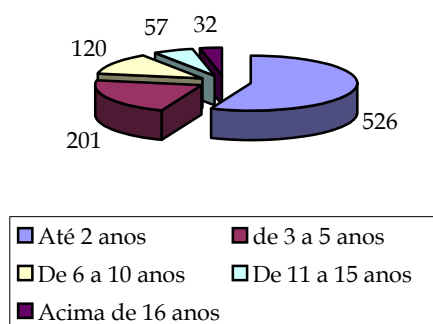
O quadro abaixo mostra o nosso número de empregados nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2.003, 2.004 e 2.005 e nos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2.005 e 2.006.

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de			Período de seis meses encerrado em 30 de junho de	
	2.003	2.004	2.005	2.005	2.006
Valmicro	73	77	87	88	88
Metalúrgica Nova Americana	184	186	209	199	227

Microinox	343	551	414	572	473
Lupatech (Apoio e CPDL)	33	35	46	42	51
Steelinject	27	37	57	58	72
Carbonox	-	-	123	115	119
Mipel-Sul	-	-	-	-	20
Mipel-SP	-	-	-	-	116
Itasa	-	-	-	-	74
Total	660	886	936	1.074	1.240

O gráfico abaixo indica o tempo médio pelo qual nossos empregados trabalhavam conosco, em 31 de dezembro de 2.005.

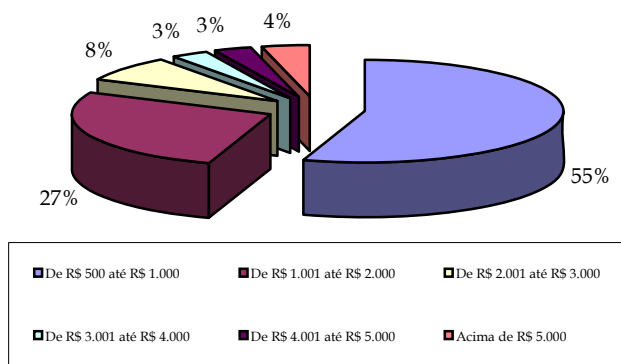
Tempo de Empresa dos Empregados



A taxa de rotatividade de nossos empregados foi de 3,2% em 2.005.

O gráfico abaixo demonstra a faixa salarial, com base nos salários mensais, dos nossos empregados em 31 de dezembro de 2.005.

Faixa Salarial dos Empregados



Em 2.004, recebemos os seguintes prêmios relacionados com nossa atuação na área de recursos humanos:

- *Prêmio SESI de Qualidade no Trabalho.* Recebemos menção honrosa na categoria grande companhia. O prêmio é promovido pelo Serviço Social da Indústria, no Rio Grande do Sul (SESI); e
- *Prêmio Destaque do Ano em RH.* Recebemos o prêmio na categoria companhia cidadã. A promoção é da Associação Serrana de Recursos Humanos de Caxias do Sul.

Relacionamento com Sindicatos

Os principais sindicatos de nossos empregados são o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico e das localidades onde possuímos nossos parques fabris, que abrangem 100,0% dos nossos empregados. Não somos parte em acordos coletivos com os sindicatos.

Mantemos uma boa relação com os sindicatos e desde a nossa fundação não sofremos qualquer paralisação de nossas atividades por greve.

Benefícios e Planos de Participação nos Resultados

Oferecemos aos nossos empregados convênio com plano de saúde com cobertura hospitalar, atendimento odontológico e convênio com farmácia.

Os empregados que exercem suas atividades nos parques fabris de Caxias do Sul e de Veranópolis contam com várias linhas de ônibus e “vans” para transportá-los até a fábrica. Os funcionários do parque fabril de Americana recebem vale transporte.

Todas as nossas unidades industriais contam com refeitório, o qual oferece diversas opções de refeição. Os cardápios são elaborados por nutricionistas e as refeições preparadas por uma sociedade terceirizada.

Possuímos um programa de reconhecimento por tempo de serviço dos nossos empregados, por meio do qual, anualmente, no aniversário de fundação, no caso da Lupatech (incluindo suas antigas divisões Valmicro e Steelinject), e no aniversário de aquisição, no caso da Metalúrgica Nova Americana e Carbonox, fazemos homenagens aos empregados da seguinte forma: (a) cinco anos: placa alusiva e meio salário nominal; (b) dez anos: placa alusiva e um salário nominal; e (c) quinze anos: placa alusiva e um e meio salário nominal, e assim sucessivamente, a cada cinco anos.

Oferecemos para todos os empregados da Lupatech e da Metalúrgica Nova Americana, Programa de Participação nos Lucros e Resultados, o qual é baseado em metas próprias de cada unidade de negócio que, quando alcançadas, resultam em renda extra repassada semestralmente aos nossos empregados. Em 2.003, 2.004 e 2.005, distribuímos R\$264 mil, R\$1,9 milhão e R\$2,9 milhões, respectivamente.

Desde 2.005, oferecemos, ainda, para diretores, gerentes, supervisores e encarregados da Lupatech e suas subsidiárias, exceto a Carbonox, o plano de remuneração variável, o qual é vinculado ao atingimento de metas individuais, que variam conforme a área de atuação, e metas globais, das quais, a principal é o EBITDA. Em 2.004 e 2.005, distribuímos R\$1,2 milhão e R\$1,7 milhão, respectivamente.

Pretendemos expandir o programa de participação nos lucros e o plano de remuneração variável para os empregados da Carbonox.

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2.006, aprovamos um plano de opção de compra de ações, pelo qual o nosso Conselho de Administração poderá outorgar opções de compra de nossas ações a nossos administradores, empregados de alto nível e a alguns consultores externos. Para maiores informações ver seção “Administração - Plano de Opção de Compra de Ações”.

Saúde e Segurança Ocupacional

Todos os cuidados que envolvem segurança e saúde no trabalho estão inseridos em diversos programas, tais como os seguintes:

- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional;
- Programa de Ergonomia; e
- Programa de Conservação Auditiva, além de programas específicos e ações preventivas.

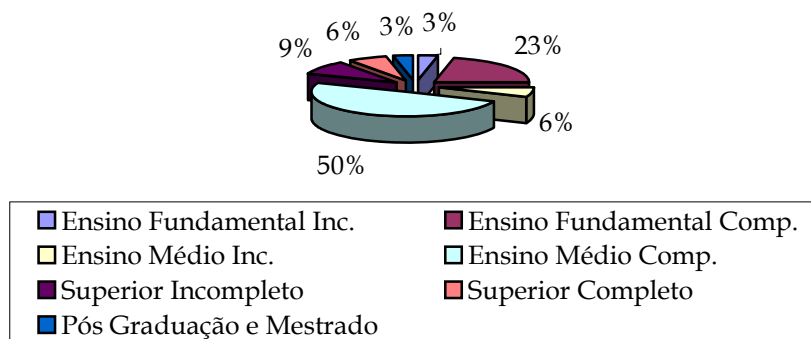
Treinamento e Desenvolvimento

A qualificação da equipe é fundamental para o crescimento profissional e pessoal dos empregados e é tratada como nossa prioridade. Procuramos dar treinamento intensivo e permanente aos nossos empregados.

Nossos empregados têm acesso a cursos realizados internamente ou em sociedades especializadas.

Desde 2.000, mantemos convênio com escolas locais que permitem o subsídio de 100,0% dos custos para conclusão do ensino fundamental e 70,0% para o ensino médio. Em 2.000, o percentual de empregados sem o ensino fundamental completo era de 42,0%. Em 2.005, esse percentual foi reduzido para apenas 3,0%, conforme demonstrado no gráfico a seguir. Conforme a área de interesse, também participamos com 50,0% dos custos de pós-graduação.

Grau de Instrução dos colaboradores



Firmamos parcerias com escolas profissionalizantes para a aplicação de cursos de curta duração, específicos para a área de atuação dos nossos empregados. Em janeiro de 2.006, 25 dos nossos empregados se formaram no curso específico de microfusão promovido em parceria com a Escola de Educação Profissional de Farroupilha.

Em 2.003, 2.004 e 2.005 investimos R\$122 mil, R\$65 mil e R\$558 mil, respectivamente, no treinamento e desenvolvimento de nossos empregados.

Profissionais Terceirizados

Estabelecemos contratos com sociedades de mão-de-obra terceirizada para atividades que não são essenciais para nós, tais como limpeza, segurança, transporte, alimentação, entre outros. Em 30 de junho de 2.006, contávamos com aproximadamente 48 empregados terceirizados.

Aspectos Ambientais

Nossas unidades industriais estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais, em nível municipal, estadual e federal.

No intuito de manter em operação fábricas no Brasil, devemos atender a procedimentos administrativos relativos à concessão de licenças ambientais. A construção, instalação, ampliação e o funcionamento de atividades que utilizem recursos naturais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, assim como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento junto ao órgão estadual e/ou federal competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.

Além da responsabilidade penal e da obrigação de reparar possíveis danos ambientais ou de indenizar por tais danos, sejam eles causados por nossas unidades, ou terceiras contratadas, a não obtenção das licenças ambientais necessárias ou o não cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis poderão resultar na aplicação de penalidades administrativas, tais como advertências, multas, interdição temporária ou permanente, embargo, demolição, suspensão de incentivos fiscais e fechamento temporário ou permanente do empreendimento. As multas podem atingir o valor de R\$10 milhões no caso de operação sem licença e R\$50 milhões no caso de danos ambientais.

As licenças estabelecem, ainda, as condições, restrições e medidas de fiscalização aplicáveis ao empreendimento.

Possuímos licenças ambientais válidas e cumprimos com todas as condicionantes das licenças de cada planta industrial. Temos algumas licenças ambientais em processo de renovação, notadamente a Licença de Operação ambiental da unidade da Metalúrgica Nova Americana, em trâmite perante a CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo.

Nossa política de gestão ambiental busca minimizar e reciclar os resíduos gerados e promover a consciência coletiva para preservação dos recursos naturais.

Atendendo a legislação ambiental, os resíduos sólidos, quando não são reaproveitados por outros processos produtivos, têm destinação e tratamento adequados. A coleta seletiva é incentivada, visando a minimização dos impactos ambientais, o reaproveitamento de matéria-prima e a economia de recursos naturais, como água e energia elétrica.

Na unidade de Caxias do Sul contamos com um aterro, dentro da Companhia, licenciado pela FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler – RS, para a disposição do resíduo gerado em maior quantidade nos processos produtivos, a casca cerâmica.

Na unidade de Americana foi construído, em 2.004, um local definitivo para o armazenamento dos materiais sólidos recicláveis gerados, como papel, aço carbono, aço inox, bronze e emulsão. O cavaco, resíduo sólido resultante da operação de usinagem, também tem tratamento adequado. As sobras são recolhidas e armazenadas em local apropriado até serem transferidas para sociedade autorizada a captar esse tipo de resíduo. Depois de reciclado, o cavaco retorna às indústrias como material nobre.

Mantemos a mesma preocupação ambiental no que diz respeito aos resíduos líquidos. Está em funcionamento na unidade de Caxias do Sul, desde 2.003, o SITEL – Sistema Integrado de Tratamento de Efluentes Líquidos Lupatech, responsável pelo tratamento de 100,0% dos efluentes

de origem industrial e sanitária de toda a Companhia. O comprometimento em relação ao correto descarte dos efluentes em meios naturais é verificado por meio de análises químicas e de toxicidade.

A unidade de Americana possui um Sistema de Recirculação de Fluido que atende atualmente três locais onde são realizados testes de válvulas. Nestes locais, o sistema capta e filtra o fluido utilizado em testes de válvulas. Todos os processos têm um monitoramento constante para garantir a sua eficiência.

Promovemos periodicamente campanhas educativas e de conscientização voltadas à orientação dos nossos empregados e da comunidade.

Ação Social

Possuímos um grupo de voluntariado que promove diversas ações ao longo do ano, tais como, campanhas de doação de sangue, arrecadação de chocolates para a Páscoa, de agasalhos e de livros. Nosso programa de voluntariado tem por objetivo despertar nos empregados o sentimento de solidariedade e motivá-los para que valorizem a ação voluntária e ofereçam sua contribuição para construção de uma sociedade melhor para todos.

Anualmente, promovemos uma ação global que conta com a participação dos nossos empregados, família e comunidade, onde são realizadas consultas e exames em diversas áreas da saúde, além de atrações infantis e distribuição de brindes.

Desde 2.000, mantemos um programa de racionalização do uso de energia, o qual vem apresentando resultados significativos na redução do consumo de energia.

Além disso, estimulamos a cultura, tendo recentemente patrocinado a produção de filmes nacionais como “Nossa Senhora de Caravaggio” e “O Quatrilho”. Apoiamos também o projeto de conservação do patrimônio da Igreja de São Pelegrino, em Caxias do Sul, enfatizando o nosso compromisso e vínculo com a comunidade local.

Imóveis

Exercemos nossas atividades em cinco parques fabris, localizados nas cidades de Caxias do Sul e Veranópolis, no Estado do Rio Grande do Sul e nas cidade de Americana e Jacareí, no Estado de São Paulo, além de um parque fabril na Província de Entre Rios, na Argentina.

Imóveis Próprios

O parque fabril localizado em Caxias do Sul abriga a Lupatech – Divisão Microinox, a Valmicro e a Steelinject, e possui uma área total de 36.633 m² e uma área construída de 14.301 m², sendo que estão em andamento a expansão da unidade administrativa e a construção de um armazém para produtos químicos. Em 22 de março de 2.006, adquirimos o imóvel localizado ao lado do nosso parque fabril em Caxias do Sul, o qual possui uma área total de 5.360 m².

Atualmente, os imóveis que compõem esse parque fabril estão hipotecados em favor da FINEP, em garantia de empréstimos e financiamentos concedidos no montante total de R\$1,9 milhão. Em 30 de junho de 2.006, o saldo devedor desses empréstimos e financiamentos era de aproximadamente R\$1,1 milhão. Além disso, os imóveis estão penhorados em garantia de execuções fiscais federais e parcelamento de débitos fiscais junto à Receita Federal, que envolvem aproximadamente R\$7,6 milhões.

O parque fabril localizado em Veranópolis abriga a Carbonox e a recém construída Mipel-Sul, e possui uma área total de 161.645 m² e uma área construída de 3.927 m². Atualmente, esse imóvel está hipotecado em favor do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., em garantia do crédito concedido por meio da cédula de crédito industrial datada de 03 de fevereiro de 2.003, com vencimento em 15 de fevereiro de 2.008. Em 30 de junho de 2.006, o saldo devedor para pagamento dessa dívida era de aproximadamente R\$0,5 milhão.

Imóveis Locados

O parque fabril localizado em Americana é ocupado pela Metalúrgica Nova Americana e possui uma área total de 10.300 m² e uma área construída de 6.400 m², sendo que está em andamento a ampliação em 800 m² da planta industrial, com alteração do lay-out da fábrica, para tornar o fluxo de produção mais adequado e rápido.

Esse imóvel é alugado da Mipasa Mountain Imobiliária e Agropecuária Ltda. O período de locação do contrato se estende até 31 de setembro de 2.008 e o valor mensal do aluguel, devidamente atualizado, é de R\$17,6 mil. A Companhia é fiadora.

Adicionalmente, a Metalúrgica Nova Americana é locatária de três imóveis, que são utilizados como armazéns e refeitório dos seus empregados. O período de locação desses contratos se estende até 30 de setembro de 2.008 e o valor mensal dos aluguéis, devidamente atualizados, é de R\$4,8 mil.

Nosso escritório comercial, localizado na Cidade de São Paulo, é alugado, sendo que o período de locação se estende até 31 de janeiro de 2.008 e o valor mensal do aluguel é de R\$4,8 mil.

Seguros

Nossa política de seguros procura maximizar as coberturas com adequado custo de prêmio, além de cumprir a legislação e obrigações contratuais.

Mantemos seguro contra danos materiais ocasionados em razão de incêndio, explosão e outros acidentes que possam ocorrer no curso normal de nossas atividades e seguros para riscos específicos, com cobertura de responsabilidade civil de nossos conselheiros e diretores e de produtos, inclusive para *recall*.

Consideramos os valores cobertos nas apólices adequados para uma companhia do nosso porte e da nossa linha de atividade e para atender os riscos associados com nossas operações. Contudo, não podemos garantir que o valor de seguro que mantemos será suficiente para nos proteger de perdas relevantes, ou que os seguros atualmente existentes serão renovados.

Contingências Judiciais

Somos parte em diversos processos judiciais e administrativos, seja na esfera cível, tributária ou trabalhista, no curso normal de nossos negócios. Em 30 de junho de 2.006, as questões cíveis representavam contingência passiva no valor de R\$1,8 milhão, as questões trabalhistas representavam R\$10,8 milhão e as questões fiscais representavam R\$17,9 milhões, sendo que nossas provisões para processos judiciais e administrativos, para cobrir perdas prováveis de acordo com avaliação dos nossos advogados responsáveis pela condução das causas, eram de aproximadamente R\$8,0 milhões. Além disso, em 30 de junho de 2.006, tínhamos depositado judicialmente o valor de R\$112,0 mil em processos trabalhistas e o valor de R\$2,7 milhões em processos tributários.

Acreditamos que nossas provisões para processos judiciais e administrativos são suficientes para atender prováveis perdas. Não acreditamos que qualquer ação judicial ou processo administrativo individual pendente, se decidido de maneira desfavorável, causaria efeito adverso relevante sobre nossa situação financeira ou resultados operacionais. Não acreditamos que qualquer decisão contrária afetaria de maneira relevante nossas atividades.

Questões Fiscais

No âmbito tributário, em 30 de junho de 2.006, éramos parte em aproximadamente [•] processos fiscais. Em 30 de junho de 2.006, a nossa provisão para processos fiscais era de R\$6,9 milhões.

Descrevemos a seguir as nossas principais demandas:

Compensação de crédito-prêmio de IPI. Impetramos mandado de segurança para obter a autorização para compensar os valores relativos ao crédito-prêmio de IPI com débitos fiscais administrados pela Receita Federal. Nossos advogados externos responsáveis pela condução da causa entendem que a perspectiva de perda é possível.

Apropriação de crédito de IPI na aquisição de matéria-prima e insumos isentos ou tributados à alíquota zero. Ajuizamos ação ordinária para se apropriar dos créditos de IPI decorrentes da aquisição de matéria-prima e insumos isentos ou tributados à alíquota zero. Nossos advogados externos responsáveis pela condução da causa entendem que a perspectiva de perda é possível.

Compensação de créditos de PIS com Outros Tributos Federais. Em processo transitado em julgado, obtivemos o direito de compensar créditos de PIS com débitos deste mesmo tributo, uma vez que a legislação vigente à época proibia a compensação de tributos federais de naturezas distintas. No momento do pedido administrativo de compensação, a legislação em vigor já autorizava a compensação de quaisquer créditos e débitos de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, razão pela qual compensamos tais créditos de PIS com outros tributos federais. No entanto, a Secretaria da Receita Federal não homologou a compensação, sob o argumento de que ela não estava em conformidade com a decisão judicial que autorizou a compensação. Apresentamos manifestação de inconformidade, pendente de julgamento pela Receita Federal. Segundo nossos advogados externos responsáveis pela condução da causa, a perspectiva de perda é possível.

Arbitramento de receitas. A Fazenda Nacional ajuizou quatro execuções fiscais para cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, IPI, FINSOCIAL e PIS cujos valores foram arbitrados com base exclusivamente em documentos bancários de terceiros. Em 30 de junho de 2.006, [aguardávamos julgamento dos recursos especial e extraordinário interpostos contra decisão desfavorável de segunda instância proferida em uma execução fiscal, bem como o julgamento dos recursos interpostos contra decisão favorável de primeira instância proferida em relação às demais execuções fiscais]. Segundo nossos advogados externos responsáveis pela condução da causa, a probabilidade de perda é remota, tendo em vista decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, transitada em julgado em processo correlato, que considerou que os referidos documentos bancários de terceiros foram obtidos de forma ilícita. Não obstante, o resultado final dessas execuções fiscais poderá ser desfavorável. Em 30 de junho de 2.006, os débitos envolvidos nesses processos totalizavam o valor aproximado de R\$[•] milhões.

Questões Trabalhistas

Em 30 de junho de 2.006, figurávamos no pólo passivo de [•] ações trabalhistas, sendo [•] pedidos de indenização decorrentes de acidente de trabalho e doença profissional, especialmente relativas a

perda auditiva induzida por ruídos. Em 30 de junho de 2.006, a nossa provisão para processos trabalhistas era de R\$1,1 milhão.

Os principais pedidos feitos nas reclamações trabalhistas são danos morais referentes a acidentes de trabalho, adicional de insalubridade e reflexos, horas extras e reflexos e equiparação salarial.

Questões Cíveis

Em 30 de junho de 2.006, éramos ré em [•] processos envolvendo questões cíveis, dentre os quais [•] não representariam contingência passiva por se tratarem de ações visando a suspensão de eficiência ou anulação de títulos de crédito. Em 30 de junho de 2.006, não havia provisão constituída para processos cíveis.

A ação de maior relevância foi proposta por Inoxpa S.A. e Candigra Y Cia. S.A. em face da Lupatech, reivindicando-se o pagamento de multa contratual, no montante de 500 mil marcos alemães, além de indenização por danos de imagem sofridos pelas autoras e o cancelamento do registro da marca Inoxpa em nome da Lupatech. Nossos advogados externos responsáveis pela condução da causa entendem que a perspectiva de perda é possível. Em 30 de junho de 2.006, o valor envolvido era de R\$[•] milhão.

ADMINISTRAÇÃO

De acordo com o nosso Estatuto Social, somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, composta por um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente, um Diretor de Relações com Investidores e demais Diretores sem designação específica. Nosso Estatuto Social prevê um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de, no mínimo três e, no máximo cinco membros, com igual número de suplentes, devendo ser instalado nos exercícios sociais a pedido dos nossos acionistas.

Conselho de Administração

O nosso Estatuto Social prevê que nosso Conselho de Administração será composto por sete membros, e até mesmo número de suplentes, dos quais, no mínimo 20,0% deverão ser conselheiros independentes de acordo com as regras do Novo Mercado, e até o mesmo número de suplentes. Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembléia Geral de Acionistas, com mandato unificado e com duração de dois anos, permitida a reeleição. Excepcionalmente e para fins de transição, quando o Poder de Controle da Companhia passar a ser exercido de forma difusa, conforme definido no nosso Estatuto Social, os membros do Conselho de Administração poderão ser eleitos uma única vez, com mandato unificado de até três anos. Os membros do Conselho de Administração devem ser necessariamente acionistas da Companhia, residentes ou não no País. As competências do Conselho de Administração incluem a definição da orientação geral dos negócios da Companhia, a eleição dos diretores e a supervisão da administração. Os membros atuais do Conselho de Administração foram eleitos em 01 de março de 2.006 e 19 de abril de 2.006, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 2.007.

A tabela a seguir indica o nome, idade e cargo dos atuais membros do nosso Conselho de Administração, sendo acompanhado de uma breve descrição biográfica de cada um dos atuais conselheiros:

<u>Nome</u>	<u>Idade</u>	<u>Cargo</u>
Nestor Perini	53	Presidente
Clóvis Benoni Meurer	55	Conselheiro
Márcio Tabatchnik Trigueiro	32	Conselheiro
Nicholas Arthur Jacques Wollak	44	Conselheiro
Fabio Sotelino da Rocha	49	Conselheiro
Marcelo Cabrera da Costa	56	Conselheiro Suplente
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha	56	Conselheiro Independente
Erino Tonon	60	Conselheiro Independente

Nestor Perini. É o presidente da nossa Companhia. Formou-se em Administração de Empresas pela E.A.E.S.P., da Fundação Getúlio Vargas, em 1976. Em seguida, iniciou sua carreira na São Paulo Alpargatas como Trainee Administrativo, sendo, posteriormente, nomeado Gerente Administrativo desta empresa, exercendo este trabalho até 1980. Entre 1991 a 1994, foi Presidente da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul. Paralelamente, foi Professor da disciplina Estratégias e Vivências Empresariais para a Universidade de Caxias do Sul até o ano de 2.000. Exerceu o cargo de Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) no período entre os anos de 1993 e 1996, tendo sido reeleito nas gestões seguintes (1.993/1.996 e 1.996/2.002, respectivamente).

Clóvis Benoni Meurer. Graduado em Economia e Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O Sr. Meurer também é membro de diversos Conselhos de

Administração. Ocupa o cargo de vice-presidente da ABVCAP – Associação Brasileira de Venture Capital e Private Equity – e atua na área de *private equity* e *venture capital* desde 1981.

Márcio Tabatchnik Trigueiro. Graduado em Engenharia Mecânica-Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), com mestrado em administração em negócios (MBA) pela Harvard Business School. Ingressou na GP Administradora de Recursos em 2.001 e é sócio executivo desde 2.004. O Sr. Trigueiro é membro do conselho de administração da América Latina Logística e do Hopi Hari. Em São Paulo, atuou como associado da Mckinsey, no setor industrial e de telecomunicações, por mais de três anos.

Nicholas Arthur Jacques Wollak. Graduado com um A.B. (*Cum Laude*) em *General Studies* pela Harvard University. O Sr. Wollak é ou foi membro do conselho de administração de empresas em diversos setores (incluindo varejo, papel e celulose, produtos veterinários, logística, segurança eletrônica, entre outras). O Sr. Wollak fundou o Axxon Group em 2.001 para gerenciar o Natexis Mercosul Fund, tendo como investidor o Grupo Natexis. Entre 1.994 e 2.003, o Sr. Wollak atuou como sócio nos fundos BISA e TCR (Argentina). Antes disso, o Sr. Wollak exerceu os cargos de Diretor Executivo do banco de investimento InverCapital e Vice Presidente Sênior da Drexel Burnham Lambert, ambos em Londres.

Fabio Sotelino da Rocha. Graduado em Engenharia, com pós-graduação em Engenharia Econômica pela UERJ (1.985), com mestrado em Administração-Finanças pela COPPEAD-UFRJ(1989). Possui ainda os cursos de Stress Test, pelo IBC (2.002); Renda Fixa, pelo Gyorgy Varga-Financial (2.001); Opções Exóticas e Derivativos Avançados, por Menachen Brenner e Marti Subrahmanyam-Stern (NYU); XVIII Curso Internacional de Mercado de Capitais – Chicago e Nova Iorque (1.999) e Derivatives – Bruxelas (1.997). Ingressou no BNDES em 1.982, onde ocupa o cargo de Superintendente da Área de Mercado de Capitais.

Marcelo Cabrera da Costa. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1.983). Ingressou no BNDES em 1.980 como analista na área de investimentos. Em 1.991, fez parte da equipe que elaborou a participação do BNDESPAR em pequenas e médias empresas de base tecnológica com a criação do Programa Contec. A partir de 1.994 passou a ocupar o cargo de gerente, tendo participado do lançamento do primeiro fundo de empresas emergentes no Brasil. Em 2.005 assumiu a chefia do Departamento de Inovações – DEIN, ligado à Área de Mercado de Capitais, que tem entre as suas diversas atribuições a elaboração de programas de fundos, acompanhamentos e investimentos diretos em empresas de base tecnológica.

José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha. Graduado em Engenharia pela PUC de Petrópolis, com pós-graduação em Projetos Industriais e Transportes pela Coppe – UFRJ. Foi membro de diversos conselhos de administração (Aracruz, Telemar, Eletrobrás, Light, Ibmec, Funcex). Trabalhou no BNDES de 1.974 a 2.005, ocupando os cargos de Vice-Presidente e Diretor por 12 anos (1.990 a 2.002). Foi também Vice-Presidente de Planejamento Estratégico da Braskem S.A. de 2.003 a 2.005. É sócio executivo da JMM Consultoria.

Erino Tonon. Graduado em Engenharia pela Faculdade de Engenharia de Joinville. Foi Presidente da SAE Brasil – Seção Caxias do Sul (1.994 a 1.997), atualmente compondo o Conselho da empresa. O Sr. Tonon é Diretor de diversas empresas (Randon S/A Implementos e Participações, Fras-le S/A, Suspensys Sistemas Automotivos, Freios Master Equipamentos Automotivos Ltda) e Gerente Geral da Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda., desde sua inauguração, em 1.995. Foi Conselheiro titular do Centro de Mecatrônica do SENAI de Caxias do SUL (1.995 a 1.998).

Diretoria

O nosso Estatuto Social prevê que nossa Diretoria será composta por até nove membros, acionistas ou não, residentes no País. Os diretores são responsáveis pela execução das decisões do Conselho de Administração e pela administração direta da Companhia. A Diretoria é composta atualmente por 7 diretores eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de um ano, renovável por igual período. Os membros atuais da Diretoria foram eleitos em 01 de março de 2.006, com mandato até 01 de março de 2.007 ou até a posse dos seus sucessores.

O quadro abaixo indica os diretores atuais da Companhia, sendo acompanhado de uma breve descrição biográfica:

Nome	Idade	Cargo
Nestor Perini	53	Diretor Presidente
Thiago Alonso de Oliveira	35	Diretor de Relações com Investidores
Alinor Werner	55	Diretor
Paulo Roberto Silocchi	48	Diretor
Gilberto Pasquale da Silva	49	Diretor
Helena Maria Lazzarotto	51	Diretor

Nestor Perini. Ver “Conselho de Administração”.

Thiago Alonso de Oliveira. É o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com Pós-graduação em Finanças pela EAESP-SP da Fundação Getúlio Vargas. Iniciou a carreira na Price Waterhouse (*Consulting and Advisory Services*). Desenvolveu atividades de *Investment Banking* voltadas para fusões e aquisições de empresas no Banco WestLB do Brasil S.A., (*Senior Vice President*) e no Banco Standard de Investimentos S.A. (*Head of Corporate Finance*). Atuou em fundos de *Private Equity* (*TCW/Latin America Partners* e *Governança e Gestão*). É membro do IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores e conselheiro do IBEF – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças.

Alinor Werner. É o Superintendente do Segmento Metal da Companhia. É graduado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade de Desenvolvimento de Santa Catarina e pós-graduado em Administração Mercadológica pela Fundação Getúlio Vargas. Atuou como Diretor Comercial da Indústria de Fundição Tupy, até janeiro de 2.004, bem como Diretor da Divisão de Fundição da Crios Resinas Sintéticas S.A., até novembro de 1.990.

Paulo Roberto Silocchi. É o Superintendente do Segmento Flow da Companhia. Graduou-se em Administração de Empresas pela Universidade de Caxias do Sul em 1.984. É pós-graduado em Marketing pela mencionada universidade e pela Universidade do Rio Grande do Sul. Realizou mestrado em Gestão Empresarial com ênfase em inovação pela Universidade do Rio Grande do Sul. Entre 1.976 e 1.985, foi Supervisor de materiais da Madzatti. Em 1.985, atuou como Gerente de Produção da Moldaplast e, em 1.986, ingressou na Lupatech para exercer as funções de Supervisor de Materiais, Gerente de Materiais, Gerente de Produção. Em 1.993, passou a coordenar toda área industrial da Metalúrgica Nova Americana.

Gilberto Pasquale da Silva. É o Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia. Formou-se em Ciências Contábeis pela Universidade de Caxias do Sul. É pós-graduado em Administração Financeira pela Universidade Caxias do Sul. Entre 1.973 e 1.988, atuou como Diretor Administrativo e Financeiro da Móveis Schnardie Ltda. A partir de 1.988, atuou como Diretor pelas áreas de Controladoria, Custos, Financeiro, Suprimentos, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação da Companhia, da Metalúrgica Nova Americana Ltda. e da Carbonox.

Helena Maria Lazzarotto. É a Diretora Comercial do Segmento Flow da Companhia. Formou-se em Administração de Empresas pela Universidade de Caxias do Sul. É pós-graduada em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), em São Paulo. Em 1.973, iniciou sua carreira como auxiliar de escritório da Produtos Corsetti, atuando ainda como Secretária de Gerência da Engemaq (1.974 a 1.976); Secretária Executiva da A. Guerra S/A (1.976 a 1.978); Chefe de Vendas da Stalivieri de (1.980 a 1.984); Chefe de Vendas da Leste Fieb Laboratórios S/A (1.985 a 1.986). Ingressou na Companhia para exercer a função de Chefe de Vendas. Por seu desempenho pessoal, tornou-se Gerente Regional de Vendas em São Paulo, e desde 1.991, atua como Diretora de Vendas da Valmicro, respondendo ainda pela área comercial da Metalúrgica Nova Americana.

Comitê de Auditoria

Nos termos do nosso Estatuto Social, possuímos um Comitê de Auditoria composto por três membros, acionistas ou não, residentes no Brasil, e eleitos pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria é responsável pela supervisão das nossas atividades de controle financeiro e por propor ao Conselho de Administração o nome dos nossos auditores independentes.

Atualmente, nosso Comitê de Auditoria não está instalado.

Conselho Fiscal

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão societário independente da administração e dos auditores externos da Companhia. O Conselho Fiscal pode funcionar tanto de forma permanente quanto de forma não permanente, caso em que atuará durante um exercício social específico quando instalado a pedido dos acionistas que representem, no mínimo, 10,0% das ações com direito a voto e cada período de seu funcionamento terminará na primeira Assembléia Geral Ordinária após a sua instalação. As principais responsabilidades do Conselho Fiscal consistem em fiscalizar as atividades da administração, rever as demonstrações financeiras da sociedade e reportar suas conclusões aos acionistas. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração de, no mínimo, 10,0% do valor médio pago anualmente aos diretores da Companhia.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nosso Conselho Fiscal não poderá conter membros que (i) sejam membros do nosso Conselho de Administração; (ii) sejam membros da nossa Diretoria; (iii) sejam empregados da nossa Companhia, de sociedade controlada ou sob controle comum da nossa Companhia; ou (iv) sejam cônjuges ou parentes até o terceiro grau de qualquer membro da nossa Administração. Nosso Estatuto Social prevê um Conselho Fiscal de caráter não permanente, eleito unicamente a pedido dos nossos acionistas em Assembléia Geral. O Conselho Fiscal, quando eleito, será composto, de no mínimo três e, no máximo cinco membros efetivos, com igual número de suplentes. Atualmente não temos Conselho Fiscal instalado e, por esse motivo, nenhum membro foi indicado.

Informações sobre o Relacionamento com nossos Administradores

Na data deste Prospecto não existiam contratos de qualquer natureza ou outras obrigações relevantes entre nós e nossos administradores. A tabela abaixo indica o número de ações de nossa emissão detidas diretamente por nossos administradores em 31 de julho de 2.006.

Administradores	Nº Ações	Participação %
Gilberto Pasquale da Silva	79.031	0,204862
Paulo Roberto Silocchi	17.001	0,044070
Helena Maria Lazzarotto	16.473	0,042701

Nestor Perini ⁽¹⁾	1	0,000003
Clóvis Benoni Meurer ⁽²⁾	1	0,000003
Nicolas Arthur Jacques Wollak	1	0,000003
Márcio Tabatchnik Trigueiro	1	0,000003
Fábio Sotelino da Rocha	1	0,000003
Marcelo Cabrera da Costa	1	0,000003
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha	1	0,000003
Erino Tonon	1	0,000003

(1) O Sr. Nestor Perini, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente, é, juntamente com os seus filhos, sócio da Lupapar, que é um de nossos acionistas.

(2) O Sr. Clóvis Benoni Meurer detém indiretamente, por meio da Honor Serviços e Participações S.S., 354.914 ações de nossa emissão, representativas de 0,919999% do nosso capital social.

Não há qualquer relação familiar entre nossos administradores.

Remuneração

De acordo com o nosso Estatuto Social, compete aos nossos acionistas, reunidos em assembléia geral, fixar a remuneração anual, de modo global, dos membros do nosso Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, se instalado.

Na Assembléia Geral Ordinária realizada em 01 de março de 2.006, foi fixada a remuneração global anual dos nossos administradores em até R\$2,4 milhões, para o exercício social de 2.006. No exercício social de 2.005, a remuneração global dos nossos administradores foi de R\$1,2 milhão.

Plano de Opção de Compra de Ações

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2.006, aprovamos um plano de opção de compra de ações (“Plano”), pelo qual o nosso Conselho de Administração poderá outorgar opções de compra de nossas ações a nossos administradores, empregados de alto nível e a alguns consultores externos.

Após o início da negociação das nossas Ações na BOVESPA, as opções a serem oferecidas, nos termos do Plano, representarão, em cada ano, o máximo de 5,0% do nosso capital social na data da outorga da opção. O preço de subscrição/aquisição de cada ação será no mínimo equivalente a 90,0% do valor da ação determinado de acordo com a média do preço de negociação obtido nos três dias anteriores à data da concessão da opção, acrescido de IGP-M + 6,0%.

Exceto se determinado de outra forma pelo nosso Conselho de Administração, o prazo máximo para o exercício da opção é de sete anos a contar da data da outorga da opção e o beneficiário poderá exercê-la em parcelas anuais iguais durante cinco anos, ou seja, 20,0% ao final do primeiro ano e 20,0% a cada aniversário da outorga da opção.

Até a data deste Prospecto, tínhamos outorgado, de acordo com o Plano, opções de compra de nossas ações aos nossos diretores, gerentes e a um consultor externo, até um máximo de 741.408 Ações, pelo preço de R\$11,10 por ação, sendo que nenhuma opção havia sido exercida até então.

PRINCIPAIS ACIONISTAS

Principais Acionistas

A tabela abaixo contém informações sobre as nossas Ações na data deste Prospecto por cada um dos titulares de 5,0% das nossas Ações, e pelos membros do nosso Conselho de Administração e da Diretoria como um grupo.

Acionistas	Ações	(%)
Lupapar	11.815.932	25,9%
BNDESPAR	5.406.042	11,9%
GP Tecnologia	4.158.183	9,1%
Natexis International	3.074.400	6,7%
Capital Research and Management Company	2.381.100	5,2%
Administradores	537.661	1,1%
Outros	18.197.992	39,9%
Total	45.625.310	100,00%

A Lupapar é uma sociedade constituída de acordo com as leis do Brasil, detida pelo Sr. Nestor Perini, nosso Diretor Presidente, o qual detém 0,01% do seu capital social, e por seus dois filhos.

A BNDESPAR é uma subsidiária integral do BNDES que atua no mercado de capitais brasileiro, por meio de participação acionária em várias empresas, as quais em sua visão, são consideradas estratégicas para o desenvolvimento do País. Dentre seus objetivos está o de contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, por meio do acréscimo de oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das companhias.

A GP Tecnologia é um fundo de investimento de *private equity* que investe no Brasil, administrado pela GP Tecnologia Administração de Ativos Ltda..

A Natexis International é uma sociedade constituída de acordo com as leis da França, cujos interesses na Companhia são administrados pelo Axxon Group.

A Capital Research and Management Company é parte do The Capital Group, gestor de mais de US\$1,0 trilhão, o qual gerencia investimentos de pessoas físicas e jurídicas.

Acordo de Acionistas

Em [●] de [●] de 2.006, o acordo de acionistas celebrado em 11 de setembro de 2.003, e aditado em 01 de julho de 2.005, entre a BNDESPAR, a GP Tecnologia, a Lupapar e seus controladores e a Natexis International (por meio de suas controladas), foi rescindido.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Realizamos, no curso normal de nossos negócios, operações com partes relacionadas a preços, prazos, encargos financeiros e demais condições compatíveis com as de mercado. Tais operações incluem, entre outros, compras de produtos e serviços, contratos de financiamentos e concessão de garantias.

Compra e Venda de Produtos e Serviços

A Carbonox fornece peças microfundidas para a Valmicro e para a Metalúrgica Nova Americana. No primeiro semestre de 2.006, essa operação representou o montante de R\$7,1 milhões.

A Valmicro fornece válvulas para a Metalúrgica Nova Americana e a Metalúrgica Nova Americana para a Valmicro, sempre que necessário. No primeiro semestre de 2.006, essas compras e vendas representaram aproximadamente R\$4,0 milhões.

Além disso, a Valmicro também vendia produtos para a Lupatech North America. Essas vendas representaram aproximadamente R\$0,1 milhão no primeiro semestre de 2.006.

A compra e venda de produtos entre nós e nossas subsidiárias são eliminadas nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Contrato de Mútuo

Celebramos contratos de mútuo com a Lupatech Investments, no montante de US\$234 mil. Em 30 de junho de 2.006, o saldo em aberto desses empréstimos era de aproximadamente R\$0,6 milhão.

Em 30 de junho de 2.006, possuíamos contratos de mútuo com a Valmicro e com a Metalúrgica Nova Americana, cujo saldo em aberto era de aproximadamente R\$1,9 milhão. Esses mútuos foram integralmente pagos e encerrados em 04 e 09 de agosto de 2.006, respectivamente.

Garantias

A Companhia prestou fiança no contrato de locação da planta industrial da Metalúrgica Nova Americana. O valor mensal do aluguel, devidamente atualizado, é de R\$17,6 mil. Ver “Nossas Atividades – Imóveis – Imóveis Locados”.

Nossos acionistas Lupapar e o Sr. Nestor Perini são avalistas de diversos contratos de financiamento que celebramos, principalmente, para aquisição de máquinas e equipamentos, os quais, em 30 de junho de 2.006, tinham o saldo devedor de aproximadamente R\$9,8 milhões.

BNDES

Celebramos contratos financeiros com o BNDES, controlador da nossa acionista BNDESPAR. Ver “Nossas Atividades - Contratos Relevantes – Contratos Financeiros”.

DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Geral

Somos uma sociedade por ações, constituída de acordo com as leis do Brasil. Em 13 de março de 2.006, requeremos nosso registro de companhia aberta junto à CVM, o qual foi concedido em 08 de maio de 2.006.

Em 24 de abril de 2.006, celebramos o Contrato de Participação no Novo Mercado com a BOVESPA. Desde 15 de maio de 2.006, nossas ações são negociadas na BOVESPA sob o código LUPA3. Nossas Ações estão incluídas no IGC - Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada e no ITAG - Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado, índices da BOVESPA que têm por objetivo medir o desempenho de uma carteira teórica composta por ações de empresas com essas características.

Capital Social

Em 30 de junho de 2.006, o nosso capital social era de R\$227.618.652,00, dividido em 45.625.310 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. De acordo com o nosso Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, nosso capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, em mais 127.000.000 de ações ordinárias. Os nossos acionistas deverão aprovar em Assembléia Geral qualquer aumento de capital que exceda o limite do capital autorizado acima mencionado.

De acordo com as regras do Novo Mercado, o nosso capital continuará a ser representado exclusivamente por ações ordinárias.

Histórico do Capital Social

Em março de 2.001, o nosso capital social era de R\$15.400.000,00, dividido em 110.032.013 ações, sendo 55.333.333 ações ordinárias e 54.698.680 ações preferenciais.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2.001, nossos acionistas aprovaram:

- a conversão de 23.671.841 ações preferenciais, detidas pela Lupapar, em ações ordinárias;
- o aumento do nosso capital social em R\$112.629,00 mediante a capitalização de reservas de incentivo fiscal; e
- o aumento do nosso capital social em R\$1.487.371,00 com a emissão de 12.225.779 ações ordinárias, subscritas por Armando Picerni e integralizadas com ações da Metalúrgica Nova Americana.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 15 de abril de 2.003, nossos acionistas aprovaram:

- o aumento do capital social em R\$1.762.156,89 sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização da reserva legal e dos lucros acumulados; e
- o aumento do capital social em R\$3.237.843,11, com a emissão de 9.247.000 ações preferenciais classe B, integralizadas pela BNDESPAR, com a conversão de 9.247 debêntures.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 11 de setembro de 2.003, nossos acionistas aprovaram:

- criação das ações preferenciais de classes C, D e E;
- conversão de 3.298.418 ações ordinárias e 29.423.946 ações preferenciais classe A da GP Tecnologia em 32.722.364 ações preferenciais da classe C, sem valor nominal e 742.477 ações preferenciais classe A da Lupapar e de Nestor Perini em número igual de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;
- o aumento do limite de capital autorizado para 45.000.000 de ações ordinárias, 36.000.000 de ações preferenciais classe A, 11.000.000 de ações preferenciais classe B, 16.000.000 de ações preferenciais classe C, 9.000.000 de ações preferenciais classe D e 21.000.000 de ações preferenciais classe E, todas sem valor nominal;
- o aumento do capital social em R\$4.419.980,48, mediante a emissão de 12.328.000 ações preferenciais nominativas classe B, subscritas e integralizadas pela BNDESPAR, pela conversão de 12.328 debêntures;
- o aumento do capital social em R\$10.000.044,39, mediante a emissão de 17.979.224 ações preferenciais nominativas classe D, subscritas e integralizadas pela GP Tecnologia; e
- o aumento do capital social em R\$3.030.941,26, mediante a emissão de 5.449.373 ações ordinárias sem valor nominal, sendo 549.297 subscritas por Armando Picerni e 4.900.076 por Nestor Perini.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 21 de setembro de 2.005, nossos acionistas aprovaram o aumento do capital social de R\$39.450.966,00 para R\$50.500.000,00, com a incorporação de reservas no montante de R\$11.049.033,87.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de janeiro de 2.006, foi aprovado o aumento do capital social em R\$7.910.858,45, mediante a emissão de 14.383.379 ações, integralmente subscritas e integralizadas pela BNDESPAR, pela conversão de 14.383.379 debêntures.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 01 de março de 2.006, nossos acionistas aprovaram:

- o aumento do capital social em mais de R\$9.891.007,21, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização da reserva legal e da reserva de lucros;
- o aumento do capital social em R\$4.268.134,34, com a emissão de 11.243.455 ações, sem valor nominal, integralizadas pelos acionistas mediante o aproveitamento de créditos em conta corrente (capitalização de juros sobre o capital próprio).

Em 29 de março de 2.006, realizamos uma Assembléia Geral Extraordinária que, dentre outras matérias, aprovou: (i) a conversão da totalidade das nossas ações preferenciais em ações ordinárias; e (ii) a alteração do nosso Estatuto Social de forma a adaptá-lo ao Regulamento do Novo Mercado.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de maio de 2.006, e retificada em 12 de maio de 2.006, foi aprovado, com o fim de realizar a nossa primeira distribuição pública primária de ações, o aumento do capital social em R\$155.048.652,00, mediante a emissão de 7.047.666 ações ordinárias.

Ações em Tesouraria

Nós não temos ações em tesouraria.

Objeto Social

Nosso objeto social, definido no artigo 4º do nosso Estatuto Social, consiste em:

- industrialização de peças, partes, sistemas, moldes, obtidos através de processos de fundição, injeção sinterização, metalurgia e outros; válvulas, atuadores, sistemas de automação, equipamentos e componentes para uso industrial e de petróleo e gás e atividades de fundição;
- comercialização, quer no País ou exterior, desses mesmos produtos, seja de fabricação própria ou de terceiros;
- importação e a exportação de matérias-primas, partes, peças e componentes, bem como máquinas, aparelhos e equipamentos industriais aplicáveis na industrialização dos produtos referidos no primeiro item;
- prestação de serviços de assistência técnica de seus produtos;
- participação em outras sociedades, qualquer que seja a sua forma, como sócia ou acionista; e
- representação comercial.

Direitos das Ações

Cada Ação confere ao respectivo titular direito a um voto nas nossas Assembléias Gerais Ordinárias e Assembléias Gerais Extraordinárias. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, o nosso capital social deve ser representado exclusivamente por ações ordinárias. No caso da nossa liquidação, é conferido aos titulares das Ações direito ao recebimento do capital, na proporção das Ações por eles detidas, após o cumprimento de todas as obrigações sociais. Exceto em situações específicas, previstas na Lei das Sociedades por Ações e em “- *Direito de Preferência*” abaixo, os titulares das Ações têm o direito de participar dos aumentos do nosso capital social, na proporção das Ações por eles detidas.

Opções

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2.006, aprovamos um plano de opção de compra de ações, pelo qual o nosso Conselho de Administração poderá outorgar opções de compra de nossas ações a nossos administradores, empregados de alto nível e a alguns consultores externos. Para maiores informações ver seção “Administração – Plano de Opção de Compra de Ações”.

Proteção da Dispersão da Base Acionária

Nosso Estatuto Social contém disposições que têm o efeito de dificultar a concentração de nossas ações nas mãos de um grupo pequeno de investidores, de modo a promover uma base acionária mais dispersa, impondo àquele que adquirir ou se tornar titular de Ações, em quantidade igual ou superior a 20,0% do total das ações de nossa emissão (“Acionista Adquirente”), excluídas para os fins deste cômputo as ações em tesouraria, no prazo de 60 dias, a partir da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações nessa quantidade, a realização ou solicitação do registro de uma oferta pública para aquisição da totalidade das Ações de nossa emissão (“OPA”), observado o disposto na regulamentação aplicável, editada pela CVM, nos regulamentos da BOVESPA e no nosso Estatuto Social.

O preço a ser ofertado pelas Ações na OPA não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) o valor econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) 120,0% do preço de emissão das Ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 24 meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA, devidamente atualizado pelo IPCA até o momento do pagamento; e (iii) 120,0% da cotação unitária média das

Ações de nossa emissão durante o período de 90 dias anterior à realização da OPA na bolsa de valores em que houver volume de negociações das ações de nossa emissão.

Caso o acionista adquirente não cumpra as obrigações previstas no nosso Estatuto Social, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos para a realização ou solicitação do registro da OPA ou para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o nosso Conselho de Administração convocará Assembléia Geral Extraordinária, na qual tal acionista não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do acionista adquirente, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações.

Assembléias Gerais

Nas assembléias gerais regularmente convocadas e instaladas, nossos acionistas estão autorizados a decidir sobre todos os negócios relativos ao nosso objeto e a tomar todas as deliberações que julgarem convenientes aos nossos interesses. Compete exclusivamente aos nossos acionistas aprovar, em Assembléia Geral Ordinária, as nossas demonstrações financeiras, e deliberar sobre a destinação do nosso lucro líquido e o pagamento de dividendos relativos ao exercício social imediatamente anterior. Nossos conselheiros são, em regra, eleitos em Assembléias Gerais Ordinárias, ainda que de acordo com a Lei das Sociedades por Ações eles possam ser eleitos em Assembléia Geral Extraordinária. Os membros do Conselho Fiscal, na hipótese em que a sua instalação tenha sido solicitada por número suficiente de acionistas, podem ser eleitos em qualquer assembléia geral.

A Assembléia Geral Extraordinária pode ser realizada ao mesmo tempo que a Assembléia Geral Ordinária. Compete aos nossos acionistas decidir em assembléia geral, exclusivamente, sobre as matérias abaixo, sem prejuízo de outras matérias de sua competência:

- reforma do nosso Estatuto Social;
- eleição e destituição dos membros do nosso Conselho de Administração;
- fixação dos honorários globais dos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, assim como da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado;
- atribuição de bonificações em ações;
- desdobramentos de ações de nossa emissão;
- aprovação de planos de opção de compra de ações;
- tomada das contas dos administradores e deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- destinação do lucro líquido do exercício e pagamento de dividendos, de acordo com proposta apresentada pela nossa administração;
- saída do Novo Mercado;
- escolha de sociedade especializada responsável pela determinação do valor econômico da nossa Companhia para fins das ofertas públicas previstas no nosso Estatuto Social, dentre as sociedades indicadas pelo nosso Conselho de Administração;
- emissão de debêntures conversíveis e/ou com garantia real de nossa emissão;
- suspensão do exercício dos direitos de acionista que deixou de cumprir obrigação prevista em lei ou em nosso Estatuto Social;
- avaliação de bens através dos quais um acionista pretende subscrever ações do nosso capital social;
- nossa transformação em uma sociedade limitada ou qualquer outra forma prevista na legislação societária;
- nossa fusão, incorporação em outra sociedade ou cisão;

- nossa dissolução e liquidação, bem como eleição e destituição do liquidante e aprovação das contas por ele apresentadas; e
- autorização para que nossos administradores confessem nossa falência ou requeiram nossa recuperação judicial ou extrajudicial.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o nosso Estatuto Social e as deliberações aprovadas em assembléia geral não podem privar os nossos acionistas dos seguintes direitos:

- direito de votar nas assembléias gerais;
- direito de participar na distribuição dos lucros;
- direito de participar, na proporção da sua participação no nosso capital social, na distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese da nossa liquidação;
- direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações descritas em “- Direito de Preferência”; e
- direito de retirar-se da nossa Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações, conforme descrito em “Direito de Retirada e Resgate”.

Quorum

Como regra geral, a Lei das Sociedades por Ações prevê que a assembléia geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que detenham, pelo menos, 25,0% de nossas Ações e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas. Caso os acionistas tenham sido convocados para deliberar sobre a reforma do nosso Estatuto Social, o *quorum* de instalação em primeira convocação será de pelo menos dois terços de nossas Ações e, em segunda convocação, de qualquer número de acionistas.

De modo geral, a aprovação de acionistas que comparecerem pessoalmente ou por meio de procurador a uma assembléia geral, e que representem no mínimo a maioria das ações ordinárias, é necessária para a aprovação de qualquer matéria, sendo que as abstenções não são levadas em conta para efeito deste cálculo.

A aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações é necessária para a aprovação das seguintes matérias:

- redução do dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído aos nossos acionistas;
- mudança do nosso objeto social;
- nossa fusão ou incorporação em outra sociedade;
- nossa cisão;
- nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido da Lei das Sociedades por Ações);
- cessação do nosso estado de liquidação;
- nossa dissolução;
- incorporação de todas as nossas ações por outra sociedade brasileira, de modo a nos tornarmos uma subsidiária integral da mesma; e
- saída do Novo Mercado.

Enquanto nossas Ações estiverem listadas no Novo Mercado, o capital social deve ser representado exclusivamente por ações ordinárias e, para sair do Novo Mercado ou cancelar o registro de companhia aberta e passar a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, o nosso acionista controlador deverá realizar uma oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas. Veja “- Saída do Novo Mercado”.

Convocação

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as nossas assembleias são convocadas mediante três publicações no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, veículo oficial do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, bem como no jornal Valor Econômico. A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 dias antes da data da realização da assembleia geral, e a segunda convocação deve ser feita com oito dias de antecedência. A CVM poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e ouvida a nossa Companhia, em determinadas circunstâncias, prorrogar a data da assembleia geral para que seja feita em até 30 dias antes da data de convocação.

Local da Realização de Assembleia Geral

Nossas assembleias gerais são realizadas em nossa sede, na Cidade de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. A Lei das Sociedades por Ações permite que nossas assembleias gerais sejam realizadas fora de nossa sede, nas hipóteses de força maior, desde que elas sejam realizadas na Cidade de Caxias do Sul e a respectiva convocação contenha uma indicação expressa e inequívoca do local em que a assembleia geral deverá ocorrer.

Competência para Convocar Assembleias Gerais

Compete, ordinariamente, ao nosso Conselho de Administração convocar as assembleias gerais, ainda que as mesmas possam ser convocadas pelas seguintes pessoas ou órgãos:

- qualquer acionista, quando nossos administradores retardarem a convocação por mais de 60 dias da data em que deveriam tê-la realizado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- acionistas que representem 5,0%, no mínimo, do nosso capital social, caso nossos administradores deixem de convocar, no prazo de oito dias, uma assembleia solicitada por tais acionistas, através de pedido que apresente as matérias a serem tratadas e esteja devidamente fundamentado;
- acionistas que representem 5,0%, no mínimo, do nosso capital social quando nossos administradores não atenderem, no prazo de oito dias, um pedido de convocação de assembleia que tenha como finalidade a instalação do Conselho Fiscal; e
- Conselho Fiscal, quando instalado, caso os órgãos da administração retardarem a convocação da Assembleia Geral Ordinária por mais de um mês da data prevista para a sua realização; o Conselho Fiscal, quando instalado, poderá, ainda, convocar Assembleia Geral Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes a serem tratados.

Legitimação e Representação

Os acionistas presentes à assembleia geral deverão provar a sua qualidade de acionista e sua titularidade das ações com relação às quais pretendem exercer o direito de voto.

Nossos acionistas podem ser representados na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja nosso acionista, nosso administrador ou advogado, ou ainda por uma instituição financeira. Fundos de investimento devem ser representados pelo seu administrador.

Conselho de Administração

Eleição

De acordo com o nosso Estatuto Social, nosso Conselho de Administração deve ser composto de 7 membros, dos quais, no mínimo 20,0% deverão ser conselheiros independentes de acordo com as regras do Novo Mercado, e até igual número de suplentes. A Lei das Sociedades por Ações permite a adoção do processo de voto múltiplo, mediante requerimento por acionistas representando, no mínimo, 10,0% do nosso capital votante.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada conselheiro deve ser titular de, pelo menos, uma ação de nossa emissão. Nossos conselheiros não estão sujeitos a aposentadoria obrigatória por idade.

Operações nas Quais os Conselheiros tenham Interesse

A Lei das Sociedades por Ações proíbe o membro do Conselho de Administração de:

- realizar qualquer ato de liberdade às custas da companhia, bem como tomar por empréstimo recursos ou bens da companhia ou usar, em proveito próprio, de sociedade em que tenha interesse ou de terceiros, os seus bens, serviços ou crédito, sem prévia autorização da assembléia geral ou do Conselho de Administração;
- receber, em razão do exercício de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização estatutária ou concedida através de assembléia geral; e
- intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais administradores da companhia.

Direito de Retirada e Resgate

Direito de Retirada

Qualquer um de nossos acionistas dissidente de certas deliberações tomadas em assembléia geral poderá retirar-se da nossa Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias:

- nossa cisão (em situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo);
- redução do dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído aos nossos acionistas;
- mudança do nosso objeto social;
- nossa fusão ou incorporação em outra sociedade (em situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo);
- nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações, e em situações específicas, conforme descritas abaixo);
- nossa transformação societária;
- incorporação de todas as nossas ações por outra sociedade brasileira, de modo a nos tornar uma subsidiária integral da mesma; e
- aquisição do controle de outra sociedade por um preço que exceda determinados limites previstos em lei.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece que a nossa cisão somente ensejará direito de retirada nos casos em que ela ocasionar:

- a mudança do nosso objeto, salvo quando o patrimônio cindido for vertido para sociedade cuja atividade preponderante coincida com a decorrente do nosso objeto social;

- a redução do dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído aos nossos acionistas; ou
- a nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações).

Caso ocorra a nossa fusão ou incorporação em outra companhia ou nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações), nossos acionistas não terão direito de retirada caso as Ações tenham as seguintes características:

- liquidez, ou seja, integrem o índice geral da BOVESPA ou o índice de qualquer outra bolsa, conforme definido pela CVM; e
- dispersão no mercado, de forma que o nosso acionista controlador, a sociedade controladora ou outras sociedades sob seu controle detenham menos da metade das nossas ações.

O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da assembléia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso. Adicionalmente, os acionistas em assembléia têm o direito de reconsiderar (por maioria dos presentes) qualquer deliberação que tenha ensejado direito de retirada após convocação da assembléia geral no prazo de até dez dias subsequentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entenderem que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco nossa estabilidade financeira.

No caso de exercício do direito de retirada, os nossos acionistas terão o direito de receber o valor patrimonial de suas ações, com base no nosso último balanço aprovado pela assembléia geral. Se, todavia, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias depois da data do último balanço aprovado, o acionista poderá solicitar, juntamente com o reembolso, o levantamento de balanço especial em data que atenda tal prazo, para avaliação do valor patrimonial de suas ações.

Neste caso, devemos pagar imediatamente 80,0% do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado por nossos acionistas, e o saldo no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da assembléia geral.

Resgate

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nossas ações podem ser resgatadas mediante determinação dos nossos acionistas em Assembléia Geral Extraordinária. O resgate deve ser feito por sorteio.

Registro de Nossas Ações

Nossas Ações são mantidas sob a forma escritural no Banco Bradesco S.A.. A transferência de nossas ações é realizada por meio de um lançamento pelo Banco Bradesco S.A. em seus sistemas de registro a débito da conta das ações do alienante e a crédito da conta das ações do adquirente, mediante ordem por escrito do alienante ou mediante ordem ou autorização judicial.

Direito de Preferência

Exceto conforme descrito no parágrafo abaixo, nossos acionistas possuem direito de preferência na subscrição de Ações em qualquer aumento de capital, na proporção de sua participação acionária, à época do referido aumento de capital. Nossos acionistas também possuem direitos de preferência na subscrição de debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição. Concede-se prazo não

inferior a 30 dias contados da publicação do aviso aos acionistas referente ao aumento de capital, para o exercício do direito de preferência, sendo que este direito pode ser alienado pelo acionista.

Contudo, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o nosso Estatuto Social, o nosso Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo do exercício do direito de preferência dos nossos acionistas, nos aumentos de capital mediante emissões de ações, emissão de debêntures conversíveis em ações e emissão de bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado e, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle.

Negociação de Valores Mobiliários de Nossa Emissão pelos nossos Acionistas, Conselheiros e Diretores e pela nossa Companhia

Estamos sujeitos às regras estabelecidas na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 (“Instrução CVM 358”), quanto à negociação de valores mobiliários de nossa emissão. Sendo assim, a nossa Companhia, nossos acionistas, diretos ou indiretos, membros do nosso Conselho de Administração, nossos diretores e membros do nosso Conselho Fiscal, quando instalado, membros dos nossos comitês e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária (considerados “*insiders*” para efeito da Lei do Mercado de Valores Mobiliários) são vedados de negociar valores mobiliários de nossa emissão, incluindo operações com derivativos que envolvam valores mobiliários de emissão da nossa Companhia, nas seguintes condições:

- antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos nossos negócios;
- que se afastarem de cargos na nossa administração anteriormente à divulgação de informações relevantes relativas à nossa Companhia, originadas durante o seu período de gestão, estendendo-se a proibição de negociação (i) por um período de seis meses a contar da data em que tais pessoas se afastaram de seus cargos, ou (ii) até a divulgação do fato relevante ao mercado, salvo se a negociação puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo da nossa Companhia ou dos nossos acionistas;
- sempre que estiver em curso processo de aquisição ou venda de ações de nossa emissão pela nossa Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover a nossa incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária;
- durante o período de 15 dias anteriores à divulgação de nossas informações trimestrais (ITR) e anuais (IAN e DFP) exigidas pela CVM; e
- relativamente aos nossos acionistas controladores, membros do nosso Conselho de Administração e diretores, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de nossa emissão pela própria Companhia, ou por qualquer uma das nossas controladas, coligadas ou outra companhia sob controle comum ao da nossa Companhia.

Além do disposto acima, nós, nossos administradores e os Acionistas Vendedores celebramos Acordo de Não Disposição, por meio do qual estes se obrigaram a não alienar as ações de emissão de sua titularidade e derivativos lastreados em tais ações por período de 180 dias contados da publicação do Anúncio de Início.

Adicionalmente, de acordo com as regras do Novo Mercado, nossos administradores e nosso Acionista Controlador não poderão vender ou ofertar à venda ações de nossa emissão de sua titularidade, ou derivativos lastreados em tais ações, nos primeiros seis meses após o início da negociação das Ações no Novo Mercado. Após este período de seis meses, nossos administradores e nosso Acionista Controlador não poderão, por seis meses adicionais, vender ou ofertar mais do que 40,0% de ações ou derivativos lastreados em ações de nossa emissão de sua titularidade.

Operações de Compra de Ações de Nossa Própria Emissão

Nosso Estatuto Social autoriza o nosso Conselho de Administração a aprovar a compra, pela nossa Companhia, de ações de nossa própria emissão. A decisão de comprar ações de nossa própria emissão para manutenção em tesouraria para posterior alienação ou para cancelamento não pode, dentre outras coisas:

- resultar na redução do nosso capital social;
- requerer a utilização de recursos superiores ao saldo de lucros ou reservas disponíveis, exceto a reserva legal (conforme definidos na regulamentação aplicável), constantes do último balanço;
- criar por ação ou omissão, direta ou indiretamente, condições artificiais de demanda, oferta ou preço das ações ou envolver práticas não equitativas;
- ter por objeto ações não integralizadas ou pertencentes ao nosso acionista controlador; ou
- ocorrer enquanto estiver em curso oferta pública de aquisição das nossas ações.

Não podemos manter em tesouraria mais do que 10,0% da totalidade das ações de nossa emissão, excluídas as ações de titularidade do nosso acionista controlador, incluindo as ações detidas por nossas subsidiárias e coligadas.

Qualquer compra de ações de nossa emissão pela Companhia deve ser realizada em bolsa, não podendo tal compra ser feita por meio de operações privadas ou por preço igual ou inferior ao valor de mercado, exceto se previamente aprovada pela CVM. Podemos também comprar ações de nossa emissão na hipótese de deixarmos de ser uma companhia aberta. Adicionalmente, podemos comprar ou emitir opções de compra ou de venda das ações de nossa emissão.

Divulgação de informações

Como seremos uma companhia aberta, devemos atender às exigências relativas à divulgação, previstas na Lei das Sociedades por Ações e nos normativos expedidos pela CVM. Ainda, em função da listagem das nossas ações no Novo Mercado, devemos seguir, também, as exigências relativas à divulgação contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas

A Lei do Mercado de Valores Mobiliários e a Instrução CVM 358 estabelecem que uma companhia aberta deve fornecer à CVM e à BOVESPA determinadas informações periódicas, que incluem as informações anuais, as informações trimestrais e os relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes. Esses normativos prevêem também a obrigação de arquivarmos na CVM acordos de acionistas e avisos de convocação de assembleias gerais, bem como as atas dessas assembleias.

Além dos requisitos de divulgação da legislação societária e da CVM, devemos observar também os seguintes requisitos de divulgação previstos no Regulamento do Novo Mercado:

- no máximo seis meses após a obtenção de autorização para negociar no Novo Mercado, devemos apresentar demonstrações financeiras consolidadas após o término de cada trimestre (excetuado o último) e de cada exercício social, incluindo a demonstração de fluxo de caixa que deverá indicar, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregados em fluxos operacionais, financiamentos e investimentos;
- a partir da divulgação das demonstrações financeiras referentes ao segundo exercício após a obtenção de autorização para negociar nossos valores mobiliários no Novo Mercado devemos, no máximo, quatro meses após o encerramento do exercício social (i) divulgar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais *U.S. GAAP* ou *IFRS*, em reais ou dólares, que deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês, acompanhadas (a) do relatório da administração, (b) das notas explicativas que informem, inclusive, o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício, segundo as Práticas Contábeis Brasileiras e a proposta da destinação do resultado, e (c) do parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, em idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e as notas explicativas, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, acompanhadas (a) de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo as Práticas Contábeis Brasileiras e segundo os padrões internacionais *U.S. GAAP* ou *IFRS*, conforme o caso, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e (b) do parecer dos auditores independentes; e
- no máximo 15 dias após o prazo estabelecido pela legislação para divulgação das informações trimestrais, devemos (i) apresentar, na íntegra, as informações trimestrais traduzidas para o idioma inglês; ou (ii) apresentar as demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais *US GAAP* ou *IFRS*, acompanhadas de relatório dos auditores independentes.

Segundo o Regulamento do Novo Mercado, a Companhia deve enviar à BOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre a Companhia, seus controladores, administradores, acionista controlador, e sociedades controladas e coligadas dos administradores e do acionista controlador, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R\$0,2 milhões, ou valor igual ou superior a 1,0% sobre o patrimônio líquido da Companhia, considerando o maior.

Divulgação de Informações Trimestrais

Em suas informações trimestrais, além das informações exigidas pela legislação aplicável, uma companhia listada no Novo Mercado, como nós, deverá: (i) apresentar o balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado, e comentário de desempenho consolidado, caso a companhia esteja obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao fim do exercício social; (ii) informar a posição acionária de todo aquele que detiver mais do que 5,0% do capital social da companhia, de forma direta ou indireta, até o nível da pessoa física; (iii) informar de forma consolidada a quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, o acionista controlador, os administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado; (iv) informar a evolução da participação do acionista controlador, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos 12 meses imediatamente anteriores; (v) incluir em notas explicativas a demonstração de fluxo de caixa; (vi) informar a quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas; e (vii) informar a existência e a vinculação à cláusula compromissória de arbitragem.

As informações previstas nos itens (ii), (iii), (iv), (vi) e (vii) acima deverão também ser incluídas na seção “*Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes*” das Informações Trimestrais - ITR, bem como as informações previstas nos itens (iii), (iv) e (vii) acima deverão ser incluídas nas Informações Anuais - IAN da Companhia, na seção “*Outras Informações Consideradas Importantes para o Melhor Entendimento da Companhia*”.

Divulgação de Negociação por Acionista Controlador, Membro do Conselho de Administração, Diretor ou Membro do Conselho Fiscal

De acordo com as regras do Novo Mercado e com a Instrução CVM 358, nossos acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, ou de qualquer outro órgão técnico ou consultivo devem informar a nós, à CVM e à BOVESPA o número, tipo e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da Companhia, das sociedades controladas por nós e das sociedades que detêm nosso controle, que são detidos por eles ou por pessoas próximas a eles, bem como quaisquer alterações nas suas respectivas participações. As informações relativas à negociação de tais valores mobiliários (como, por exemplo, quantidade e característica dos valores mobiliários, preço e data da operação) devem ser fornecidas a nós dentro do prazo de dez dias a contar do final do mês em que tais movimentações ocorreram.

De acordo com a Instrução CVM 358, sempre que restar elevada ou reduzida em pelo menos 5,0% do nosso capital social a participação dos nossos acionistas, direta ou indiretamente, ou de acionistas que elegem membros do nosso Conselho de Administração, tais acionistas ou grupo de acionistas deverão comunicar à BOVESPA e à CVM as seguintes informações: (i) nome e qualificação do adquirente das ações; (ii) objetivo da participação e quantidade visada; (iii) número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, debêntures conversíveis em ações já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou por pessoa a ele ligada; e (iv) indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da companhia.

Divulgação de Ato ou Fato Relevante

A Instrução CVM 358 dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante relativo às companhias abertas, regulando o seguinte: (i) estabelece o conceito de fato relevante, estando incluído nesta definição qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de assembléia geral ou dos órgãos da administração de companhia aberta, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, comercial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia, que possa influir de modo ponderável na (a) cotação dos valores mobiliários; (b) decisão de investidores em comprar, vender ou manter tais valores mobiliários; e (c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerente à condição de titulares de valores mobiliários emitidos pela companhia; (ii) dá exemplos de ato ou fato potencialmente relevante que incluem, entre outros, a assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ingresso ou saída de sócio que mantenha com a companhia contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa, incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou sociedades ligadas; (iii) obriga o Diretor de Relações com Investidores, os acionistas controladores, administradores, membros do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas a comunicar qualquer fato relevante à CVM; (iv) requer a divulgação simultânea de fato relevante em todos os mercados onde a companhia tenha as suas ações listadas para negociação; (v) obriga o adquirente do controle acionário de companhia aberta a divulgar fato relevante, incluindo a sua intenção de cancelar o registro de companhia aberta no prazo de um ano da aquisição; (vi) estabelece regras relativas à

divulgação de aquisição ou alienação de participação relevante em companhia aberta; e (vii) restringe o uso de informação privilegiada.

Nos termos da Instrução CVM 358, em circunstâncias excepcionais, podemos submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando nossos acionistas controladores ou administradores entenderem que a divulgação colocaria em risco interesse legítimo da nossa Companhia.

Cancelamento do Registro de Companhia Aberta

O cancelamento do registro de companhia aberta só pode ocorrer caso o acionista controlador ou grupo de acionistas que detiver o Poder de Controle da Companhia ou a própria companhia realize uma oferta pública de aquisição de todas as ações de sua emissão em circulação, sendo observados os seguintes requisitos: (i) que o preço ofertado seja justo, na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM 361; e (ii) que os acionistas titulares de mais de dois terços das ações (que não pertençam ao controlador, a pessoas vinculadas ou estejam em tesouraria) e que tenham se manifestado sobre o cancelamento, tenham concordado expressamente com o cancelamento do registro ou aceitado a oferta pública.

A Lei das Sociedades por Ações define preço justo como sendo aquele apurado com base nos critérios, adotados de forma isolada ou combinada, de patrimônio líquido contábil, de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, de fluxo de caixa descontado, de comparação por múltiplos, de cotação das nossas ações no mercado ou com base em outro critério aceito pela CVM.

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado e o nosso Estatuto Social, o preço mínimo das ações na oferta pública de aquisição de ações a ser efetuada para o cancelamento do registro de companhia aberta deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente quanto ao poder de decisão da companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores, com experiência comprovada, que será escolhida pela assembléia geral a partir de lista tríplice apresentada pelo nosso Conselho de Administração.

É assegurada a revisão do valor da oferta, no caso de titulares de no mínimo 10,0% das ações em circulação no mercado requererem aos nossos administradores que convoquem assembléia especial dos acionistas para deliberar sobre a realização de nova avaliação, pelo mesmo ou por outro critério, para determinação do valor da nossa Companhia. Tal requerimento deverá ser apresentado no prazo de 15 dias, contados da divulgação do valor da oferta pública, devidamente fundamentado. Os acionistas que requisitarem a realização de nova avaliação, bem como aqueles que votarem a seu favor, deverão nos ressarcir pelos custos incorridos, caso o novo valor seja inferior ou igual ao valor inicial da oferta pública. Caso o valor apurado na segunda avaliação seja maior, a oferta pública deverá obrigatoriamente adotar esse valor maior, ou ser cancelada.

Adicionalmente, o nosso Estatuto Social prevê que, na hipótese de haver o exercício do poder de controle de forma difusa (conforme definido no Regulamento do Novo Mercado) e sempre que aprovado, em Assembléia Geral, o cancelamento de nosso registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição de nossas ações será lançada pela Companhia.

Juízo Arbitral

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado e com nosso Estatuto Social, nós, nossos acionistas, nossos administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, devemos resolver por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre

eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedade por Ações, no nosso Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Saída do Novo Mercado

Podemos, a qualquer momento, requerer o cancelamento da negociação das nossas Ações no Novo Mercado, desde que tal deliberação seja aprovada em assembléia geral por acionistas que representem a maioria das Ações, e desde que a BOVESPA seja informada por escrito, com, no mínimo, 30 dias de antecedência.

Quando ocorrer a nossa saída do Novo Mercado para que as Ações passem a ter registro de negociação fora do Novo Mercado, nosso acionista controlador deverá realizar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observadas as condições e prazos previstos na legislação e no Regulamento do Novo Mercado, contados da saída do Novo Mercado, pelo valor econômico apurado, mediante elaboração de laudo de avaliação por empresa ou instituição especializada e independente quanto ao poder de decisão da companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores, com experiência comprovada, que será escolhida pela assembléia geral a partir de lista tríplice apresentada pelo nosso Conselho de Administração.

Conforme definido no nosso estatuto social, Acionista Controlador significa o acionista ou o grupo de acionistas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum que exerça o poder de controle da Companhia.

Quando a nossa saída do Novo Mercado ocorrer em razão de cancelamento de registro de companhia aberta, o nosso acionista controlador deverá seguir os demais requisitos aplicáveis ao cancelamento de registro.

O cancelamento da listagem das Ações no Novo Mercado não implica o cancelamento da negociação das Ações na BOVESPA.

Na hipótese da nossa saída do Novo Mercado, em razão de reorganização societária, a qual a companhia resultante não seja admitida à negociação no Novo Mercado, o nosso acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos nossos demais acionistas no mínimo, pelo valor econômico das ações, observadas as condições e prazos previstos na legislação e no Regulamento do Novo Mercado.

Caso o nosso controle seja alienado nos 12 meses subseqüentes à nossa saída do Novo Mercado, o nosso acionista controlador alienante e o adquirente do controle deverão, conjunta e solidariamente, oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações, nas mesmas condições e pelo mesmo preço pago ao acionista controlador alienante na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado.

Se o preço obtido pelo acionista controlador alienante na alienação de suas próprias ações for superior ao valor da oferta pública de saída realizada de acordo com as demais disposições do regulamento de listagem do Novo Mercado, o acionista controlador alienante e o comprador ficarão conjunta e solidariamente obrigados a pagar a diferença do valor apurado aos aceitantes da respectiva oferta pública, nas mesmas condições que as estabelecidas no parágrafo acima.

Mediante o cancelamento da listagem das Ações no Novo Mercado, não poderemos solicitar a listagem das Ações no Novo Mercado no período de dois anos subseqüentes ao cancelamento, salvo se ocorrer uma mudança no nosso controle acionário após o cancelamento.

Além disso, nosso estatuto prevê que se for aprovada, em Assembléia Geral, a nossa saída do Novo Mercado, seja para negociação das ações de nossa emissão fora do Novo Mercado, seja em razão de reorganização societária da qual as ações da Companhia resultante de tal reorganização não sejam admitidas para negociação no Novo Mercado, porém não haja o cancelamento do nosso registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição de nossas ações deverá ser efetuada pelos acionistas que tenham votado a favor da respectiva deliberação em Assembléia Geral.

DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

Valores Disponíveis para Distribuição

Anteriormente à cada Assembléia Geral Ordinária, o nosso Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação sobre a destinação do lucro líquido do exercício social anterior, que será objeto de deliberação por nossos acionistas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido é definido como o resultado do exercício deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto sobre a renda, a provisão para contribuição social e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.

Em linha com a Lei das Sociedades por Ações, nosso Estatuto Social prevê que os valores disponíveis para distribuição de dividendos aos nossos acionistas deverão corresponder ao resultado que obtivermos em cada exercício social, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, mediante as seguintes alocações:

- dedução de prejuízos acumulados e da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido;
- pagamento de participações aos administradores e empregados, observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações;
- 5,0% para a nossa reserva legal, que não excederá 20,0% do capital social;
- reserva de contingências, quando caracterizadas as circunstâncias que as justifiquem até o limite máximo de 5,0% de lucro líquido do exercício; e
- retenção de lucros, conforme proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembléia Geral.

Nossos cálculos relativos ao lucro líquido e alocações para reservas referentes a qualquer exercício social, bem como aos valores disponíveis para distribuição, são determinados com base em nossas demonstrações financeiras não consolidadas preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Reservas

De acordo com a legislação brasileira, as companhias geralmente apresentam duas principais contas de reservas: as reservas de lucros e as reservas de capital.

Reservas de Lucros

As reservas de lucros compreendem a reserva legal, a reserva de lucros a realizar, a reserva para contingências, a reserva de retenção de lucros e a reserva estatutária.

Reserva legal. Estamos obrigados a manter reserva legal, à qual devemos destinar 5,0% do lucro líquido de cada exercício social até que o valor da reserva seja igual a 20,0% do nosso capital social. Não obstante, não somos obrigados a fazer qualquer destinação à reserva legal com relação a qualquer exercício social em que a reserva legal, quando acrescida à outras reservas de capital constituídas, exceder 30,0% do nosso capital social. Eventuais prejuízos líquidos poderão ser levados a débito da reserva legal. Os valores a serem alocados à reserva legal devem ser aprovados em assembléia geral e só podem ser utilizados para compensar prejuízos ou aumentar o nosso

capital social. Dessa forma, os recursos da Reserva Legal não são disponíveis para pagamento de dividendos. Em 30 de junho de 2.006, não haviam recursos alocados na nossa reserva legal.

Reserva de lucros a realizar. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, no exercício social em que o valor do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido, o excesso poderá ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder a soma dos seguintes valores (i) o resultado líquido positivo (se houver) da equivalência patrimonial; e (ii) o lucro, ganho ou rendimento em operações cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subseqüentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a sua realização. Em 30 de junho de 2.006, não havia reserva de lucros a realizar constituída.

Reserva para contingências. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, parte do lucro líquido poderá ser destinada à reserva para contingências com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado. Qualquer valor destinado à reserva para contingências deverá ser revertido no exercício social em que a perda que tenha sido antecipada não venha, de fato, a ocorrer, ou deverá ser baixado na hipótese de a perda antecipada efetivamente ocorrer. A alocação de recursos destinados à reserva para contingências está sujeita à aprovação dos acionistas em assembléia geral. Em 30 de junho de 2.006, não contabilizamos reserva para contingências no patrimônio líquido.

Reserva de retenção de lucros. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a Assembléia Geral poderá deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Em 30 de junho de 2.006, o saldo da nossa reserva de retenção de lucros era de R\$29 mil.

Reserva estatutária. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nosso Estatuto Social poderá criar reservas para onde poderemos alocar parte do nosso lucro líquido, devendo indicar a finalidade, critério de cálculo e limite máximo da reserva. A alocação dos recursos para reservas estatutárias não poderá ocorrer caso tal alocação afete o pagamento do dividendo mínimo obrigatório. O nosso Estatuto Social não prevê a constituição de reserva estatutária.

O saldo das contas de reservas de lucros, com exceção da reserva para contingências e reserva de lucros a realizar, não podem exceder o nosso capital social. Caso isso ocorra, a Assembléia Geral Ordinária deverá decidir se o excedente será utilizado no pagamento de capital subscrito e não integralizado, no aumento e subscrição de capital social ou no pagamento de dividendos.

Reservas de Capital. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as reservas de capital somente poderão ser utilizadas, entre outras coisas, para (i) absorção de prejuízos que excedam os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso, ou compra das nossas próprias ações; e (iii) incorporação ao nosso capital social. As parcelas eventualmente destinadas à nossa reserva de capital não são consideradas no cálculo do dividendo mínimo obrigatório. Em 30 de junho de 2.006, não contabilizamos reserva de capital.

Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A Lei das Sociedades por Ações determina que o estatuto social de uma sociedade anônima brasileira especifique um percentual mínimo do lucro disponível para pagamento aos acionistas, a título de dividendos, em cada exercício social, ainda que ele possa ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio, denominado dividendo mínimo obrigatório.

O dividendo mínimo obrigatório tem como base um percentual do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, ao invés de um valor monetário fixo por ações. De acordo com o nosso Estatuto Social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, devemos destinar, no mínimo, 25,0% do nosso lucro líquido ajustado, conforme explicado acima em “Valores Disponíveis para Distribuição”, ao pagamento de dividendos aos nossos acionistas.

De acordo com o nosso Estatuto Social, a Assembléia Geral Ordinária pode determinar o pagamento aos administradores, a título de participação nos lucros, (i) de até 10,0% do resultado do exercício, depois de deduzidos do resultado do exercício os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda e a provisão para a contribuição social, e de acordo com o critério determinado pelo nosso Conselho de Administração, ou (ii) do somatório da remuneração anual por eles percebida, dos dois o menor. O pagamento de participação nos lucros aos administradores da Companhia somente poderá ocorrer após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos nossos acionistas.

A Lei das Sociedades por Ações permite, entretanto, que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos, caso o Conselho de Administração informe à Assembléia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da companhia e os acionistas deliberem não distribuí-los. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deve dar parecer sobre a informação do Conselho de Administração. Nessa hipótese, a nossa Administração deverá encaminhar exposição justificativa para a suspensão à CVM. Os lucros não distribuídos em razão da suspensão na forma acima mencionada serão registrados como reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da companhia assim o permita. Segundo a Lei das Sociedades por Ações, a assembléia geral de uma Companhia de capital aberto, tal como nós, pode deliberar, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, pelo pagamento de dividendos em um montante inferior ao dividendo mínimo obrigatório, ou decidir reter o total do lucro líquido, exclusivamente para o pagamento de créditos representados por debêntures vencíveis e que não sejam conversíveis em ações.

O dividendo obrigatório pode ser pago também a título de juros sobre o capital próprio, tratado como despesa dedutível para fins de IRPJ e CSLL.

Dividendos

Somos obrigados pela Lei das Sociedades por Ações e por nosso Estatuto Social a realizar Assembléia Geral Ordinária até 30 de abril de cada exercício social, para deliberar dentre outras coisas, sobre o pagamento de dividendos, que toma por base as demonstrações financeiras auditadas não consolidadas, referentes ao exercício social imediatamente anterior.

Os titulares de ações na data em que o dividendo for declarado farão jus ao recebimento dos dividendos. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo anual deve ser pago no prazo de 60 dias a contar de sua declaração, a menos que a deliberação de acionistas estabeleça outra data de pagamento. Em qualquer hipótese, o pagamento de dividendos deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que tenham sido declarados.

Os acionistas têm prazo de três anos, contados da data de pagamento de dividendos, para reclamar dividendos, ou pagamentos de juros sobre o capital próprio, referentes às suas ações, após o qual o valor dos dividendos não reclamados reverterá em nosso favor.

De acordo com o nosso Estatuto Social, nosso Conselho de Administração pode declarar dividendos intermediários baseado em balanços semestrais ou períodos menores. O total de dividendos pagos semestralmente não pode exceder o montante das nossas reservas de capital. Os

dividendos intermediários podem ser abatidos do valor do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos.

Juros sobre o Capital Próprio

Desde 1º de janeiro de 1996, as sociedades brasileiras estão autorizadas a pagar juros sobre o capital próprio dos seus acionistas e considerar tais pagamentos dedutíveis do lucro para fins de cálculo do IRPJ e, a partir de 1997, também para fins de cálculo da CSLL. A dedução fica, de modo geral, limitada em relação a um determinado exercício, ao que for maior entre (i) 50,0% do nosso lucro líquido (após as deduções de provisões para a CSLL, mas antes de se considerar a provisão para o IRPJ e juros sobre o capital próprio) do período com relação ao qual o pagamento seja efetuado; e (ii) 50,0% de nossos lucros acumulados e reservas de lucros no início do exercício social em relação ao qual o pagamento seja efetuado. Os juros sobre o capital próprio ficam limitados à variação *pro rata die* da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). O valor pago a título de juros sobre o capital próprio, líquido de IRRF, poderá ser imputado como parte do valor do dividendo mínimo obrigatório. De acordo com a legislação aplicável, somos obrigados a pagar aos acionistas valor suficiente para assegurar que a quantia líquida recebida por eles a título de juros sobre o capital próprio, descontado o pagamento do IRRF, acrescida do valor dos dividendos declarados, seja equivalente ao menos ao montante do dividendo mínimo obrigatório.

Qualquer pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas, sejam eles residentes ou não no Brasil, está sujeito ao IRRF à alíquota de 15,0%, ou seja, sendo que esse percentual será de 25,0% caso o acionista que receba os juros seja residente em um paraíso fiscal (i.e., um País onde não exista imposto de renda ou que tenha imposto de renda com percentual máximo fixado abaixo de 20,0% ou onde a legislação local imponha restrições à divulgação da composição dos acionistas ou do proprietário do investimento).

Política de Dividendos

Nós pretendemos declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, em cada exercício social, no montante de aproximadamente 25,0% do nosso lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o nosso Estatuto Social.

A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembléia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares de nossas Ações e irá depender de diversos fatores. Dentre estes fatores estão nossos resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa, perspectivas futuras e outros fatores que nosso Conselho de Administração e acionistas julguem relevantes.

A tabela abaixo demonstra as datas e os valores pagos a título de distribuição de dividendos nos anos de 2.000 a 2.005.

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de					
	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005
	(Em milhões de R\$)					
Dividendos	0,1	0,5	0,8	0,9	4,2	7,7
JSCP	-	0,9	1,6	2,1	3,7	12,2
Qdte de ações em 31 de dezembro	110.032.013	122.257.792	122.257.792	167.261.389	167.261.389	181.644.768
R\$ por lote de mil ações	1,30	10,80	19,62	18,15	47,18	109,43

Ver “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Dividendos e JSCP”.

PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Essa seção contém informações sobre as práticas de governança corporativa que adotamos, e deve ser analisada conjuntamente com as seções “Descrição do Capital Social” e “Administração”.

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, Conselho de Administração, Diretoria, auditores independentes e Conselho Fiscal.

A BOVESPA possui três níveis diferentes de práticas de governança corporativa, Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado. Eles diferenciam-se pelo grau das exigências destas práticas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo o máximo de práticas de governança corporativa a serem adotadas pela sociedade.

O Novo Mercado, um segmento de listagem da BOVESPA destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometem, voluntariamente, com a adoção das práticas de governança corporativa e divulgação de informações adicionais em relação ao que é exigido pela legislação.

Em 24 de abril de 2.006, celebramos o Contrato de Participação no Novo Mercado com a BOVESPA, reforçando o nosso comprometimento com boas práticas de governança corporativa. Esse contrato entrou em vigor em 12 de maio de 2.006, data de publicação do anúncio de início. Os itens abaixo resumem os principais requisitos previstos no Regulamento do Novo Mercado e que são aplicáveis a nós:

- divisão do capital social exclusivamente em ações ordinárias;
- ações que representem no mínimo 25,0% do capital social devem estar em circulação;
- na alienação de controle, ainda que por vendas sucessivas, o negócio deve ficar condicionado a que sejam estendidas aos acionistas minoritários as mesmas condições oferecidas ao acionista controlador, incluindo o mesmo preço (*tag-along*), por meio de oferta pública de aquisição de ações;
- Conselho de Administração com no mínimo cinco membros, com mandato unificado de até dois anos, sendo, no mínimo, 20,0% de Conselheiros independentes;
- demonstração de fluxo de caixa (da Companhia e consolidado) nos ITRs e nas demonstrações contábeis anuais;
- a partir do segundo exercício após adesão ao Novo Mercado, a divulgação das demonstrações contábeis também em inglês no mínimo reconciliados aos padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS passa a ser obrigatória;
- o cronograma de eventos corporativos deve ser divulgado anualmente, até o final do mês de janeiro;
- a saída do Novo Mercado, bem como o cancelamento de registro como companhia aberta, ficam condicionados à realização de oferta pública de aquisição pelo controlador, das demais ações da Companhia, por valor no mínimo igual ao seu valor econômico; e

- resolução de disputas ou controvérsias entre a Companhia, seus administradores e acionistas por meio de arbitragem, utilizando a Câmara de Arbitragem do Mercado.

Nossas Ações estão incluídas no IGC – Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada e no ITAG – Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado, índices da BOVESPA que têm por objetivo medir o desempenho de uma carteira teórica composta por ações de empresas com essas características.

Conselho de Administração

O conselho de administração de companhias autorizadas a terem suas ações negociadas no Novo Mercado deve ser composto por no mínimo cinco membros, dos quais, no mínimo, 20,0% deverão ser conselheiros independentes, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato unificado de até dois anos, sendo permitida a reeleição. Todos os membros do conselho de administração e da diretoria devem subscrever um Termo de Anuência dos Administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento. Por meio do Termo de Anuência, os administradores responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e com o Regulamento do Novo Mercado.

De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração deve ser composto por sete membros e até igual número de suplentes, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer momento pelos nossos acionistas reunidos em Assembléia Geral. Ver seção “Descrição do Capital Social – Conselho de Administração”.

A Companhia possui dois membros independentes no Conselho de Administração, os quais não possuem nenhuma ligação com a Companhia além da sua participação no Conselho, conforme dispõe o Regulamento do Novo Mercado. São eles: Mauro Mettrau Carneiro da Cunha e Erino Tonon. Ver seção “Administração – Conselho de Administração”.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e da auditoria externa da Companhia. Do mesmo modo que o Conselho de Administração, os membros do Conselho Fiscal têm sua posse condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, e por meio dele responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e com o Regulamento do Novo Mercado.

O Conselho Fiscal da Companhia é de funcionamento não permanente, mas pode ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por parte de acionistas. Atualmente, a Companhia não possui um Conselho Fiscal instalado. Ver seção “Administração – Conselho Fiscal”.

Percentual Mínimo de Ações em Circulação após Aumento de Capital

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, na ocorrência de um aumento de capital que não tenha sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública, a subscrição total ou parcial de tal aumento de capital pelo acionista controlador obrigá-lo-á a tomar as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo de ações em circulação, de 25,0% das ações do capital social da Companhia dos seis meses subseqüentes à homologação da subscrição.

Alienação do Controle

Estipula o Regulamento do Novo Mercado que a alienação do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente obrigue-se a efetivar, observadas as condições e prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante, devendo ser entregue à BOVESPA declaração contendo o preço e demais condições da operação de alienação de controle da Companhia.

Esta oferta ainda será exigida quando (i) houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, em que venha resultar na alienação do controle da Companhia; e (ii) em caso de alienação de controle pelo acionista controlador ou por sociedade que detenha o poder de controle da Companhia, sendo que, neste caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentos que comprovem esse valor.

Na hipótese de alienação do nosso controle acionário, o adquirente do bloco de controle deverá efetuar oferta pública de aquisição para a compra de todas as ações ordinárias em circulação no mercado, a um preço não inferior a 100,0% do preço pago por ação do bloco de controle.

Aquisição de Controle por meio de Aquisições Sucessivas

Segundo o Novo Mercado, aquele que já detiver ações da Companhia e que venha a adquirir o seu controle acionário, em razão de contrato particular de compra e venda de ações celebrado com os acionistas controladores, envolvendo qualquer quantidade de ações, deverá realizar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, e ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos seis meses anteriores à data da alienação de controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa, por ações da Companhia neste período, devidamente atualizado.

Fica estipulado ainda que para ocorrer a transferência da propriedade das ações de controle, o comprador deve subscrever o Termo de Anuência dos Controladores, devendo o mesmo ser ainda encaminhado à BOVESPA. O comprador deve ainda, quando necessário, deverá tomar as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo de ações em circulação, consistente em 25,0% do total de ações do capital social, dentro dos seis meses subseqüentes à aquisição do Controle.

Negociações de Valores Mobiliários e seus Derivados por Administradores, Controladores e Membros do Conselho Fiscal

De acordo com as regras do Novo Mercado e com a Instrução CVM 358, nossos acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, ou de qualquer outro órgão técnico ou consultivo devem informar a nós, à CVM e à BOVESPA o número, tipo e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da Companhia, das sociedades controladas por nós e das sociedades que detêm nosso controle, que são detidos por eles ou por pessoas próximas a eles, bem como quaisquer alterações nas suas respectivas participações. As informações relativas à negociação de tais valores mobiliários (como, por exemplo, quantidade e característica dos valores mobiliários, preço e data da operação) devem ser fornecidas a nós dentro do prazo de dez dias a contar do final do mês em que tais movimentações ocorreram.

Cancelamento de Registro da Companhia

Conforme as regras do Novo Mercado e do nosso Estatuto Social, o cancelamento do registro de Companhia aberta exigirá a elaboração de laudo de avaliação de suas ações pelo valor econômico, o qual deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada e independente quanto ao poder de decisão da companhia, seus administradores, e/ou acionistas controladores, e satisfazer os requisitos da lei.

Esta empresa especializada será escolhida em Assembléia Geral, a partir de lista tríplice apresentada pelo conselho de administração, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes naquela assembléia, que se instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20,0% do total das ações em circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação, tendo seus custos suportados pelo acionista ofertante.

O valor econômico das ações, apontados no laudo de avaliação, será o preço mínimo a ser ofertado pelo acionista controlador na oferta pública de aquisição de ações para o cancelamento do registro de Companhia aberta. A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação não seja superior ao valor divulgado pelo ofertante. Se o valor econômico das ações for superior ao valor informado pelo ofertante, a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta ficará revogada. Exceto se o ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo valor econômico apurado, devendo o ofertante divulgar ao mercado a decisão que tiver adotado.

Caso o laudo de avaliação não esteja pronto até a Assembléia Geral Extraordinária, o acionista controlador informará nessa assembléia o valor por ação pelo qual formulará a oferta pública, ficando a oferta condicionada a que o valor informado não seja inferior ao apurado no laudo de avaliação.

No demais, o procedimento para o cancelamento do registro de Companhia aberta deve seguir os procedimentos e demais exigências estabelecidas pela legislação vigente e pelas normas editadas pela CVM. Ver seção “Descrição do Capital Social - Cancelamento de Registro de Companhia Aberta”.

Saída do Novo Mercado

É permitido à Companhia sair a qualquer tempo do Novo Mercado, desde que a saída seja aprovada em Assembléia Geral de Acionistas e comunicada à BOVESPA por escrito com antecedência de 30 dias. A ata de assembléia deve conter o motivo da saída do Novo Mercado, sendo que esta não implica a perda da condição de Companhia aberta registrada na BOVESPA. Ver seção “Descrição do Capital Social – Saída do Novo Mercado”.

Política de Divulgação de Informações ao Mercado

A Companhia possui ainda, conforme a Instrução nº 358 da CVM, uma Política de Divulgação de Informações do Mercado, que consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

Informação relevante consiste em qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de Assembléia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável (i) na cotação dos valores

mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários.

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral (através de anúncio publicado no jornal, etc.).

A Companhia prevê uma única hipótese de exceção à imediata divulgação de informação relevante. Referida informação só poderá deixar de ser divulgada se sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Todas as pessoas vinculadas (os acionistas controladores da Companhia, seus diretores, membros do Conselho de Administração, do conselho fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e funcionários da Companhia que tenham acesso freqüente a informações relevantes e outros que a Companhia considere necessário ou conveniente) deverão assinar Termo de Adesão à Política de Divulgação de Informações Relevantes, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas, sob pena de indenizar a Companhia e as demais pessoas vinculadas dos prejuízos que venham a ocorrer.

Arbitragem

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado e com nosso Estatuto Social, nós, nossos acionistas, nossos administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, devemos resolver por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedade por Ações, no nosso Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Informações Periódicas

Demonstrações de Fluxos de Caixa

Estipula o Regulamento do Novo Mercado que as demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações consolidadas a serem elaboradas ao término de cada trimestre e de cada exercício social, devem incluir as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos.

Segundo o Regulamento do Novo Mercado a Companhia deve apresentar as demonstrações de Fluxos de caixa após 6 meses da data de publicação do Anúncio de Início. Ver seção “Descrição do Capital Social – Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas”.

Demonstrações Financeiras Elaboradas de Acordo com Padrões Internacionais

Dispõe o Regulamento do Novo Mercado que após o encerramento de cada exercício social a Companhia deverá elaborar (i) demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS, as quais deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês. Devem ainda ser acompanhadas do relatório de administração, de notas

explicativas, que informem inclusive o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício segundo os princípios contábeis brasileiros e a proposta de destinação do resultado, e do parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, no idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e notas explicativas que demonstra a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões internacionais US GAAP ou IFRS, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis, e do parecer dos auditores independentes (registrados na CVM e com experiência comprovada no exame de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS. Ver seção “Descrição do Capital Social – Informações Trimestrais”.

De acordo com o Novo Mercado a adoção destes critérios deve ocorrer a partir da divulgação das demonstrações financeiras referentes ao segundo exercício após o Anúncio de Início.

Informações Trimestrais em Inglês ou elaborada de acordo com os Padrões Internacionais

Conforme esta regra, a Companhia deverá apresentar a íntegra das Informações Trimestrais traduzida para o idioma inglês ou, então, apresentar demonstrações financeiras e demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS. Ver seção “Descrição do Capital Social – Informações Trimestrais”

Esta apresentação de Informações, a qual deverá ser acompanhada de Parecer ou de Relatório de Revisão Limitada dos Auditores Independentes, deve ocorrer a partir da divulgação da primeira demonstração financeira elaborada de acordo com padrões internacionais.

Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais – ITR

O Regulamento do Novo Mercado estipula algumas informações complementares que deverão conter no ITR. São elas: (i) apresentar o balanço patrimonial consolidado, a Demonstração do Resultado Consolidado e o Comentário de desempenho consolidado, se estiver obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao final do exercício social; (ii) informar a posição acionária de todo aquele que detiver mais de 5,0% do capital social da Companhia, direta ou indiretamente, até o nível da pessoa física; (iii) informar de forma consolidada a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, os grupos de acionista controlador, administradores e membros do Conselho Fiscal; (iv) informar a evolução da participação das pessoas mencionadas no item iii, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos doze meses anteriores; (v) incluir em notas explicativas, a demonstração dos fluxos de caixa anteriormente mencionados; (vi) informar a quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas; (vii) e informar a existência e a vinculação à cláusula compromissória de arbitragem.

Essa implementação deverá ocorrer a partir de 6 meses após o Anúncio de Início

Requisitos adicionais para as Informações Anuais – IAN

São também requisitos do Novo Mercado a inclusão dos itens (iii), (iv) e (vii) do tópico “Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais” nas Informações Anuais da Companhia no Quadro Outras Informações Consideradas Importantes para o Melhor Entendimento da Companhia. Ver seção “Descrição do Capital Social – Informações Trimestrais”

Reunião Pública com Analistas

O Regulamento do Novo Mercado estipula que pelo menos uma vez ao ano, a Companhia deve realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

Calendário Anual

Fica estipulado pelo Novo Mercado que as companhias e os Administradores deverão enviar à BOVESPA e divulgar, até o fim de janeiro de cada ano, um calendário anual, informando sobre eventos corporativos programados, contendo informações sobre a Companhia, o evento, data e hora de sua realização, a publicação e o envio do documento tratado no evento à BOVESPA.

Contratos com o mesmo grupo

Segundo o Regulamento do Novo Mercado, a Companhia deve enviar à BOVESPA e divulgar informações de todo qualquer contrato celebrado entre a Companhia seus controladores, administradores, acionista controlador, e sociedades controladas e coligadas dos administradores e do acionista controlador, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R\$0,2 milhão, ou valor igual ou superior a 1,0% sobre o patrimônio líquido da Companhia, considerando o maior.

Essas informações divulgadas deverão discriminar o objeto do contrato, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência do contrato sobre a administração ou a condução dos negócios da Companhia. Ver seção "Operações com Partes Relacionadas".